



BALANÇO
2023

PERSPECTIVAS
2024



CNA
SENAR
ICNA

BALANÇO
2023

PERSPECTIVAS
2024

NÚMEROS DO AGRO



Indicador	2022 R\$ trilhões	2023 R\$ trilhões	Variação (%)	Participação Brasil (%)	Projeção de Variação 2024 (%)
PIB do Agronegócio ¹	2,62	2,60	-0,94%	24,4%	0% a -2%
PIB da Agropecuária ²	0,676	0,771	14,5%	7,5%	1,5%
VBP	1,271	1,242	-2,2%	-	-2,1%

¹ Engloba todo o agronegócio, dentro e fora da porteira. Além disso, considera conjuntamente as evoluções de volume (quantidade produzida) e de preços reais (descontada a inflação);

² Engloba a evolução de volume (quantidade produzida) dentro da porteira.

Indicador	População ocupada 2022 Milhões	População ocupada 2023 Milhões	Participação Brasil %
Empregos no agro	28,08	28,3	26,9%

Indicador	Exportações 2022 (JAN-OUT) US\$ bilhões	Exportações 2023 (JAN-OUT) US\$ bilhões	Var. %	Saldo 2023 US\$ bilhões	Projeção 2024 US\$ bilhões	Participação Brasil %
Balança Comercial	135,5	139,6	3%	125,7	172,1	49,4%

Principais destinos das exportações	2022 (JAN-OUT) US\$ bilhões	2023 (JAN-OUT) US\$ bilhões	Variação %
1º China	45,1	51,1	13,3%
2º União Europeia	21,6	18,4	-14,7%
3º Estados Unidos	8,7	8,0	-9%
4º Japão	3,4	3,5	2,8%
5º Argentina	1,6	3,3	100,8%

Safra de grãos	Produção 2021/22 Milhões de toneladas	Produção 2022/23 Milhões de toneladas	Variação %
Soja	125,5	154,6	23,1%
Milho	113,1	131,9	16,6%
Trigo	7,7	10,6	37,4%
Arroz	10,8	10,0	-7,0%
Feijão	3,0	3,0	1,7%
Grãos	272,6	321,4	17,9%

Pecuária	Produção 2022	Produção 2023	Variação %
Carne bovina (milhões de ton.)	10,3	10,8	4,9%
Carne de frango (milhões de ton.)	14,8	15,5	4,5%
Carne suína (milhões de ton.)	5,1	5,3	3,8%
Leite (bilhões de litros)	34,6	34,1	-1,5%

BALANÇO
2023



BALANÇO 2023

1. ECONOMIA	6
2. POLÍTICA AGRÍCOLA	10
3. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	13
4. RELAÇÕES INTERNACIONAIS	17
5. SUSTENTABILIDADE	23
6. PRODUÇÃO ANIMAL	26
7. PRODUÇÃO AGRÍCOLA	31
8. SENAR EM NÚMEROS	36

BALANÇO 2023

ECONOMIA

1



PIB DO AGRONEGÓCIO DEVE APRESENTAR RECUO, MESMO DIANTE DA SAFRA RECORDE

Frente a 2022, o PIB do agronegócio (Cepea/CNA) deve registrar recuo em 2023, de 0,94%. Mesmo com essa queda, o PIB pode alcançar R\$ 2,6 trilhões no ano – terceiro maior valor da série histórica iniciada em 1996, atrás apenas de 2021 e 2022. A principal razão para o resultado negativo é o comportamento desfavorável dos preços do agronegócio, os quais foram registrados em todos os seus segmentos, mas especialmente no campo e quanto aos insumos. Por outro lado, a queda não será maior devido aos excelentes resultados da produção dentro da porteira e na agroindústria pecuária, em termos de volume de produção.

Já o Valor Bruto da Produção (VBP) deve alcançar R\$ 1,24 trilhão em 2023, queda de 2,2% em relação a 2022. No ramo agrícola, projeta-se que o VBP caia 0,5% em comparação com o último ano, alcançando R\$ 842,8 bilhões. Na pecuária, estima-se que o VBP diminua 5,7%, atingindo R\$ 400,0 bilhões. Destaca-se que o aumento da produção da carne bovina e a safra recorde no ramo agrícola não foram suficientes para suprimir a queda do VBP.

O início de 2023 foi marcado por muitas incertezas, em particular no que se refere ao controle das contas públicas, após a aprovação da PEC da Transição, que resultou em um aumento significativo das despesas primárias (R\$ 145 bilhões) e, ainda, pela expectativa de mudança nas regras fiscais. As perspectivas para os principais indicadores econômicos eram pouco favoráveis. As previsões de mercado apontavam baixo crescimento econômico, inflação em patamar bem superior à meta definida para o ano e juros elevados.

Ao longo do ano, os cenários interno e externo melhoraram, e a mediana do Boletim Focus do Banco Central do Brasil (BCB) aponta para um crescimento do PIB de 2,89%. A política monetária contracionista restringiu, expressivamente, o investimento privado. Nesse sentido, a formação bruta de capital fixo (FBKF) deve registrar queda de 2% no ano. O setor agropecuário sentiu esse impacto por meio da redução nas compras de máquinas agrícolas. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), as vendas de máquinas agrícolas caíram 21,5% no acumulado até agosto.

Apesar do alto endividamento das famílias e do custo elevado do crédito, a valorização do salário mínimo e a ampliação dos programas sociais, como o Bolsa Família, acabou sustentando o consumo das famílias. Além disso, o mercado de trabalho segue aquecido, com crescimento do emprego e da massa salarial, além da queda da taxa de desemprego para níveis historicamente baixos.

Segundo o Novo Caged, do Ministério do Trabalho, a economia apresentou criação líquida de empregos em todos os meses do ano até outubro, acumulando 1,78 milhões de novos postos de trabalho formal no período, abrangendo o estoque de 44,23 milhões de pessoas ocupadas.

Quanto ao mercado de trabalho do agronegócio (Cepea/CNA), espera-se crescimento de cerca de 1% do número de pessoas ocupadas em 2023, frente a 2022, sendo que os empregos no setor devem completar o terceiro ano sucessivo em expansão, com o contingente de empregados ultrapassando 28 milhões de pessoas e alcançando um recorde da série histórica Cepea/CNA, iniciada em 2012. Estima-se que a participação do setor no mercado de trabalho brasileiro fique próxima a 27%.

A pressão inflacionária era vista como um dos grandes desafios do ano, em razão de reoperações tributárias sobre combustíveis e dos reajustes previstos na tarifa de energia elétrica. Com isso, os preços administrados passariam de uma queda de 3,8%, em 2022, para um crescimento de 9,10%, em 2023. Mas esse aumento acabou mitigado em função do arrefecimento dos preços industriais e, principalmente, da queda nos preços dos alimentos. A Alimentação no Domicílio, que teve alta de 13,23% em 2022, deve registrar deflação (-0,89%) neste ano em decorrência do recorde na produção de grãos, da queda nos preços das commodities e da valorização do real frente ao dólar. Com isso, projeta-se que o IPCA fique em 4,54%, pouco abaixo do teto da meta para o ano, de 4,75%. Diante do cenário de maior controle inflacionário, o BCB iniciou, em agosto, um ciclo de cortes da taxa Selic, o qual deve atingir 11,75% no final de 2023.

Entre os indicadores macroeconômicos, o quadro fiscal é o mais preocupante, devendo limitar o crescimento econômico nos próximos anos. O novo regime fiscal sustentável foi apresentado em março, comprometendo-se com um resultado primário zero em 2024 e com superávits em 2025 e 2026. A Lei Complementar nº 200/2023 (Arcabouço Fiscal) foi sancionada em agosto, e em novembro já se discutia publicamente a necessidade de revisão da meta, uma vez que o governo federal não conseguirá apresentar os resultados prometidos para este ano.

Assim, o governo federal tem buscado, desde já, o aumento da arrecadação, via recomposição de receitas e mudanças em regimes tributários especiais. Mas a expectativa deste e dos próximos anos é de que o crescimento das receitas não será suficiente para cobrir o aumento das despesas, resultando no não alcance da meta estipulada. Para o fim de 2023, o mercado projeta um déficit primário de 1,1% do PIB, em contraste ao superávit de 1,3% do PIB, em 2022. Lembrando-se de que a previsão do mercado para o crescimento do PIB está em, aproximadamente, 2,84% para o ano, como o déficit é calculado sobre esse indicador maior, indica que o déficit primário é ainda maior que o previsto no início deste ano. A conjugação desses fatores se refletirá em aumento da Dívida Bruta/PIB, estimada em 76,10% com acréscimo de 3 pontos percentuais em relação a 2022.



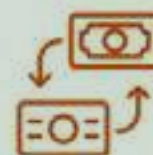
PIB Brasil
2,84%



Inflação
4,54%



Taxa Selic
11,75%



Câmbio
R\$/USD 4,99



VBP Total
-2,2%



VBP Agrícola
-0,5%



VBP Pecuária
-5,7%



PIB Agronegócio
-0,94%

Destaques

- **PIB DO AGRONEGÓCIO DEVE APRESENTAR LEVE RECUO** por conta da queda nos preços agropecuários em 2023.
- **INFLAÇÃO ARREFECE, EM RAZÃO DA QUEDA NOS PREÇOS DOS ALIMENTOS**, e espera-se que o IPCA encerre 2023 pouco abaixo do teto da meta definida para o ano, de 4,75%.
- **CICLO DE CORTES NA TAXA BÁSICA DE JUROS, INICIADO EM AGOSTO, LEVARÁ A TAXA SELIC A 11,75% AO FINAL DO ANO**, contribuindo para queda no custo de equalização do crédito rural e queda das taxas de juros com recursos livres.
- **PELAS PROJEÇÕES, ENDIVIDAMENTO PÚBLICO, MEDIDO PELA RELAÇÃO DÍVIDA BRUTA/PIB, SUBIRÁ** para 76,10%, em 2023, contra 72,9%, em 2022, com déficit primário.

BALANÇO 2023

POLÍTICA AGRÍCOLA

2



AVANÇO DOS INSTRUMENTOS PRIVADOS DE CRÉDITO E ORÇAMENTO ENXUTO MARCAM O ANO DE 2023

O ano de 2023 foi marcado pelas dificuldades econômicas e orçamento reduzido, sobretudo para as operações oficiais de crédito. Em diversos momentos os programas de crédito rural se encontravam suspensos, sem a possibilidade de acesso por parte dos produtores de grande porte e de agricultores familiares.

Ao se observar o ticket médio e o número de contrato das safras 2022/23 e 2023/24, em seus três primeiros meses, é possível observar a crescente demanda e a dificuldade de acesso. Ainda que os financiamentos tenham tido um aumento no valor médio tomado, as restrições orçamentárias culminaram em redução no acesso, expressa abaixo no número de contratos.

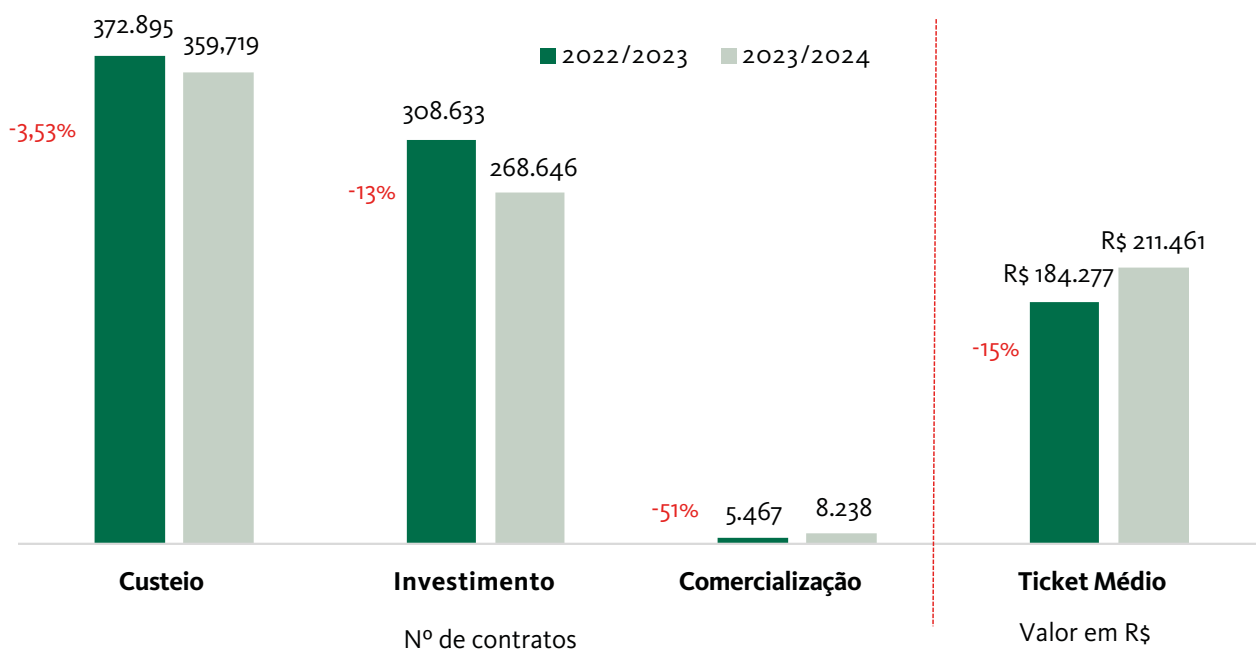


Figura 1: Número de contratos para custeio, investimento e comercialização e ticket médio geral. Dados de julho, agosto e setembro de 2022 e 2023. Fonte: Banco Central (2023). Elaborado por CNA.

Nos primeiros meses do ano, o produtor ainda enfrentava um cenário adverso no que se refere aos custos de produção. Com isso, muitos deles tiveram dificuldades na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos necessários à atividade agropecuária. Tendo que recorrer ao sistema financeiro para lançar mão de tais investimentos. Contudo, como o crédito oficial não foi suficiente para atendê-los, as fontes privadas foram as alternativas.

Com essas frequentes suspensões e dificuldades de acesso, o mercado privado foi o grande aliado do produtor. O expressivo aumento em utilização das ferramentas privadas mostra que a parceria entre o agronegócio e o mercado financeiro privado deu muito certo e tende a crescer. Os Fundos de Investimentos nas Cadeias Agroindustriais (Fiagros) tiveram um salto de investimento de 126% entre os meses de setembro de 2022 e de 2023. Já as Cédulas de Produto Rural (CPR) aumentaram 54% em estoque no mesmo período.

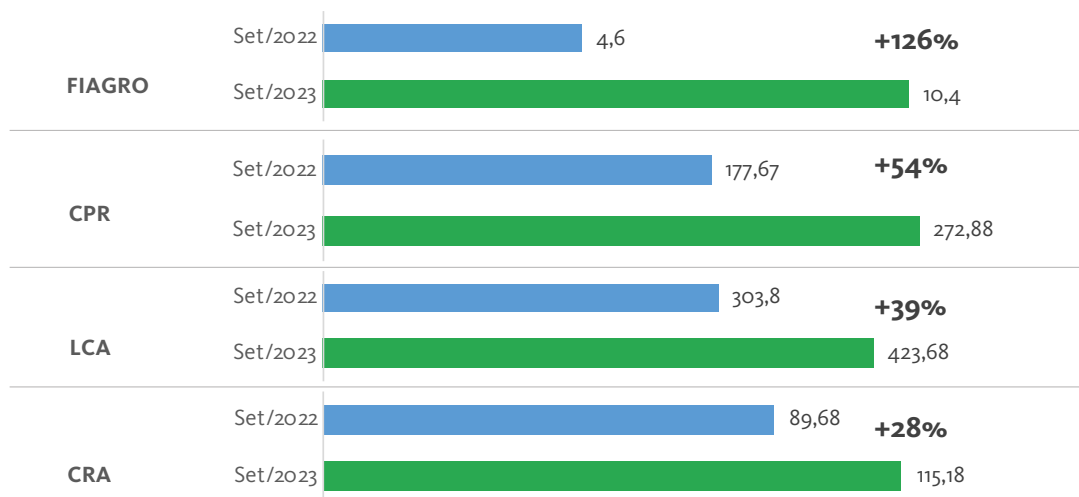


Figura 2: Valores de estoque dos títulos privados do Agro. Valores em bilhões de Reais.

Fonte: B3 e MAPA (2023). Elaborado por CNA.

Assim como o crédito rural, o Seguro Rural também sofreu com a falta de recursos. O orçamento anual de R\$ 1,06 bilhões para o PSR não era suficiente. O volume era apenas a metade daquilo que foi demandado pelo setor para 2023. E, após o corte de R\$ 130 milhões, a pedido do MAPA, a situação foi ainda mais complicada. Sobretudo, em um cenário de intensas adversidades climáticas, como as ocorridas no Sul do país em setembro.

Sem a suplementação de recursos, demandada pela CNA, a área coberta foi de apenas 6,4 milhões de hectares. Redução de 12,3% e 55,4% frente a 2022 e 2021, respectivamente. Até setembro de 2023 haviam sido pagos R\$ 1,9 bilhões em sinistros. Um expressivo volume de recursos que não precisou ser repactuado com as instituições financeiras, nem levou o produtor a ter que se desfazer de parte do seu patrimônio para honrar seus acordos financeiros.

Destaques

- Valor médio dos **CONTRATOS DE CRÉDITO RURAL** está 15% maior na safra 2023/2024, enquanto o número de contratos **REDUZIU 3,5% E 13% PARA CUSTEIO E INVESTIMENTO**, ao se comparar com julho, agosto e setembro da safra passada.
- **FIAGROS TÊM EVOLUÇÃO EXPRESSIVA NO FINANCIAMENTO DO AGRONEGÓCIO.** Estoques alcançam R\$ 10,4 bilhões em setembro de 2023.
- **VOLUME ANUNCIADO NO PAP 2023/2024 É 28% MAIOR** do que a safra anterior. Documento da CNA é utilizado como norteador pelo MAPA.
- **LEILÕES PARA AQUISIÇÃO DE TRIGO** por meio de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (Pepro) e Prêmio para Escoamento de Produto (PEP) **GARANTEM R\$ 400 MILHÕES AOS PRODUTORES** que se depararam com preços reduzidos.
- No Plano Agrícola e Pecuário 2023/2024, **21 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ESTÃO PARTICIPANDO DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS RECURSOS EQUALIZADOS.**

BALANÇO 2023

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

3



BALANÇO 2022

NOVO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (NOVO PAC): MAIS DO MESMO?

O ano se inicia com a cisão do Ministério de Infraestrutura em duas novas pastas: o Ministério dos Transportes – responsável pela gestão das rodovias e ferrovias – e o Ministério de Portos e Aeroportos, com a supervisão das estruturas aquaviária, aeroviária e do sistema portuário. Por parte de diversos especialistas da área, a divisão foi vista como retrocesso, por se contrapor à ideia de planejamento integrado dos modos de transportes.

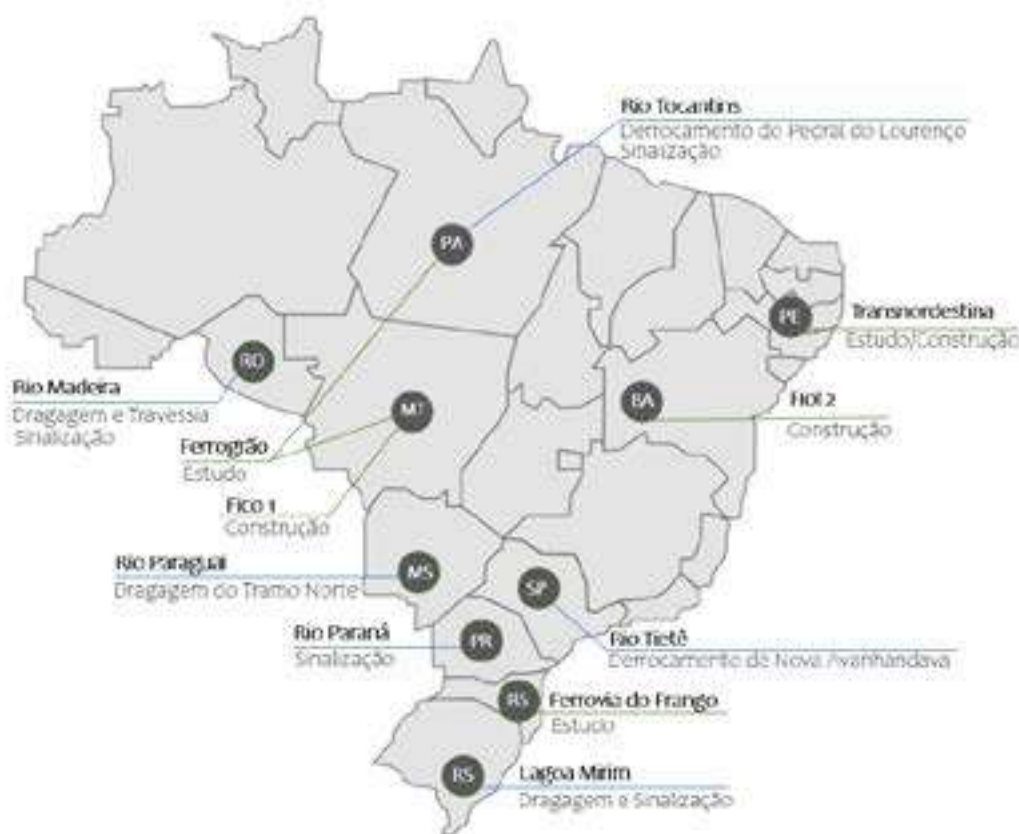
Já em janeiro, foi lançado o “Plano de 100 dias”, pelo Ministério dos Transportes, com previsão de investimentos de R\$ 1,7 bilhão em rodovias e ferrovias. Emergencialmente, a proposta era assegurar a trafegabilidade nos eixos de escoamento da safra de grãos até abril. Nesse sentido, foram realizadas ações de manutenção de estradas e de substituição de pontes de madeira, bem como de retomada de obras estruturantes (BR-364/MT/RO, BR-163/MS/MT/PA, BR-158/155/MT/PA, BR-135/BA/PI/MA, BR-242/BA, BR-153/GO/TO, BR-470/280/SC e BR-386/116/RS). No setor ferroviário, a pasta executou parcialmente os planos estipulados. A continuidade das obras foi impactada por análises que apontam a necessidade de reestruturação dos projetos, tanto da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), quanto da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol). Em novembro, ocorreu a publicação do edital de licitação do lote 5, do trecho 2 da Fiol que conecta Barreiras a Caetité, na Bahia. O documento prevê a instalação de 140 quilômetros de linhas, juntamente com a instalação da superestrutura ferroviária na ponte sobre o Rio São Francisco.

O imbróglio da implantação da Ferrogrão (EF-170), projeto com 933 quilômetros de extensão entre Sinop/MT a Miritituba/PA, completou uma década. Em março de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu os efeitos da Lei nº 13.452/2017, que alterava os limites do Parque Nacional do Jamanxim, no Pará. Entretanto, em agosto de 2023, o Centro de Soluções Alternativas de Litígios (Cesal), do STF, encaminhou relatório de atividades com sugestões de compensações ambientais e oitiva qualificada às comunidades indígenas. Em paralelo, a Corte autorizou a realização de estudo e a retomada dos processos administrativos da ferrovia. A expectativa é que o referido estudo seja concluído até meados de março. Enquanto isso, o caso ficará suspenso no STF.

Ainda em agosto, o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). O eixo “Transporte Eficiente e Sustentável” incorpora investimentos em rodovias (R\$ 185,8 bilhões), ferrovias (R\$ 94,2 bilhões), portos (R\$ 54,8 bilhões), aeroportos (R\$ 10,2 bilhões) e hidrovias (R\$ 4,1 bilhões), somando R\$ 349,1 bilhões. Nos transportes terrestres, estão previstos 302 empreendimentos. Para estradas, o portfólio reúne 267 projetos de construção, manutenção, restauração e adequação de vias, pontes e viadutos. Também contempla a elaboração de estudos e projetos, além de investimentos em concessões existentes e novas. Convém mencionar, por exemplo, a realização de estudos para a concessão da BR-364/RO, importante eixo de conexão da produção de grãos do noroeste do Mato Grosso com o sistema portuário de Porto Velho (porto público e terminais portuários).

Em linhas férreas, são 35 intervenções, que compreendem construção, adequação, investimentos em concessões novas e existentes, bem como a elaboração de estudos e projetos. Além das já mencionadas Fico, Fiol e Ferrogrão, o Novo PAC faz menção ao novo trecho da Transnordestina, no estado de Pernambuco, entre os municípios de Salgueiro e Porto de Suape. Como incentivo ao modo, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) validou isenção da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos investimentos em material rodante e de obras de engenharia ferroviárias, inclusive para a implantação de terminais. Também foi aprovada pelo Confaz a integração das bases de dados das fazendas estaduais e do Distrito Federal ao Documento Eletrônico de Transportes (DT-e), como medida para reduzir a burocracia e os custos do transporte de carga do país, evitando, assim, evasão fiscal.

Figura 1. Investimentos em ferrovias e hidrovias prioritários para o setor agropecuário e previstos no Novo PAC



Fonte: elaboração CNA, com dados do Novo PAC.

Quando se trata do modo aquaviário, o Novo PAC objetiva aumentar a participação na navegação comercial na matriz de transportes brasileira, ao longo da implantação dos 131 projetos. Para que os rios sejam classificados como hidrovias, a promessa é que sejam destinados aportes para dragagem, derrocamento, sinalização, implantação de eclusas, instalação de terminais e estudos para a definição do modelo de concessão. A ausência de investimentos na manutenção dos rios, conjulgada com eventos climáticos (*El Niño*), resultaram na seca do rio Solimões e do rio Madeira. Para amenizar o impacto da estiagem na navegação, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) anunciou obras emergenciais de dragagem que somam R\$ 138 milhões.

Destques

- **CONGRESSO NACIONAL DERRUBA VETOS DO MARCO LEGAL DAS FERROVIAS** (Lei nº 14.273/2021), estabelecendo direito de preferência e recomposição do equilíbrio econômico às concessionárias. De imediato, a rejeição aos vetos tornou as regras para autorizações de trechos ferroviários mais rígidas, resultando na suspensão da análise de 25 pedidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).
- Firmado acordo entre órgãos do executivo (MT, SPU e Dnit) para agilizar a **DEVOLUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS OCIOSOS OU DESATIVADOS**.
- **LEI DOS PORTOS (LEI Nº 12.815/2013) COMPLETA 10 ANOS**, com autorização de 149 terminais de uso privado (TUPs) e 41 estações de transbordo de cargas (ETCs).
- **LANÇADO O PRIMEIRO PLANO GERAL DE OUTORGAS (PGO)**, pontapé para a concessão ou a licitação da exploração de vias navegáveis ou potencialmente navegáveis.

BALANÇO 2023

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

4



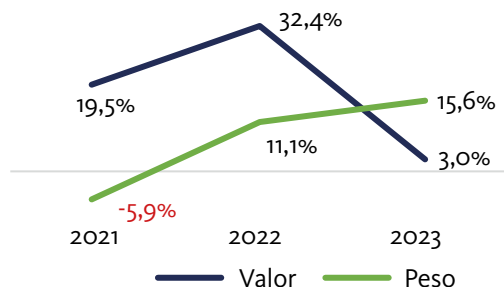
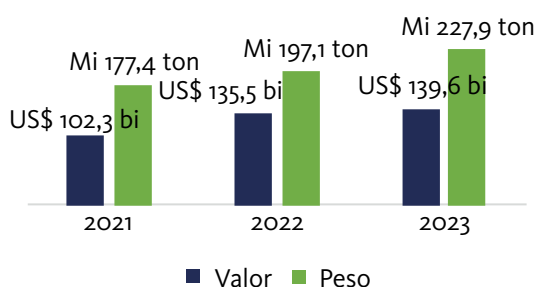
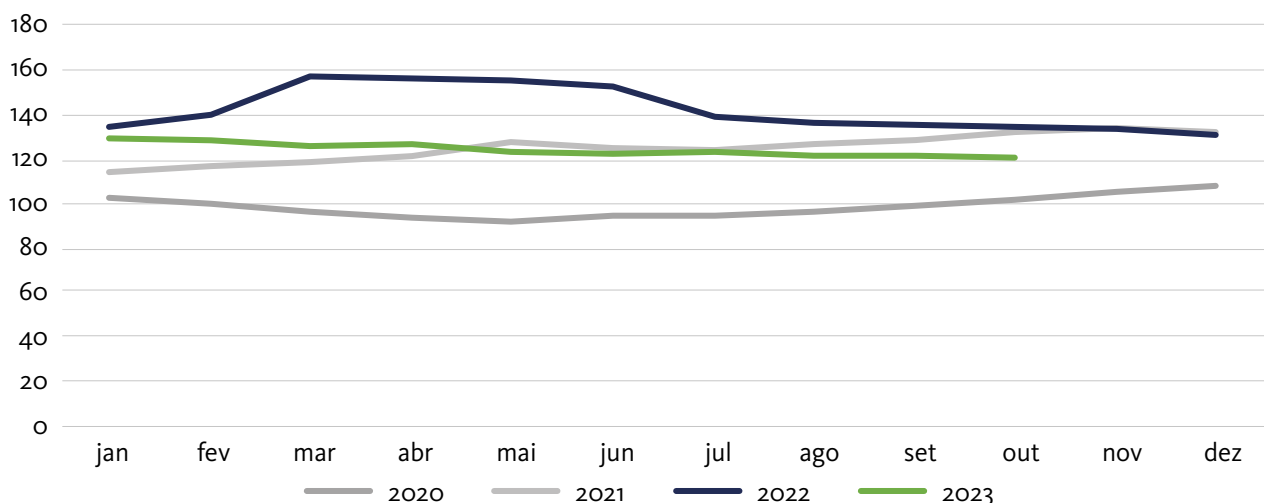
POLARIZAÇÃO E RECORDE – O BRASIL NA GEOPOLÍTICA EM 2023

Ao longo do ano de 2023, diversos fatores exerceram influência sobre os fluxos comerciais brasileiros e mundiais. Conflitos armados entre nações, tensões geopolíticas e tendência de polarização ocuparam o centro do tabuleiro do comércio mundial.

Por outro lado, no Brasil, a produção crescente de grãos foi determinante para que mais um recorde nas exportações fosse registrado no ano. Até outubro, foram exportados US\$ 139,6 bilhões de dólares em produtos do agronegócio, crescimento de 3,0% em relação ao mesmo período de 2022. É esperado que este montante alcance cerca de US\$ 164 bilhões até o fim do ano. A participação do agronegócio em relação às exportações totais brasileiras até outubro foi de 49,4%, quase dois pontos percentuais superiores em relação à 2022.

Diferentemente do cenário de 2022, este ano contou com um ambiente de preços mais controlados para os alimentos, o que fez com que as vendas de volumes mais elevados não tivessem o retorno financeiro correspondente ao último ano. O índice de preços dos alimentos da FAO evidencia esse movimento, já que, entre novembro de 2022 e novembro de 2023, a queda foi de 10,9% nos preços nominais e de 12,4% nos preços reais.

Gráfico 1. Índice de Preços dos Alimentos - FAO e variação de valores e volumes nas exportações brasileiras (jan-out)



Fonte: Food Price Index, FAO. ComexStat, MDIC.

Durante o ano, observou-se forte aumento nas exportações de alguns produtos, como a soja em grãos, que, até outubro, atingiu 92,8 milhões de toneladas pelo montante de US\$ 48,6 bilhões representando 34,8% do total exportado em produtos do agronegócio. Isso se deve a dois fatores principais: o aumento da demanda chinesa, que, pela primeira vez, recupera o seu rebanho suíno aos níveis pré surto de PSA em 2018, e à quebra de safra na Argentina.

Outro destaque positivo foi o açúcar de cana, que registrou grande safra e destinou uma parcela maior para a produção de açúcar. Até outubro, foram exportadas 20,6 milhões de toneladas pelo montante de US\$ 9,9 bilhões.

Tabela 1. Principais produtos exportados em 2023 (jan-out)

Produto	2022		2023		Variação absoluta		Variação percentual	
	Valor (US\$ bi)	Peso (Mi ton)	Valor (US\$ bi)	Peso (Mi ton)	Valor (US\$ bi)	Peso (Mi ton)	Valor	Peso
Soja em grãos	43,81	74,27	48,48	92,77	4,67	18,51	10,7%	24,9%
Milho	8,62	31,04	10,47	42,45	1,85	11,41	21,4%	36,8
Açúcar de cana em bruto	7,53	19,27	9,92	20,58	2,39	1,31	31,7%	6,8%
Farelo de soja	8,98	17,70	9,68	18,81	0,70	1,11	7,8%	6,3%
Carne de frango in natura	7,68	3,82	7,83	4,09	0,15	0,27	2,0%	7,0%
Carne bovina in natura	10,27	1,69	7,68	1,61	-2,59	-0,08	-25,2%	-4,7%
Celulose	6,94	16,58	6,56	15,82	-0,38	-0,76	-5,5%	-4,6%
Café verde	6,93	1,73	5,80	1,64	-1,13	-0,10	-16,3%	-5,5%
Carne suína in natura	1,95	0,84	2,21	0,90	0,26	0,06	13,1%	7,7%
Óleo de soja em bruto	2,98	1,96	2,07	1,96	-0,91	0,00	-30,6%	-0,3%

Fonte: ComexStat, MDIC.

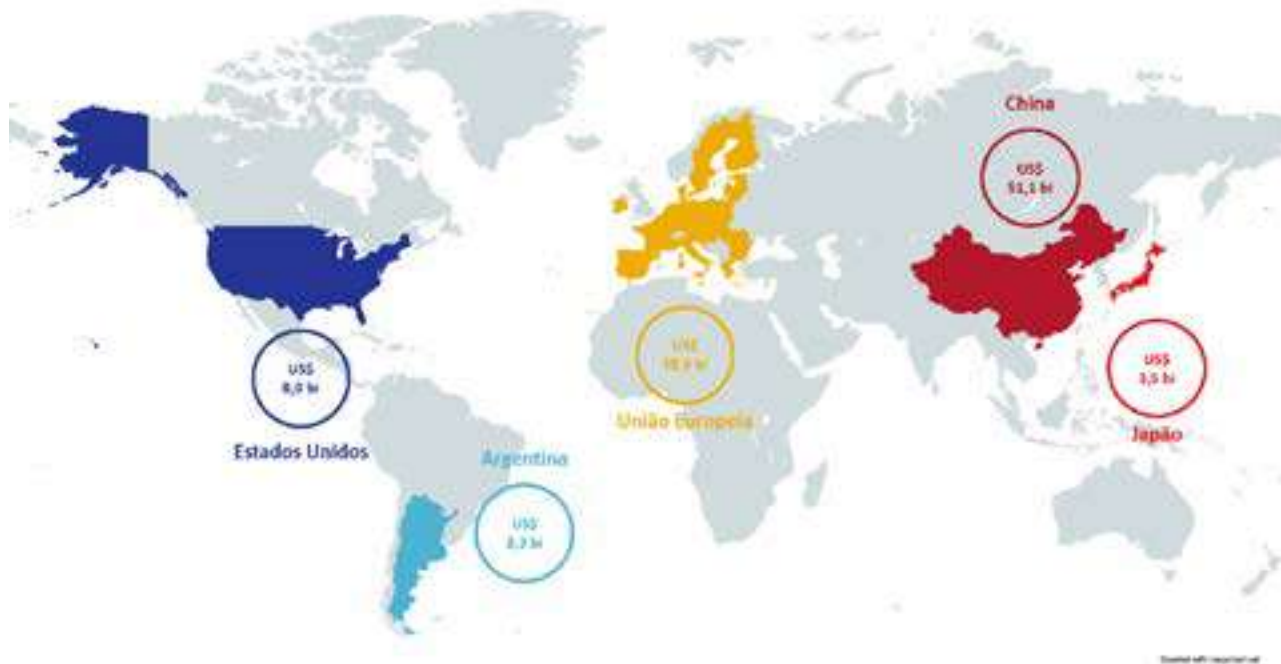
Já em relação aos destinos, a China permanece como o principal comprador do agronegócio brasileiro. O país importou US\$ 51,1 bilhões até outubro, US\$ 5,1 bilhões a mais em relação ao mesmo período do último ano, guiados pelo aumento nas compras de soja em grãos e milho, que, somados, responderam por US\$ 37,4 bilhões de dólares.

Por outro lado, as vendas de carne bovina ao país caíram 7,3% em volume até outubro, o que ocorreu em grande parte devido ao fechamento do mercado chinês para o produto no primeiro trimestre do ano. Em valores, a redução foi ainda maior, atingindo 32,4% como reflexo da queda dos preços no mercado internacional.

A União Europeia segue como segundo principal destino das exportações do agronegócio em 2023, porém com uma forte queda na participação. Enquanto, em 2022, o bloco recebeu 16,1% de todo o montante vendido pelo Brasil, até outubro de 2023 a UE absorveu apenas 13,2% das exportações. A soja em grãos e o milho lideraram o decréscimo de 14,7% nas vendas totais, mas outros setores, como o de café, também registraram retração.

Outro grande destaque no ano foi o crescimento nas exportações para a Argentina, que passou a figurar entre os cinco principais destinos dos produtos brasileiros, atingindo a marca de US\$ 3,3 bilhões.

Gráfico 2. Exportações brasileiras por destinos (jan-out).



Fonte: ComexStat, MDIC.

Além dos resultados recordes em 2023, o Brasil contou ainda com a abertura de 73 novos mercados, destacando-se carnes bovina e suína para o México, algodão para o Egito e bovinos vivos para a Argélia.

Do ponto de vista geopolítico, o ano foi marcado pelo acirramento das tensões em diversas regiões. A guerra na Ucrânia e as sanções aplicadas à Rússia continuaram afetando as relações comerciais dos países com seus principais parceiros históricos. Em 2023, as exportações dos Estados Unidos e da União Europeia com destino à Rússia declinaram, de maneira acelerada, enquanto os chineses passaram a ocupar mais espaço no país. A Ucrânia também observa constantes reduções em seus fluxos comerciais.

Apesar dos desequilíbrios frente aos anos anteriores ao conflito, em 2023 os efeitos do ponto de vista comercial não parecem mais tão significantes. Mesmo com o fim do acordo de grãos do Mar Negro, os preços das principais commodities agropecuárias não dispararam como ocorreu antes da assinatura do tratado em 2022. Isso decorre de dois fatores principais: em primeiro lugar, devido à adequação dos países ao cenário existente, pois os mercados já precificavam um fim do acordo; e por causa da alta disponibilidade dessas commodities no mercado internacional em razão das boas safras de milho no Brasil e de trigo na Austrália e Canadá.

Em relação ao conflito na Faixa de Gaza, é preciso monitorar, visto que Israel é um importante fornecedor de fertilizantes.

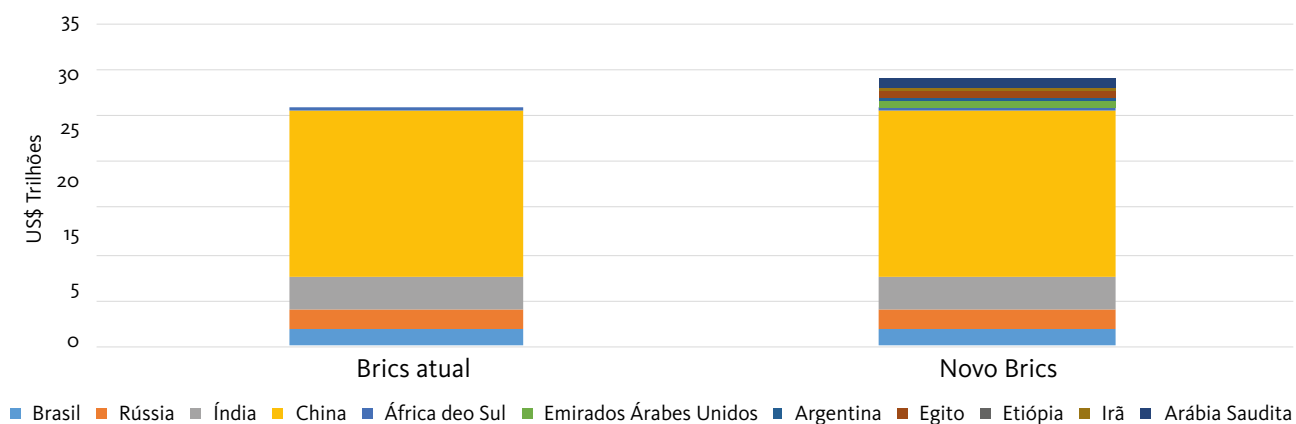
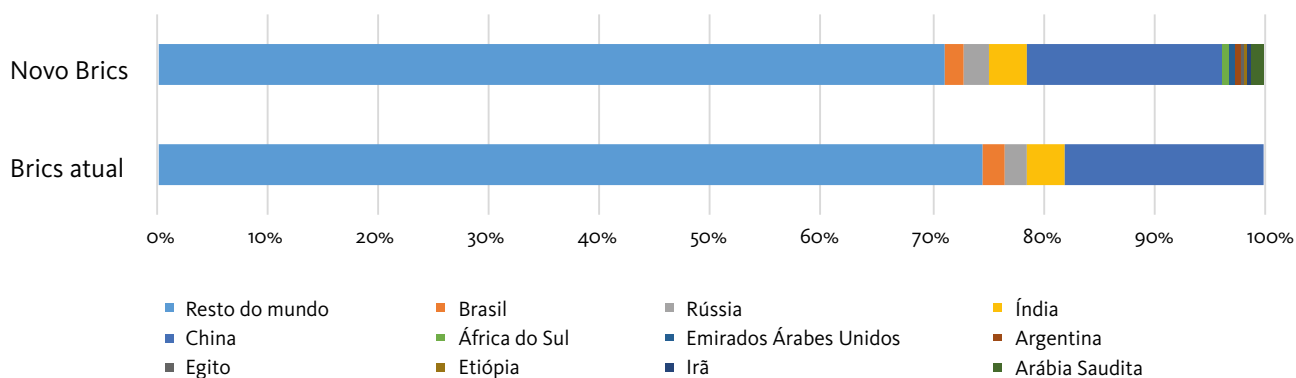
O acirramento dos conflitos recentes constitui um dos aspectos do movimento, que tem ganhado força no tabuleiro geopolítico ao longo dos últimos anos, bem como a polarização e o alinhamento de países às grandes potências.

Enquanto o Oriente, representado pela China e pela Rússia, procura ampliar a sua influência política e econômica em outros mercados, por meio de iniciativas, como a expansão do BRICS – em que países como Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã foram convidados a aderirem ao bloco –, que dispõe do potencial de diminuir a dependência do dólar nas transações comerciais na China, assinando acordos que viabilizam

o uso de moedas locais e do yuan, o Ocidente, liderado pelos EUA e União Europeia, busca consolidar parcerias e reforçar vínculos com países aliados.

A China, por sua vez, tem sinalizado que buscará reduzir a dependência externa de produtos alimentícios. A estratégia do governo chinês passa por expandir a produção doméstica de grãos e realizar novos acordos e investimentos na produção de países aliados. A África surge como um importante destino dos fluxos de capital chineses para o incremento da produção agropecuária.

Gráfico 3. Participação dos BRICS frente ao PIB mundial e composição do PIB dos BRICS



Fonte: WorldBank Data, Banco mundial.

Essas agendas têm gerado pressão sobretudo para os países em desenvolvimento. Um dos exemplos é o Uruguai, que, com o Presidente Luis Alberto Lacalle Pou, vem insistindo para o estabelecimento de um acordo comercial com os chineses, o qual seria costurado por fora do âmbito do Mercosul. Em 2023, o bloco pouco avançou na sua agenda de negociações comerciais com outros mercados, como Canadá, Coreia do Sul e União Europeia.

Apesar das negociações do Acordo entre o Mercosul e a União Europeia terem sido concluídas em 2019, o bloco europeu fez novas demandas, exigindo compromissos ambientais mais ambiciosos dos países sul-americanos. Além da proposta dessa carta adicional (*side letter*), outra medida europeia, com o potencial de afetar o comércio agrícola entre os blocos, é a nova Lei antidesmatamento, que proíbe a entrada de produtos agropecuários de sete cadeias – borracha; cacau e chocolate; café; carne bovina e couro; madeira e papel; óleo de palma; e soja , que tenham origem em área aberta após 31/12/2020.

Outros países, como Reino Unido e Estados Unidos, também indicaram que devem criar legislações similares à adotada na Europa.

Destques

- Previsão de recorde nas exportações do agronegócio brasileiro em 2023.
- Maior participação da China nas compras de soja brasileira.
- Quebra de safra argentina de soja.
- Redução nos preços dos alimentos no mercado internacional.
- Poucos avanços na agenda de Acordos Comerciais.
- Polarização das economias mundiais devido ao aumento das tensões geopolíticas.
- Novas exigências ambientais em países relevantes para o Agro brasileiro, restringindo acesso ao mercado e/ou criando barreiras comerciais.

BALANÇO 2023

SUSTENTABILIDADE

5



REGULAÇÕES AMBIENTAIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS E MARCO TEMPORAL NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS TOMAM A PAUTA AMBIENTAL E FUNDIÁRIA EM 2023

O ano de 2023 marca o retorno do reaparelhamento dos conselhos e comitês ambientais, ações ostensivas de comando e de controle e interferência internacional na gestão ambiental das cadeias produtivas brasileiras.

O combate ao desmatamento dos biomas Amazônia e Cerrado voltou a estar na linha de frente das ações do governo federal em matéria de meio ambiente, sem o respectivo investimento nas ações de desenvolvimento regional e implementação do código florestal. A análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) ficou negligenciada e permanece como um empecilho para a regularização ambiental. Além da Amazônia e do Cerrado, o Bioma Pantanal também foi alvo de ações de regulação infralegal, demandando ações políticas para evitar restrições mais severas.

- **ANÁLISE DOS DADOS DO CAR NÃO CHEGOU A 1%** dos cadastros.
- **LEI ANTIDSMATAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA**, em vigor desde maio, a ser efetivada em dezembro de 2024, **OFERECE BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO DAS CADEIAS PRODUTIVAS DA CARNE BOVINA E COURO, ÓLEO DE SOJA, CACAU, BORRACHA, CAFÉ, ÓLEO DE PALMA E MADEIRA.**
- O **MERCADO BRASILEIRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE EMISSÕES** (Mercado de Carbono) discutirá as cotas do mercado regulado e as conciliações de emissões

A nova Lei Antidesmatamento da União Europeia foi uma das principais pautas de 2023. A lei, já em vigor, demandou do setor produtivo esforços na busca por adequações e prevenções dos riscos associados à restrição de acesso ao mercado europeu de sete cadeias produtivas, em relação à comprovação de que o desmatamento tenha ocorrido antes de 2020, ignorando o Código Florestal, o qual prevê o desmatamento legal, além de classificar os países por risco, impondo, desse modo, alto custo de implementação com exclusão de pequenos e médios produtores diante da segregação de mercado e do aumento dos custos de produção.

Entre os instrumentos de implementação das ações de mitigação das mudanças climáticas, a atualização da Meta Brasileira, junto ao Acordo de Paris, e a Lei do Mercado Brasileiro de Comercialização de Emissões ampliaram as ambições brasileiras na redução de emissões de gases de efeito estufa, propondo mecanismos que oneram o setor econômico. A COP28 traz, por meio do balanço global de emissões, novos desafios ao desenvolvimento dos sistemas alimentares e emissões para o setor do agro. Questões sobre o financiamento para alavancar os meios de implementação das ações climáticas da agricultura, mecanismos de operacionalização do mercado de carbono aderente ao potencial do Agro brasileiro, mecanismos de adaptação para a garantia da segurança alimentar, plano de ação para contribuição do Brasil ao Acordo do Metano, além de fortalecimento da capacidade de geração de dados sobre emissões do agro brasileiro, pontuam a participação do setor agropecuário no Acordo do Clima. Os efeitos das alterações, ocorridos em 2023, certamente serão sentidos já em 2024.

O ano de 2023 foi conturbado para a pauta fundiária. Foram registradas 70 invasões até novembro, de acordo com monitoramento feito pela CNA, com destaque para os estados da Bahia, com 18, seguidos por Pernambuco, com 13, e São Paulo, com 12 – valor superior ao período de 2019 a 2022, no qual contabilizaram-se 62 invasões. Essa volta dos crimes de esbulho possessório provocou a instauração da CPI do MST na Câmara dos Deputados, na qual a CNA subsidiou os parlamentares com informações e dados técnicos sobre a Política da Reforma Agrária, além da elaboração de material técnico sobre a importância do direito de propriedade, evidenciando, assim, que não existe invasão “legítima”, muito menos legalizada ou permitida à luz da legislação. Infelizmente, a CPI não alcançou o resultado esperado e o relatório final não foi lido. Porém foi criada a Frente Parlamentar da Invasão Zero, com a missão de aprovar projetos que garantam a segurança jurídica da propriedade privada e penaliza quem cometa esses crimes.

Quanto à demarcação de terras indígenas, foi aprovado, na Câmara dos Deputados, o PL 490/2007, que prevê o marco temporal de outubro de 1988, além da possibilidade de justa e prévia indenização no valor de terra nua e das benfeitorias de boa-fé para os produtores rurais afetados. O projeto tramitou no Senado com o número 2903/2023. O texto foi sancionado na Lei nº 14.701/2023, mas com vetos que desconfiguraram toda a essência da proposta final aprovada pelo Senado Federal. Diante desse cenário, o setor vem mobilizando-se em prol da derrubada dos vetos e da garantia do pleno efeito da norma.

- **EM 2023, FORAM CONTABILIZADAS 70 INVASÕES DE PROPRIEDADES** até novembro, **MAIS QUE TODO O PERÍODO DE 2019 A 2022.**
- Aprovação de Lei sobre o **MARCO TEMPORAL NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS TRARÁ SEGURANÇA JURÍDICA** para o campo.
- CNA faz pedido de liminar junto ao STF para **COIBIR INVASÕES DE PROPRIEDADES RURAIS.**

A decisão do Congresso Nacional é uma resposta do Poder Legislativo em relação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de rejeitar a tese do marco temporal na demarcação de terras indígenas. No entanto, a decisão da Suprema Corte, apesar de ter desagradado ao setor, clareia parte da insegurança jurídica no que se refere ao entendimento de que, nos casos em que a demarcação envolva a retirada de não indígenas que ocupem a área de boa-fé, caberão justas e prévias indenizações de benfeitorias e o valor da terra nua.

Ademais, esforços foram despendidos para a aprovação de lei, que assegurasse a ratificação de títulos e a regularização de terras na região Amazônica. O Projeto de Lei 2757/2022, aprovado no Congresso Nacional, facilita a regularização fundiária em áreas da União e permite a baixa automática das cláusulas resolutivas. Com essa proposta, os títulos emitidos antes de 25 de junho de 2009 poderão ser ratificados, ou seja, os produtores terão a oportunidade de obter o título definitivo de sua propriedade. O texto segue para sanção presidencial. Quanto aos recursos hídricos, os esforços foram para a integração dos sistemas de outorga na busca por agilidade nas emissões. Solução de problemas enfrentados com o licenciamento ambiental de barramentos.

Destques

- O Projeto de Lei do **LICENCIAMENTO AMBIENTAL** volta à pauta do Congresso Nacional:
- a implementação do Código Florestal por meio da **ANÁLISE DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) SEGUE NEGLIGENCIADA** pelos órgãos gestores.
- **O INCRA EMITIU** aproximadamente 45.000 títulos, entre definitivos e provisórios, até novembro de 2023, ou seja, **26% DO TOTAL EMITIDO EM 2022**, com 172.363. É importante dar celeridade a essa política em 2024.
- **IMPEDIMENTOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS IMPOSTOS PELO BANCO CENTRAL, POR MEIO DE EMBARGOS AO CRÉDITO, FORAM OBJETO DE DIVERSAS INTERVENÇÕES DA CNA.** Diante da negativa da disponibilização do crédito rural, o objetivo foi alterar o Manual de Crédito Rural via resolução do próprio banco ou por Projeto de Decreto Legislativo.

BALANÇO 2023

PRODUÇÃO
ANIMAL

6



FASE DE BAIXA DO CICLO PECUÁRIO E PRESSÃO SOBRE AS MARGENS DA BOVINOCULTURA DE CORTE

Maior oferta de animais, demanda interna fraca e exportações em ritmo mais lento pressionaram para baixo as cotações da arroba do boi gordo e dos animais de reposição. De acordo com dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), de janeiro a outubro de 2023, o indicador do boi gordo caiu 16,8% em São Paulo.

Do lado da oferta, considerando-se os dados parciais da Pesquisa Trimestral (IBGE), até o terceiro trimestre/23, os abates de bovinos aumentaram 9,7% no país, na comparação com o mesmo período de 2022.

Com relação à demanda, além do consumo doméstico fraco (maior concorrência com outras proteínas), o volume embarcado e o preço médio da carne bovina exportada diminuíram, respectivamente, 4,7% e 21,5%, com a menor pressão de compra por parte da China este ano. No caso da China, principal destino da carne bovina brasileira, os preços médios ultrapassaram US\$ 7.000/toneladas em 2022, atualmente estando próximos de US\$ 4.500/tonelada, em função do volume menor demandado.

- **O PRODUTOR FOI O ELO MAIS IMPACTADO PELA FASE DE BAIXA.** Em outubro, a queda no preço da arroba foi 14,2 pontos percentuais maior que o recuo verificado para a carne bovina no varejo.
- **O EMBARGO CHINÊS À CARNE BOVINA BRASILEIRA**, devido ao caso atípico de encefalopatia espongiforme bovina (EEB), também **IMPACTOU AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS**, neste ano.

AS IMPORTAÇÕES DE LEITE DERRUBARAM PREÇO NO MERCADO INTERNO E DIFICULTARAM A RECUPERAÇÃO DA PRODUÇÃO

Após queda recorde na captação de leite, em 2022 (1,2 bilhão de litros), fruto de dois anos seguidos de custos de produção elevados, 2023 foi marcado por elevados volumes de importação, em função do mercado interno aquecido. As quedas de preços internacionais, o cenário econômico global adverso, as variações no câmbio e as elevadas taxas de juros em importantes economias reconfiguraram o comércio mundial de leite, com países do Mercosul, redirecionando as exportações ao Brasil.

De janeiro a outubro, o Brasil importou 1,76 bilhão de litros equivalente-leite, maior volume para o período de toda a série histórica. A principal origem das importações foi Argentina, com 53% do total, país esse que aplicou pesados subsídios à produção, que chegaram a R\$ 0,42 por litro de leite.

- **O VOLUME IMPORTADO DE LEITE AUMENTOU 77% EM 2023**, até outubro, na comparação com igual período de 2022. **URUGUAI, ARGENTINA E PARAGUAI REPRESENTARAM 98% DO VOLUME.**
- **BAIXA DE PREÇOS IMPACTOU INTENSAMENTE OS PRODUTORES, COM REDUÇÃO DE 26%** de janeiro a outubro, enquanto a queda para o leite UHT no atacado foi de 15%. Já no varejo, os preços ao consumidor computados pelo IPCA registraram queda de apenas 1,98%.

Esse contexto fez o mercado interno derreter, inclusive na entressafra, algo nunca visto na série histórica. As quedas nas cotações extinguiram o estímulo de preços ao produtor para a recuperação da produção.

Isso levou a produção brasileira crescer apenas 1,5%, de janeiro a setembro. A pesquisa trimestral do leite, do IBGE, indica que foram captados, no período, 17,8 bilhões de litros de leite, evolução considerada modesta, uma vez que os volumes estão 4,6% abaixo da média verificada em 2020 e 2021, além de ter ocorrido sobre um volume significativamente inferior do ano passado. Nesse contexto, projeta-se que a produção de leite no campo em 2023 atinja 34,1 bilhões de litros.

AUMENTO DA OFERTA PRESSIONA AS COTAÇÕES DO FRANGO, MESMO COM EXPORTAÇÕES AQUECIDAS

Na avicultura de corte, apesar do bom desempenho das exportações brasileiras de carne de frango em 2023, com aumento de 7,6% no volume embarcado frente ao ano anterior, o aumento no alojamento de aves e o consumo doméstico patinando tiraram a sustentação dos preços ao produtor e nas indústrias.

Segundo o IBGE, os abates de frango de corte cresceram 4,4% no acumulado do terceiro trimestre, na comparação com o mesmo no ano passado. Para o produtor, a referência para o frango de corte caiu 2,0% em 2023, até outubro.

Destacam-se as preocupações do setor com relação aos focos de influenza aviária de alta patogenicidade (IAAP), registrados no país em aves silvestres, à produção de subsistência e ao reforço das medidas de biossegurança, no sentido de que a doença não atinja as granjas comerciais.

Para a avicultura de postura, apesar da demanda interna firme e das exportações brasileiras aquecidas, os preços recuaram, em especial no segundo semestre, pressionados pela queda no mercado de carnes (concorrente) e pelo aumento na produção de ovos.

Na suinocultura, os aumentos mais comeditos nos abates e no volume exportado, além da melhora no consumo doméstico, impactaram tanto em uma disponibilidade interna de carne suína mais ajustada frente aos anos anteriores quanto na menor pressão de baixa sobre os preços.

Dados do IBGE apontam, ainda, para um incremento de 0,9% nos abates de suínos no país até o terceiro trimestre deste ano, frente a igual período de 2022.

DEMANDA AQUECIDA FAVORECE O PREÇO DA TILÁPIA

Em relação à aquicultura, a demanda aquecida do mercado doméstico aliado à maior profissionalização da produção nacional acarretou o aumento da produção aquícola nos últimos anos. Em 2023, a carcinicultura deve superar 130 mil toneladas, um aumento de cerca de 15% em relação ao ano anterior. Na piscicultura, o incremento anual de 5,5% resultará na produção de cerca de 650 mil toneladas de peixes, com destaque para a tilápia, que deve responder por 67% do volume produzido.

Quanto à tilapicultura, até outubro de 2023, os preços recebidos pelos produtores apresentaram aumento de 18,2%, fruto do aquecimento da demanda doméstica e de menor disponibilidade de tilápias.

Acerca do mercado externo, apesar da redução no volume exportado, quando analisou-se o faturamento das exportações da piscicultura, a estimativa é de que haja aumento de 2% em comparação com o ano anterior. Essa diferença é fruto do aumento expressivo das exportações de filés, que, por serem considerados um produto do tipo Premium no mercado externo, possuem maior valor agregado, decorrendo em aumento do valor total exportado, apesar da queda em volume.

Proteína	Produção 2023 (milhões de ton.)		Exportações* (milhões de ton.)	
Carne bovina	10,80	4,9%	1,61	4,7%
Carne suína	5,30	3,8%	0,90	7,7%
Carne de frango	15,46	4,5%	4,01	7,6%
Leite e derivados ¹	34,10	-1,5%	0,025	-28,0%
Piscicultura	0,65	5,5%	0,006	-24,0%
Tilápia	0,43	7,4%	0,005	-11,4%
Ovos ²	135,11	0,8%	0,04	119,6%

Fontes: CONAB, IBGE, USDA, SECEX e Projeções CNA.

¹ Bilhões de litros; ² Mil caixas de 30 dúzias; * Exportações entre janeiro e outubro de 2023 em relação ao mesmo período de 2022.

RECEITA CAI MAIS DO QUE CUSTOS E PRESSIONA AS MARGENS DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO ANIMAL

A alimentação é o item de maior peso nos desembolsos nas atividades pecuárias, com as rações concentradas contribuindo significativamente em todos os sistemas produtivos. Após o ciclo de alta das commodities agrícolas, o preço do milho arrefeceu 36,5% nos primeiros 10 meses de 2023, quase o dobro da queda registrada para o farelo de soja (-18,4%), em igual período.

Por outro lado, foram verificados aumentos substanciais em importantes insumos, como os inoculantes para silagem (+40,8%), vacinas para brucelose (+41,3%) e anti-inflamatórios (+13,7), limitando as quedas nos custos das atividades pecuárias.

Proteína	Variação 2023*	
Inoculante para silagem		40,8%
Vacina - Brucelose		41,3%
Antiinflamatório		13,7%
Suplemento mineral	-17,7%	
Ração - Engorda	-39,5%	
Ração - Lactação	-10,4%	













Fonte: Campo Futuro (CNA)

* janeiro a outubro

Nas pecuárias de corte e leite, a queda nos custos diretos foi de 9,7% e 7%, respectivamente, de janeiro a outubro, frente a um recuo de 16,8% e 26% na receita dos produtores.

Na avicultura de postura e na suinocultura independente (ciclo completo), os produtores, além da redução nos preços de 19,1% e 4,9%, na mesma ordem, ainda vivenciaram alta nos custos de 4,2% e 4,8%, em função do aumento das despesas com mão de obra, energia elétrica, insumos para aquecimento das granjas, entre outros.

Por fim, quanto à tilápia, apesar do aumento nos preços ao produtor (18%), os custos de produção cresceram cerca de 22%, em relação a 2022, reduzindo, assim, as margens da atividade.

Atividades	Variação custos* (jan-out)		Variação receita** (jan-out)	
Avicultura de postura			4,2%	
Avicultura de corte integrada	-5,5%			
Suínocultura independente (ciclo completo)			4,8%	
Pecuária de corte	-9,7%			
Pecuária de leite	-7,0%			
Tilápia			22,1%	

Fontes: *Projeto Campo Futuro (CNA) / ** Cepea

Obs.: os preços do leite referem-se a produção entregue em setembro e paga em outubro.

Destaques

- **AUMENTO NA OFERTA DE BOVINOS E DEMANDA MAIS FRACA PESARAM NEGATIVAMENTE SOBRE OS PREÇOS** no mercado do boi em 2023.
- **BALANÇA COMERCIAL DE LÁCTEOS DEVE FECHAR 2023 COM DÉFICIT DE 2,04 BILHÕES DE LITROS** equivalente-leite, o maior da história.
- **SEM REGISTROS DE INFLUENZA AVIÁRIA EM GRANJAS COMERCIAIS NO PAÍS**, as exportações brasileiras de carne de frango seguiram em bom ritmo em 2023.
- **DIMINUI A PRESSÃO DE BAIXA NO MERCADO DE SUÍNOS, MAS AS MARGENS DA ATIVIDADE SEGUEM PRESSIONADAS** pelos elevados custos de produção.

BALANÇO 2023

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

7



PRODUÇÃO LIMITADA PELO CLIMA, ATRELADA A MARGENS RESTRITAS AO PRODUTOR, BALIZA RESULTADOS DO SETOR

PRODUÇÃO: FENÔMENO LA NIÑA EM SEU TERCEIRO ANO CONSECUTIVO IMPACTA, EM DIFERENTES PROPORÇÕES, AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS

A produção total de grãos atingiu um recorde de 321,4 milhões de toneladas na safra 2022/23, mesmo com quebras significativas no Rio Grande do Sul, compensadas por rendimentos satisfatórios nas lavouras da Região Centro-Oeste. A colheita de soja foi de 154,6 milhões de toneladas, aumento de 23,2%, em comparação à última safra. Para o milho, as três safras de grão resultaram em 131,9 milhões de toneladas, 16,6% superior ao último ciclo.

A produção de arroz também foi impactada pelas condições climáticas, com a colheita do cereal, atingindo 10,0 milhões de toneladas. Devido à seca, somente no Rio Grande do Sul, as perdas estimadas foram de 10%. Para o feijão, a colheita atingiu 3 milhões de toneladas, patamar semelhante à safra 2021/22. Para o trigo, um novo recorde de produção devido ao clima favorável à cultura. Para os três produtos, o suprimento apresentou-se como maior do que a demanda estimada durante o período.

A safra de algodão também foi satisfatória, com a produção de algodão em pluma de 3,2 milhões de toneladas. Esse valor supera, em 4,95%, a safra recorde de 2019/20 e, em 24,1%, a safra 2021/22.

Para a indústria da laranja, há expectativa de 309,3 milhões de caixas de 40,8 kg em 2023, volume 1,6% inferior à safra anterior – redução singela, com produção prevista ainda dentro das médias para as últimas dez safras, mas com ciclo bienal ainda pouco característico, considerando-se a quebra ocorrida nos últimos dois períodos. Para a presente safra, a redução nas médias pluviométricas, as elevadas temperaturas e a disseminação do *greening*, cancro cítrico e CVC (clorose variegada dos citros) têm limitado a produção.

Para cana-de-açúcar, a safra 2023/24 apresentou incrementos consideráveis de produtividade e fabricação de açúcar e etanol. A expectativa é de que sejam moídas 677,6 milhões de toneladas de cana até o fim da safra, em dezembro, valor 10,9% superior ao ciclo anterior, mesmo com redução de 0,7% na área cultivada (8,3 milhões de hectares). A cultura foi favorecida pelas condições climáticas do ano, que aliada à jovialidade de canaviais reformados, culmina no aumento do rendimento médio (10,1%), atingindo cerca de 81 toneladas por hectare.

Ainda, são esperadas produção de 46,9 milhões de toneladas de açúcar (+27,4%) e 27,9 bilhões de litros de etanol (+5,5%). Desses, 16,0 bilhões de litros correspondem ao etanol hidratado (+5,4%) e 11,9 bilhões de litros ao anidro (+5,6%).

Para a cultura do café, a safra de 2023/24 foi de 54,3 milhões de sacas de 60 kg (+6,8%) no somatório das espécies *Coffea arabica* e *Coffea canephora*. Essa produção só ficou atrás, em volume, das safras excepcionais de 2020 e 2018. A melhoria das condições climáticas na primavera de 2022 contribuiu, significativamente, para a recuperação do parque cafeeiro, após duas safras consecutivas com queda na produção.

- Somente no Rio Grande do Sul, as **PERDAS DEVIDO À ESTIAGEM FORAM DE R\$ 23,4 BILHÕES PARA SOJA, MILHO E ARROZ.**

BOA OFERTA NACIONAL FRENTE AOS DEMAIS FORNECEDORES RESULTA EM INCREMENTO DAS EXPORTAÇÕES

Para o milho, foram exportadas 42,5 milhões de toneladas do cereal até outubro, alta de 36,8% em comparação com 2022. Abertura do mercado chinês, quebra de safra nos Estados Unidos e na Argentina e manutenção do conflito entre Rússia e Ucrânia abriram janela de oportunidade para o cereal brasileiro. As exportações brasileiras de soja acumulam até o mês de outubro 92,8 milhões de toneladas, 24,9% superior ao mesmo período de 2022. Para a China, foram embarcadas 66,6 milhões de toneladas, ao passo que, no mesmo período do ano anterior, 50,3 milhões de toneladas tiveram como destino o país asiático.

No setor sucroalcooleiro também houve incrementos nos volumes de açúcar e etanol destinados ao comércio externo, na ordem de 10% e 9%, respectivamente. O déficit de produção do adoçante na Índia e Tailândia, reflexo de adversidades climáticas enfrentadas por esses países nas últimas duas safras, continua oportunizando a maior participação do Brasil no mercado global. Para o etanol, houve aumento da demanda mundial por biocombustíveis, principalmente na Europa, atrelado ainda à retração da oferta global de petróleo.

Tabela 1. Variação na área, produção e exportação dos principais produtos agrícolas na safra de 2023

Culturas	Área (milhões de ha)		Produção (milhões de ton.)		Exportação ¹ (milhões de ton.)	
Soja	44,1	6,2%	154,6	23,1%	92,8	24,9%
Cana-de-açúcar	8,3	-0,7%	677,6	10,9%	-	-
Açúcar	-	-	46,9	27,4%	23,9	9,9%
Etanol	-	-	27,9*	5,5%	1,6*	8,8%
Algodão	1,7	4,0%	3,2	24,1%	1,1	-25,5%
Laranja Indústria	0,3	-2,1%	309,3**	-1,6%	0,88***	0,9%
Milho	22,3	3,2%	131,9	16,6%	42,5	36,8%
Café arábica	1,5	2,4%	38,2****	16,6%	24,2****	-13,3%
Café conilon	0,4	-0,2%	16,2****	-11,0%	3,3****	144,3%
Arroz	1,5	-8,6%	10,0	-7,0%	0,7	7,3%
Feijão	2,7	-5,8%	3,0	1,7%	0,1	9,8%
Trigo	3,1	12,7%	10,6	37,4%	2,1	-16,5%

¹ Referente ao período de janeiro a outubro de 2023 em comparação com o mesmo período do ano anterior

* Bilhões de litros

** Milhões de caixas de 40,8 kg

*** Milhões de toneladas equivalentes ao FCOJ (Frozen Concentrated Orange Juice)

**** Milhões de sacas de 60 kg de café verde

Já as exportações brasileiras de café verde somaram o equivalente a 27,5 milhões de sacas de 60 kg na parcial de janeiro a outubro de 2023, gerando uma receita cambial de US\$ 5,8 bilhões. O desempenho implica diminuição de 6% em volume e recuo de 17,3% em valores na comparação com o mesmo mês de 2022. O desempenho mais tímido das exportações de 2023 pode ser atribuído à persistência de problemas logísticos e à disponibilidade de containers, mas também a menor participação do produtor no mercado, visto que os preços recuaram severamente em 2023.

A exportação de frutas voltou a apresentar alta, representando um incremento de 6,5% nos volumes exportados até outubro e de 25,5% em divisas geradas. Incrementos foram vivenciados frente à recuperação de pomares e à oferta em relação ao ano anterior, sob efeito de eventos climáticos, que resultaram em quebras produtivas. Entre a cesta de exportação, destacam-se o aumento nos escoamentos de mangas (18,3%), melancias (7,8%), limões e limas (5,6%) e

melões (1,3%), que, somados, equivalem a mais de 70% do volume escoado. Manga (US\$ 193,8), limões e limas (US\$ 142), melão (US\$ 126,4) e uva (US\$ 87,8) totalizaram US\$ 550 milhões e 64% da receita com a exportação de frutas frescas.

CUSTOS DE PRODUÇÃO EM PATAMARES ELEVADOS E PREÇOS DAS COMMODITIES EM QUEDA COMPROMETEM A MARGEM DOS PRODUTORES

Depois de intensa volatilidade vivenciada no mercado de insumos em 2022, principalmente em decorrência de conflitos geopolíticos entre a Rússia e a Ucrânia, os insumos fecham 2023 com cotações inferiores às de 2022. No caso dos fertilizantes, todo o recuo vivenciado no ano foi ainda limitado, não atingindo patamares anteriores à crise.

Em relação aos fertilizantes, os potássicos foram os que mais sentiram a queda, seguidos pelos fosfatados e nitrogenados. O valor pago pelos defensivos também se apresentou como menor, no caso do glifosato, a média de preços, no período de janeiro a outubro de 2023, indica recuo de 47,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 2. Variação dos preços médios de insumos para o período de janeiro a outubro, 2021, 2022 e 2023

Insumos	Jan-Out 2022 vs 2021	Jan-Out 2023 vs 2022
Fertilizante - Ureia	80,5%	-50,0%
Fertilizante - MAP	44,2%	-40,7%
Fertilizante - KCl	52,6%	-43,2%
Herbicida - Glifosato	180,1%	-47,4%

No caso da soja, os fertilizantes representaram 32% do Custo Operacional Efetivo (COE), que, junto aos defensivos (24%) e às sementes (10%), somam quase 70% do desembolso dos sojicultores. Para o milho segunda safra, os defensivos compuseram 34% das despesas operacionais, seguidos pelos fertilizantes (29%) e sementes (14%). Com os preços da soja e do milho pressionados em comparação a 2022, as margens brutas foram reduzidas em 68% e 124%, respectivamente.

Quanto aos preços da soja, o movimento de queda dos preços teve início em dezembro de 2022, intensificando-se com a entrada da nova safra no Brasil, atingindo a mínima em meados de junho com a saca cotada a R\$ 128,00. Após leve recuperação entre julho e agosto, a oleaginosa segue com a cotação decrescendo, com o esfriamento da demanda global. Entre janeiro e outubro, as cotações retraíram cerca de 20% na comparação com o ano anterior.

Movimento ainda mais desfavorável foi verificado para o milho, principalmente com a colheita recorde da segunda safra, o que justifica os preços médios entre janeiro e outubro estarem 25% abaixo do mesmo período do ano passado. Em linhas gerais, o preço do arroz manteve-se firme, ao longo de 2023. Até o primeiro semestre, houve um viés de baixa com a entrada da colheita, com preços mais aquecidos a partir de julho, especialmente com um cenário internacional indicando quebras de produção e restrições de exportação. Portanto, os aumentos nos preços justificam-se frente às fortes demandas interna e externa.

Por outro lado, para cana-de-açúcar, além do incremento de produtividade nas regiões Centro-Sul (7%) e Nordeste (17%), observou-se uma redução dos custos de produção da cultura no patamar de 10%, ocasionado pela queda de preços de defensivos, principalmente fertilizantes. A redução dos custos, atrelado à boa produtividade dos canaviais, e a qualidade da matéria-prima sendo remunerada em patamares acima do ciclo anterior dada a valorização do açúcar principalmente, contribuíram para ampliação da margem obtida pelos produtores, na ordem de 9%.

Na cafeicultura, em 2023, houve diminuição nos desembolsos com fertilizantes (35%) para o café arábica e (34%) para o canephora. No que diz respeito aos defensivos, registrou-se uma diminuição de 23% nos investimentos para os cultivos de canephora, enquanto os modais de arábica apresentaram um aumento de 16%, em função do maior controle fitossanitário em áreas impactadas por granizo e vendavais.

Os dispêndios com mão de obra destinada à condução da lavoura e colheita foram os que mais impactaram o Custo Operacional Efetivo (COE), representando, em média, 35% do COE para ambas as espécies, superando os gastos com fertilizantes.

No balanço dos desembolsos diretos, houve redução de 8% no COE para o café arábica e 4% para o canephora, que foi menos do que proporcional à redução de preço, a qual culminou em encolhimento das margens brutas em 54% para o arábica e em 25% para o conilon/robusta.

Tabela X. Variação dos custos de produção e preços entre os anos de 2022 e 2023

Atividades	Variação dos custos (R\$/ha)	
	Custo	Preço
Arroz	32,6%	21,7%
Feijão	24,2%	-48,0%
Milho 2ª Safra	30,3%	-24,9%
Milho 1ª Safra	30,4%	-24,9%
Trigo	36,5%	-26,0%
Soja	35,8%	-20,0%
Café Arábica	-11,3%	-25,5%
Café Conilon	-15,2%	-9,4%
Cana-de-açúcar	-10,3%	-3,3%

Fonte: Projeto Campo Futuro da CNA

*Dados referentes ao período entre janeiro e outubro dos respectivos anos.

Destaques

- **COLHEITA RECORDE DE TRIGO**, de ótima qualidade, **DIMINUI NECESSIDADE DE IMPORTAÇÃO EM 30%**.
- **CHINA SE CONSOLIDA COMO O PRINCIPAL DESTINO DO MILHO BRASILEIRO, E BRASIL SE POSICIONA, PELA PRIMEIRA VEZ, COMO MAIOR EXPORTADOR MUNDIAL.**
- Com produtividade de cana-de-açúcar favorecida pelo clima, **PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ETANOL SUPERA POSITIVAMENTE O CICLO PASSADO, COM INCREMENTO NOS VOLUMES EXPORTADOS**, na ordem de 27,4% e 5,5%, respectivamente.
- **A PRODUÇÃO DE ALGODÃO APRESENTA BONS RESULTADOS, COM RECUPERAÇÃO FRENTE À SAFRA ANTERIOR.** Exportações seguem aquecidas, mas com venda antecipada da safra inferior ao vivenciado em anos anteriores.

BALANÇO 2023

SENAR EM NÚMEROS

8



FORMAÇÃO PROFISSIONAL RURAL Ações destinadas a trabalhadores e produtores rurais	898.172 participantes 66.985 turmas
PROMOÇÃO SOCIAL	262.786 participantes 17.871 turmas
SAÚDE DO HOMEM RURAL SAÚDE DA MULHER RURAL	20.184 participantes 14.923 participantes
MULHERES EM CAMPO	3.829 participantes 295 turmas
AGRICULTURA DE PRECISÃO	2.571 participantes 307 turmas
PROGRAMAS ESPECIAIS	538.597 participantes 16.089 turmas e/ou eventos
NEGÓCIO CERTO RURAL Destinado aos produtores rurais, com ações voltadas para o empreendedorismo e a gestão do negócio rural	3.386 participantes 208 turmas
OUTRAS AÇÕES Ações de FPR e PS que não são sistematizadas em cursos e treinamentos. Como palestras, dias de campo, feiras, eventos, seminários, oficinas e outras estratégias educativas	1.294.569 participantes 7.331 eventos (palestras, seminários, feiras, dias de campo, oficinas, workshops)
CAPACITAÇÃO METODOLÓGICA Treinamentos de agentes externos, instrutores e mobilizadores	8.869 participantes 373 turmas (instrutores, mobilizadores, supervisores e técnicos de campo)

APRENDIZAGEM RURAL Ações de capacitação de aprendizes para atender demanda dos produtores rurais	3.084 participantes 144 turmas
EAD SENAR Educação a Distância - Capacitações destinadas ao trabalhador e ao produtor rural	172 cursos EaD 343.055 matrículas efetivadas nos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)
FORMAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO	8.862 matrículas efetivadas
REDE DE ENSINO	211 polos de ensino
CENTROS DE EXCELÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> - Fruticultura, em Juazeiro/BA - Bovinocultura de Corte, em Campo Grande/MS - Cafeicultura, em Varginha/MG
PROPRIEDADES CADASTRADAS 2014-2023	316.847 propriedades
PROPRIEDADES ATENDIDAS 2023	164.887 propriedades com atendimento em andamento
NOVAS PROPRIEDADES ATENDIDAS 2023	65 mil propriedades que iniciaram atendimento este ano
VISITAS REALIZADAS 2014-2023	3,9 milhões de visitas
VISITAS REALIZADAS 2023	1,3 milhão de visitas
CAPACITAÇÕES EM FORMAÇÕES OFERTADAS PELA ATEG	5.037 capacitados
EQUIPE DE PROFISSIONAIS EM CAMPO NOS ESTADOS	6.513 técnicos 410 supervisores 27 coordenadores estaduais

PERSPECTIVAS



PERSPECTIVAS

1.	ECONOMIA	41
2.	POLÍTICA AGRÍCOLA	44
3.	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	47
4.	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	51
5.	SUSTENTABILIDADE	54
6.	PRODUÇÃO ANIMAL	57
7.	PRODUÇÃO AGRÍCOLA	61

PERSPECTIVAS 2024

ECONOMIA

1



EQUILÍBRIO FISCAL DEVE SER O MAIOR DESAFIO DA ECONÔMICA BRASILEIRA EM 2024

Para 2024, o cenário externo seguirá com as incertezas sobre o comportamento da inflação global, que tem se mostrado mais persistente do que o previsto, e consequentemente o comportamento da taxa de juros, ainda que a desaceleração recente dos preços da economia americana tenha sinalizado possibilidade de reavaliação da intensidade do aperto monetário no mundo.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o crescimento mundial deve perder fôlego, com a menor pujança da China, que deve reduzir a taxa de crescimento de 5,1%, em 2023, para 4,6%, em 2024. Além das questões econômicas, os conflitos e as tensões bélicas internacionais podem implicar aumento do protecionismo e das barreiras comerciais além de desordem na cadeia global de suprimentos.

Do lado doméstico, destaca-se a condução da política fiscal, que a partir de 2024, passa a ser determinada pelo novo Regime Fiscal Sustentável (RFS), cujas regras substituirão o Teto de Gastos. Com o RFS, muda-se a sistemática de crescimento da despesa, que agora passa a estar vinculada ao crescimento das receitas e ao cumprimento da meta de resultado primário, definida em zero, em 2024, e 0,5% e 1,0% em 2025 e 2026, respectivamente. O desafio está justamente no cumprimento dessas metas. Ainda que o governo sinalize esforço para aumentar sua arrecadação e fazer frente às despesas já contratadas para os próximos anos, a expectativa do mercado é de déficits primários até 2027, com o governo não cumprindo o papel estabilizador do endividamento público, medido pela relação Dívida Bruta/PIB, que deve alcançar 78,8%, em 2024, contra 76,1%, em 2023.

Diante das incertezas externas e domésticas, é esperado um menor crescimento do PIB brasileiro em 2024, de 1,5% ponto percentual abaixo do previsto para 2023. Ressalte-se que o setor agropecuário seguirá crescendo, mas a taxas serão menos expressivas que as registradas em 2023, diante dos desafios climáticos e de preços esperados para o próximo ciclo.

Pela ótica da demanda, o consumo das famílias e as exportações também apresentarão arrefecimento em 2024, frente a 2023. O consumo será limitado, pois os estímulos fiscais como aumento do salário-mínimo e aumento do Bolsa Família foram significativos em 2023, diminuindo seu impulso para o próximo ano. Já as exportações devem ser impactadas pelo crescimento econômico mais fraco em todo mundo. Por outro lado, há expectativa de crescimento da formação bruta de capital fixo a partir da continuidade do ciclo de redução da taxa de juros, com o investimento crescendo 1,9%, em 2024, ante queda de 2%, em 2023, que deve favorecer a compra de máquinas e equipamentos rurais.

A redução da atividade econômica pode ter impactos adversos no mercado de trabalho brasileiro em 2024, prevendo-se um aumento na taxa de desemprego para uma média de 8,6%, em comparação com a média de 7,9% em 2023. No agronegócio, espera-se manutenção na força de trabalho. Como a produção dentro da porteira não deve registrar um crescimento significativo, a geração de empregos tanto no campo quanto nos agrosserviços deve permanecer mais estável. Por outro lado, as expectativas para a taxa de juros em 2024 abrem a possibilidade de uma retomada do crescimento na agroindústria, o que poderia causar reflexos positivos no seu mercado de trabalho.

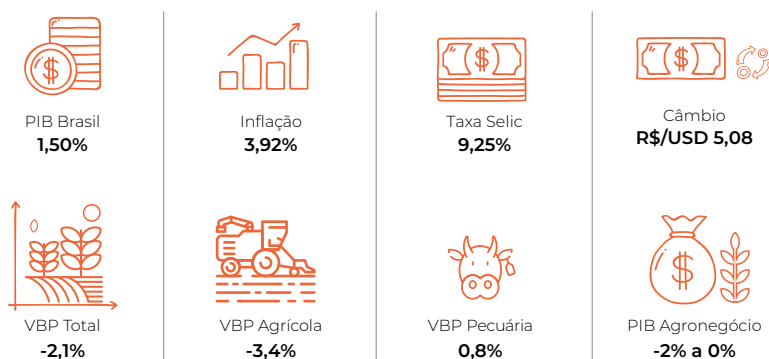
No que diz respeito à dinâmica inflacionária, prevê-se uma desaceleração nos preços administrados, decorrente de ajustes realizados em 2023 com o término das desonerações tributárias, principalmente em itens cruciais como combustíveis. Com essa perspectiva, os preços administrados, com substancial peso nos componentes do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), deverão fechar 2024 com um aumento de 4,42%, uma queda expressiva em comparação ao crescimento de 9,10% em 2023. Em contrapartida, a inflação de serviços manterá resistência, os preços industriais devem registrar aceleração e os preços no grupo de alimentos devem reverter a deflação prevista para 2023. Como resultado, espera-se uma desaceleração no IPCA para 3,92% em 2024, ainda acima

da meta de inflação de 3,00%, porém dentro da margem de tolerância de 1,5 ponto percentual estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para o ano. Diante desse cenário e das expectativas para o IPCA nos próximos anos, prevê-se a continuidade do ciclo de flexibilização monetária, levando a taxa Selic a encerrar o ano em 9,25%.

Quanto ao PIB do agronegócio, esperamos resultado próximo à neutralidade ou, queda de até 2%, quando comparado a 2023. Em relação ao volume de produção dentro da porteira, considerando o resultado expressivo já obtido em 2022/23 e observadas as perspectivas para a safra de grãos, tem-se que a expectativa para 2023/24 é de redução da produção de aproximadamente 1,5%. Para a pecuária, a expectativa é de crescimento, ainda que modesto, na produção das principais proteínas animais, graças aos baixos volumes em 2023.

O resultado do PIB no ano que vem vai depender, sobretudo: da relação entre preços de produtos e custos de produção nos diferentes segmentos (para ambos, são esperadas quedas frente a 2023); da magnitude da retomada da agroindústria (dependente da demanda doméstica e do cenário internacional para carnes, açúcar e óleo de soja); e dos efeitos do *El Niño* sobre as produtividades no Brasil.

Por fim, o Valor Bruto da Produção (VBP) deve alcançar R\$ 1,217 trilhão em 2024, registrando uma redução de 2,1% em relação a 2023. No ramo agrícola, o VBP deve encolher 3,4% em relação a 2023, alcançando R\$ 813,9 bilhões. Na pecuária, o VBP deve apresentar uma melhora de 0,8%, alcançando R\$ 403,2 bilhões. No ramo agrícola, essa queda está associada às incertezas causadas pelo *El Niño*. Para o caso da pecuária, espera-se pequena reação dos preços da arroba do boi, impactando positivamente o VBP da pecuária, uma vez que a bovinocultura de corte representa cerca 50% do VBP da pecuária.



Destaques

- **INCERTEZAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL PODEM IMPACTAR O DESEMPENHO DO PIB BRASILEIRO** em 2024.
- **IPCA DEVE ARREFECER PARA 3,92% AO ANO**, ficando abaixo do teto da meta de inflação, de 4,50% para 2024.
- **CICLO DE FLEXIBILIZAÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA NO BRASIL PODE GANHAR FORÇA EM 2024**, caso a previsão de antecipação de cortes na taxa de juros nos Estados Unidos se materialize.
- **PIB DO AGRONEGÓCIO PODE CAIR ATÉ 2%**. O motivo é a queda prevista nos preços dos principais produtos agropecuários.

PERSPECTIVAS 2024

POLÍTICA AGRÍCOLA

2



PERMANÊNCIA DAS TAXAS ELEVADAS COLOCARÁ PRESSÃO SOBRE OS RECURSOS PÚBLICOS NA PRÓXIMA SAFRA E SERÁ DESAFIO EM 2024.

Com a previsão de que a Selic permaneça próxima aos 9,25% no final de 2024, produtores irão demandar ainda mais dos recursos equalizados com taxas de juros menores ao crédito rural. Os desafios fiscais e monetários que o país enfrenta, e continuará a enfrentar em 2024, colocarão as políticas agrícolas em xeque.

Atualmente, os produtores encontram taxas de mercado (não subvencionadas) próximas aos 16% ao ano para o crédito rural, o que para muitas atividades agropecuárias acaba por ser inviável. No cenário de taxas elevadas em 2024 e baixa rentabilidade dos produtos, os produtores devem recorrer aos recursos do Plano Agrícola e Pecuário (PAP), que hoje apresenta taxas entre 4% e 12% ao ano. Para tanto, é necessário que exista orçamento que atenda às necessidades do setor. O valor apresentado no PLOA 2024 para a equalização das operações oficiais de crédito já preocupa de antemão.

Ademais, o Seguro Rural, que é não apenas uma ferramenta crucial da gestão de riscos, mas também uma ponte de acesso para o mercado financeiro, também carece de suplementação. O volume previsto para 2024 é de apenas R\$ 1,06 bilhão. Os levantamentos do setor apontam que, para que consigamos cobrir uma área de aproximadamente 14 milhões de hectares, assim como foi em 2021, seriam necessários R\$ 3 bilhões em recursos ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). É um volume necessário e urgente, sobretudo com as previsões de impactos do *El Niño*.

- Promover a continuidade dos trabalhos de **APROXIMAÇÃO DO MERCADO DE CAPITALIS** com o agronegócio permanece no radar.
- O setor busca **FORTALECER O ORÇAMENTO DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO E DO SEGURO RURAL**, de maneira previsível.
- **A GESTÃO DE RISCOS** precisa ser tratada **COMO POLÍTICA DE ESTADO** para o enfrentamento dos fenômenos do *El Niño*.

O desempenho das safras mantém demandas crescentes para o financiamento das infraestruturas de armazenagem na agropecuária. A volatilidade nos mercados financeiros pode impactar negativamente as opções de financiamento disponíveis, tornando a expansão ou modernização de instalações de armazenagem uma tarefa difícil.

Para a safra 2023/2024, os recursos ao Programa de Construção de Armazéns (PCA) foram 30% maiores do que no ciclo anterior, totalizando R\$ 6,65 bilhões. Contudo, o grande problema é fazer com que esse recurso chegue aos produtores. Dos R\$ 5,13 bilhões anunciados na safra 2022/2023, apenas R\$ 3,09 bilhões foram, de fato, distribuídos. Já no mercado privado, devido ao cenário de incertezas nos campos econômico e político, os produtores estão reticentes em lançar mão de investimentos de tamanho porte, haja vista a queda na rentabilidade de culturas como a soja e o milho.

Existe uma tendência favorável em relação aos investimentos privados e às práticas sustentáveis, mas há uma necessidade de maior engajamento. O papel crucial do setor público é orientar os investimentos e fomentar um ambiente colaborativo entre os setores público e privado. Essa colaboração vem sendo essencial para identificar e implementar eficazes soluções de finanças climáticas, sobretudo para o agronegócio, haja vista que nossos produtores utilizam tecnologias promotoras da diminuição das emissões de gases de efeito estufa (GEEs) e possibilitam a adaptação dos sistemas produtivos há décadas, sem nenhum tipo de benefício e nem instrumentos de financiamento específicos para tal fim.

No contexto das políticas agrícolas, vislumbra-se perspectivas promissoras para o setor, com foco na gestão de riscos e na garantia de preços mínimos aos produtores. Ademais, o aprimoramento legal das ferramentas de gestão de risco de preço ao setor ganha relevância como uma prioridade, com o propósito de proporcionar maior segurança e estabilidade.

Destaques

- **DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS DA SUBVENÇÃO AO SEGURO RURAL** para ampliar a área coberta é alternativa avaliada pelo setor.
- As políticas públicas deverão **FOCAR EM MANUTENÇÃO DE TAXAS DE JUROS COMPETITIVAS PARA CRÉDITO**, incentivando os investimentos no setor.
- **A SECURITIZAÇÃO DE ATIVOS RURAIS GANHARÁ DESTAQUE**, atraindo investidores interessados em participar do agronegócio, **AUMENTANDO O FUNDING** do setor.
- **PLATAFORMAS DIGITAIS E APLICATIVOS MÓVEIS PERMITIRÃO O AVANÇO DO CRÉDITO RURAL**, possibilitando que os produtores consigam recursos de forma célere e eficiente.

PERSPECTIVAS 2024

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

3



LOGÍSTICA É SABER QUANTO CUSTOU, COMO LEVAR, QUAL O TEMPO E A CONDIÇÃO DE ENTREGA

O que esperar em 2024: uso intensivo do modo rodoviário? Encolhimento da malha ferroviária? Paralisação da navegação nos rios? Filas de caminhões e/ou de navios nos portos? Toneladas de grãos armazenados a céu aberto? As interrogações poderiam ser substituídas por declarações reais, uma vez que refletem a situação da infraestrutura utilizada para o manuseio e o estoque da produção agropecuária brasileira. Não à toa, pesquisa recente da CNA (2023) apontou que a capacidade de armazenagem de grãos se reduziu na safra 2022/2023, chegando a apenas 60,4% do que é produzido. Antigamente, esse patamar era melhor, ou seja, 91,4% da safra de 2009/2010. No Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), não há previsão de recursos para a armazenagem, o que representará agravamento da situação a ser enfrentada na safra de 2023/2024.

Investimentos, tanto públicos como privados, são considerados remédios para reverter a situação. No cronograma de concessões rodoviárias constam 12 leilões, com aporte de recursos de R\$ 112 bilhões em 2024, para a melhoria da estrutura existente.

Carteira de projetos de concessões rodoviárias em 2024



Fonte: Elaboração da CNA a partir de dados do Ministério dos Transportes (2023).

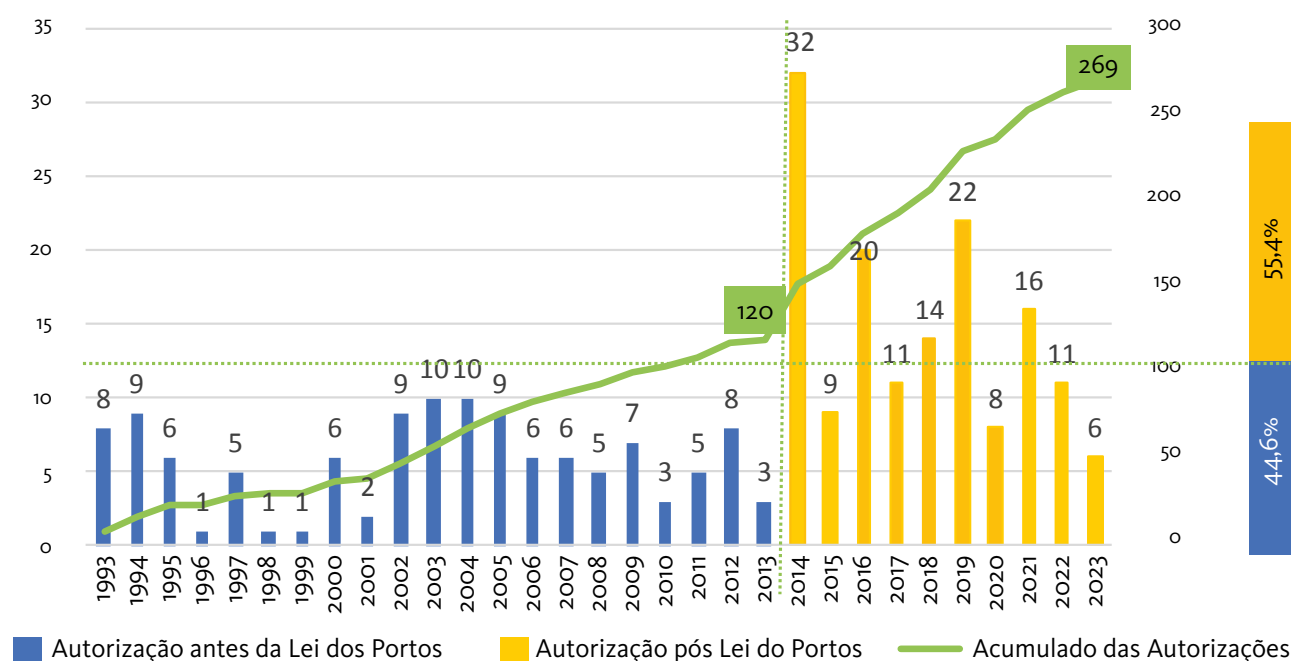
Nas ferrovias, a tendência é continuidade na construção da Ferrovia da Integração Centro Oeste (Fico) e da Ferrovia de Integração Oeste (Fiol). No final de 2023, foi publicado o edital de licitação para a contratação das obras da Fiol 2, entre os municípios de Caetité-BA e Bom Jesus da Lapa-BA. O orçamento do edital é de R\$ 368,6 milhões e a abertura dos envelopes com as propostas ocorrerá em janeiro 2024. Na lista, também há novos projetos. O governo federal estima investimentos de aproximadamente R\$ 450 milhões para iniciar a implantação da Transnordestina Logística S/A (TLSA), entre Salgueiro e o Porto de Suape, no estado de Pernambuco. O montante representa apenas 9,0% do total necessário para o término do trecho, que é de R\$ 5 bilhões.

Há expectativa do lançamento do Plano Nacional de Ferrovias (PNF) nos primeiros meses do ano, com o objetivo de ampliar a oferta de malha ferroviária no país, sugerindo carteira de projetos a investidores privados, inclusive de capital estrangeiro. No entanto, é necessária a devolução, por parte das concessionárias, de trechos inoperantes e ociosos que serão adicionados ao portfólio de ativos destinados ao plano.

Para o modo aquaviário, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) anunciou o início das obras do derrocamento do Pedral do Lourenço. A intervenção compreende a desobstrução de canal no Rio Tocantins, com 43 quilômetros de formações rochas que impedem a navegação. Tudo indica que haverá a continuidade dessa obra em 2024. A empresa DTA Engenharia venceu a licitação em 2016, orçada em R\$ 560,0 milhões. Após a liberação das licenças pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o investimento foi atualizado e custará R\$ 1,1 bilhão aos cofres públicos.

A publicação do Plano Geral de Outorgas (PGO) hidroviário deverá continuar no próximo ano. Considerado passo importante para melhorar a navegabilidade dos rios, o plano estabelece a outorga de vias navegáveis ou potencialmente navegáveis pelo instrumento de concessão ou licitação. Aliada a essa iniciativa, o governo federal sinalizou, já para o início de 2024, a publicação de novo marco regulatório das hidrovias ou BR dos Rios. A ideia é incentivar o transporte pelos rios, considerando que a navegação interior movimentava somente 5% do total de cargas no país.

Evolução das autorizações para terminais de uso privado (TUPs)



Fonte: Elaboração da CNA a partir de dados da ANTAQ (2023).

A Lei nº 12.815/2013, que permitiu a instalação de Terminais de Uso Privado (TUPs) pela iniciativa privada, resultou na autorização de 149 estruturas na última década, quantidade superior ao somatório dos 20 anos que a antecederam. Porém, o que se nota é a desaceleração dos investimentos em terminais, em razão da falta de manutenção contínua dos rios. A tendência de estagnação do setor será concretizada caso nenhuma das medidas anunciadas saia do papel.

Viabilizar hidrovias e estruturas de apoio requer aportes privados. O caminho é a formulação de um marco regulatório com regras para a concessão da gestão dos rios e disponibilização de fundos setoriais com parte dos

incentivos à compra de embarcações e à implantação de terminais. Esse é o objeto da iniciativa denominada BR dos Rios. A ser lançada em 2024, a lei preconiza rever impasses em relação às barragens do setor energético. Para tanto, deverá observar o princípio do uso múltiplo das águas (Lei nº 9.433/1997), sem priorizar determinado setor em detrimento de outro. As políticas e diretrizes para o fomento e desenvolvimento da infraestrutura das instalações hidroviária nos rios e lagos nacionais ficará a cargo do Ministério de Portos e Aeroportos (MPA), que divulgou a criação da Secretaria Nacional de Hidrovia (SNH), nos primeiros meses de 2024.

Destaques

- **O Documento Eletrônico de Transporte (DT-E) SERÁ IMPLANTADO GRADUALMENTE:** rodoviário e ferroviário (2024); aquaviário (2025); aeroaviário (2026); e dutoviário (2027).
- **RECURSOS FEDERAIS EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE CONTINUARÃO EM QUEDA.** Em 2024, a previsão é de encolhimento de 4,5% ou -R\$ 782,5 milhões (CNT, 2023). O valor é maior que a previsão de investimentos no modo aquaviário (R\$ 644,4 milhões).
- **DEBATES SOBRE A AGENDA ESG** (ambiental, social e de governança) na logística de transporte **SERÃO INTENSIFICADOS**, com ênfase nos modos ferroviários e hidroviários.
- **MALHA OESTE SERÁ RESSUSCITADA** (1.973 quilômetros de ferrovias entre as cidades de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, até Mairinque, em São Paulo), com relicitação em 2024 e investimentos privados de R\$ 18 bilhões.

PERSPECTIVAS 2024

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

4

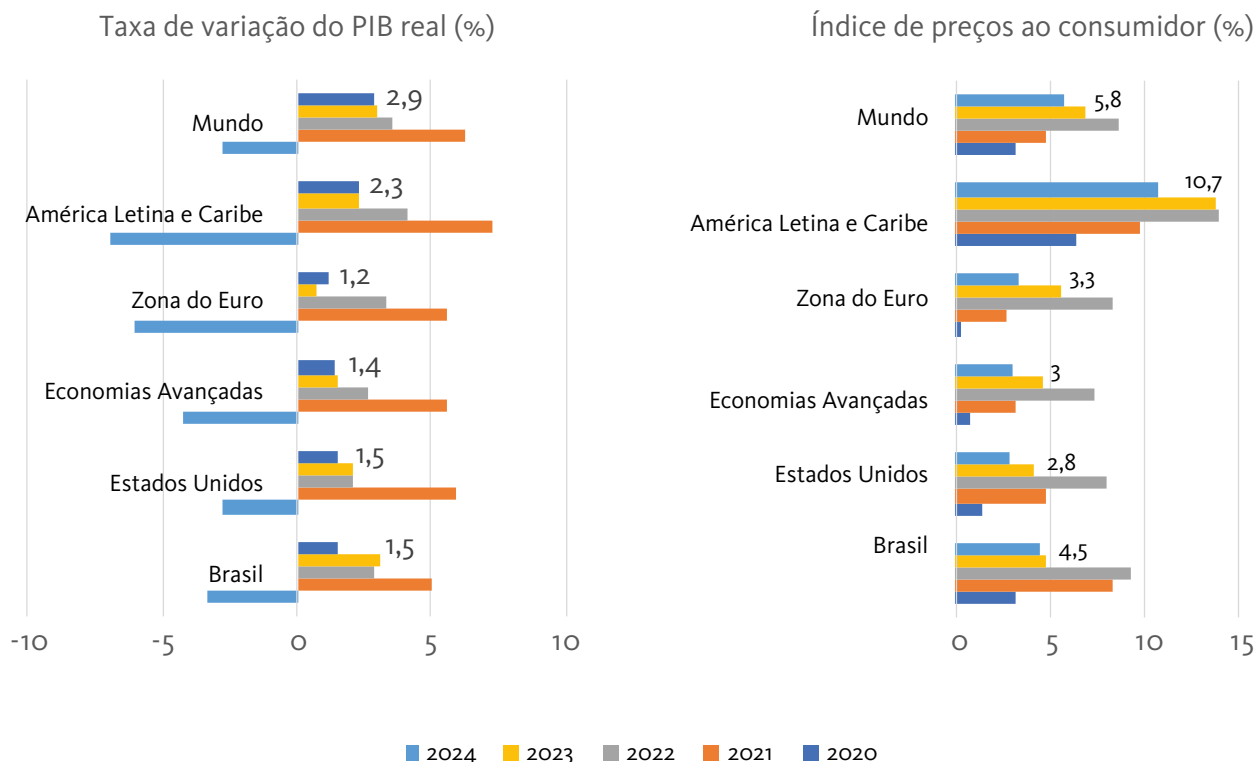


TENSÕES POLÍTICAS NO MERCOSUL, BAIXO CRESCIMENTO ECONÔMICO E QUEDA NA INFLAÇÃO

O ano de 2024 deve seguir com arranjos complexos na geopolítica global. O cenário macroeconômico aponta para o menor crescimento registrado desde 2020 – ano quando houve o choque devido à pandemia da Covid-19 – com perspectivas de 2,9% para o mundo. No Brasil, o cenário parece ainda mais desafiador: as perspectivas apontadas no World Economic Outlook, publicado pelo FMI, apontam crescimento de 1,5% para o país, que deve figurar abaixo da média dos países da América Latina e do Caribe (2,3%). As economias avançadas devem registrar taxas de crescimento próximas à brasileira, enquanto o ritmo da economia chinesa deve reduzir para 4,2%.

As perspectivas para inflação são de redução, guiada sobretudo pelos subseqüentes apertos monetários realizados nas principais economias globais ao longo dos últimos anos. O aumento expressivo nas taxas de juros americana e europeia começam a surtir efeito e devem levar a um índice de preços de 2,8% e 3,3% nos EUA e na Zona do Euro. No Brasil, movimento semelhante é observado, o que deve permitir a continuidade da flexibilização monetária.

Gráfico 1. Perspectivas de crescimento econômico e inflação nas principais economias globais



Fonte: World Economic Outlook, FMI.

Em relação ao comércio internacional, as perspectivas são de aceleração. Segundo as estimativas da OMC, os fluxos comerciais mundiais em 2024 devem crescer 3,3% frente a apenas 0,8% em 2023.

Apesar do aumento em relação a este ano, há diversas preocupações relacionadas à fragmentação ou ao encurtamento das cadeias de oferta. As tensões políticas cada vez mais evidentes entre as duas maiores economias do mundo – Estados Unidos e China – têm feito com que países marginais tenham que escolher lados, provocando um maior alinhamento político-econômico e conseqüentemente criando tendências de aproximação mais evidentes.

Ainda não há evidências claras de que essas tendências confirmar-se-ão, mas as relações políticas vêm aumentando tal probabilidade.

No mercado internacional, as principais commodities agrícolas devem registrar aumentos nos fluxos comerciais. O comércio de soja deve expandir 0,7% e o milho deve atingir 1%; já a carne bovina deve crescer 1,9%, as carnes de aves devem permanecer estáveis e a carne suína deve registrar queda na ordem de 1,2%.

Já no âmbito político, o ano de 2024 será marcado por grandes eventos. No Mercosul, os dois mais marcantes serão a posse do presidente eleito na Argentina, Javier Milei, e as eleições uruguaias em outubro, onde o atual presidente Lacalle Pou tenta emplacar seu sucessor que concorrerá contra um candidato da Frente Ampla. Já nos Estados Unidos, o atual presidente Joe Biden deverá enfrentar seu antecessor Donald Trump.

Esses pleitos podem ditar o futuro das relações internacionais no Ocidente nos próximos anos. Nos EUA, uma eventual eleição de Trump pode tornar ainda mais complexa a relação do país com a China. Caso ele seja eleito, é pouco provável que o Órgão de Apelação do Mecanismo de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) volte a operar, o que pode gerar impactos relevantes para as relações comerciais e para o direito internacional.

Na América do Sul, a eleição de Milei também pode significar mudanças para a estrutura geopolítica vigente no Mercosul. Ao lado do atual presidente do Uruguai, que pressiona por um acordo comercial com a China costurado às margens das diretrizes do bloco sul-americano, o presidente eleito da Argentina já sinalizou que gostaria de conduzir o país para fora do bloco, o que implicaria mudanças significativas nas relações comerciais do Brasil com esses parceiros. Na prática, o discurso vem sendo amenizado após a vitória nas urnas, mas os primeiros dias de governo na Argentina serão muito importantes para o futuro do bloco sul-americano.

Outra sinalização do plano de governo do novo presidente da Argentina é a não adesão ao bloco dos BRICS, a partir de janeiro de 2024. Os outros cinco países convidados (Irã, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito e Etiópia) refletem uma demanda de ampliação do grupo pressionada especialmente pela China.

A agenda de acordos avançou pouco em 2023 e as expectativas para 2024 também são baixas. Caso não seja concluído até o final do ano, é provável que o acordo já negociado com a União Europeia continue travado devido às novas exigências ambientais realizadas pelo bloco europeu e consideradas inaceitáveis pelo Mercosul. Além disso, é possível que os acordos em negociação com Coreia do Sul e o Canadá encontrem entraves no bloco sul-americano.

Ainda em relação à UE, a nova legislação antidesmatamento, promulgada em 2023, entrará em vigor ao fim de 2024, o que pode impactar as exportações brasileiras de produtos agropecuários para o bloco europeu.

A União Europeia deve acelerar ainda mais os programas relacionados ao Green Deal, com medidas mais restritivas na produção agropecuária, políticas de bem-estar animal, redução e eventual eliminação de alguns pesticidas, aumento da produção orgânica, recuperação de áreas degradadas e florestas nativas, transformação na matriz energética e limitações na criação e reprodução animal e vegetal.

PERSPECTIVAS 2024

SUSTENTABILIDADE

5



TRAMAS GLOBAIS, DESAFIOS LOCAIS – 2024 SERÁ DETERMINANTE NO APRIMORAMENTO LEGISLATIVO EM PROL DA SEGURANÇA JURÍDICA, DO ACESSO A MERCADOS E DA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E FUNDIÁRIA NO BRASIL.

Com uma agenda fortemente pautada nos compromissos internacionais, o ano de 2024 trará intensas negociações de regulamentação interna integrada às metas e obrigações impostas por força de acordos ambientais ou impostas por barreiras comerciais. A transparência da sustentabilidade do setor produtivo da agropecuária brasileira exigirá mobilização de seus representantes para alcançar a integridade das ações empreendidas ao alcance da sustentabilidade, segurança alimentar e energética, além do reconhecimento dos objetivos alcançados para fim de cumprimento da legislação nacional.

Nesse contexto, a implementação do Código Florestal segue como principal ação a ser alavancada em 2024, principalmente por meio da análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) como instrumento que transcende a própria lei florestal, alcançando as demais obrigações e exigências dos mercados internacionais. Diante da dificuldade dos estados em realizar a análise, ações supletivas do governo federal e a utilização dos recursos de fundos como o Fundo Amazônia para essa finalidade serão essenciais.

Seguindo a tendência iniciada em 2023, grande parte das regulamentações das normas ambientais estará a cargo dos colegiados ambientais, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Este tem em sua agenda a deliberação de temas como a COP30, a ser realizada em Belém-PA-Brasil, ações de redução do desmatamento legal e ilegal especialmente nos biomas Amazônia e Cerrado, a regulação do uso dos biomas brasileiros e das zonas de amortecimento das unidades de conservação, o uso de bioinsumos, produtos químicos e bem estar animal, entre outras pautas importantes.

Em termos de biodiversidade, a Comissão Nacional de Biodiversidade terá como principal ponto de discussão a internalização das metas globais de biodiversidade, as quais impactam a propriedade rural que detém grande parte desse patrimônio.

No Legislativo, uma das prioridades setoriais é a proposta de texto para o licenciamento ambiental, que objetiva trazer segurança jurídica às atividades agropecuárias, sem abrir mão da segurança ambiental. O mercado de carbono também está na pauta do Congresso Nacional, que poderá reconhecer todo o potencial dos ativos ambientais da vegetação nativa e da agricultura de baixa emissão de carbono no fornecimento de certificados de redução de emissões de gases de efeito estufa. No mesmo sentido, a regulamentação da Lei de Pagamento por Serviços Ambientais, se adequadamente feita, gerará oportunidade ao Agro brasileiro. Ainda, propostas importantes como a que versa sobre a aplicação da Lei da Mata Atlântica, as leis dos demais biomas brasileiros e a definição da identidade ecológica para fins de aplicação do Código Florestal permanecerão no radar setorial.

A revisão das metas brasileiras diante do Acordo de Paris trará novos desafios ao Plano de Implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês) a ser apresentado pelo Brasil junto ao Acordo

de Paris. É nele que estarão as metas propostas para a agropecuária, a exemplo do Plano ABC+, e o papel do setor ao alcance das novas metas e das que virão na COP30 em 2025.

Em dezembro 2024, entrará em aplicação a Lei Antidesmatamento da União Europeia, promovendo intensos debates sobre os critérios de aplicação durante todo o ano.

Nas questões fundiárias, em 2024, haverá esforços para garantir a efetiva governança de terras por meio da integração dos cadastros rurais, do georreferenciamento de imóveis rurais e da emissão de títulos para quem possua a posse mansa, pacífica e de boa-fé, promovendo o ordenamento territorial do país.

Além disso, é importante garantir a aplicação, por parte do governo federal, da tese de repercussão geral definida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), quanto à justa e prévia indenização – que deverá abranger as benfeitorias e o valor da terra nua – nos casos em que a demarcação envolva a retirada de produtores rurais que ocupem a área de boa-fé.

No contexto da irrigação, a forte atuação setorial em 2024 será no andamento dos projetos de lei que autorizam a reservação de água em barragens para serem usadas na irrigação dentro das propriedades rurais e a garantia dos descontos na tarifa de energia para os irrigantes e aquicultores que fazem uso no horário reservado, além da retomada dos descontos aplicados ao consumidor em zona rural.

Destaques

- **LICENCIAMENTO AMBIENTAL, REGULAMENTAÇÃO DO PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS, REGULAÇÃO DO MERCADO DE CARBONO E APLICAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL NA MATA ATLÂNTICA DEVEM TOMAR A PAUTA REGULATÓRIA E LEGISLATIVA DO SETOR EM 2024.**
- O cumprimento da tese que propõe a **INDENIZAÇÃO PARA O PRODUTOR RURAL** que tenha sua área afetada pela demarcação de nova terra indígena **SERÁ PRIMORDIAL PARA SEGURANÇA FUNDIÁRIA.**
- **ACORDOS E COMPROMISSOS INTERNACIONAIS PAUTARÃO A AGENDA AMBIENTAL.**
- O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), o Conselho Nacional de Biodiversidade (Conabio), o Conselho Nacional de Recursos Hídrico (CNRH) e os demais **COLEGIADOS AMBIENTAIS PROMOVERÃO REGRAS INFRALEGAIS DE IMPACTO AO SETOR AGROPECUÁRIO.**
- **APROVAÇÃO DE LEI QUE PROMOVA A REGURALIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA A REGIÃO AMAZÔNICA SERÁ PRIORIDADE PARA O SETOR EM 2024.**

PERSPECTIVAS 2024

PRODUÇÃO ANIMAL

6



MARGENS DO PRODUTOR DITARÃO RITMO DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO

As margens negativas da atividade leiteira ao final de 2023 e o menor poder de investimento dos produtores, atrelados às perspectivas de aumento nos custos e ao clima adverso devem limitar a ampliação da produção nacional, com projeção de estabilidade em torno de 34,1 bilhões de litros em 2024.

No cenário internacional, a previsão do USDA para a Nova Zelândia indica queda de 0,5% na oferta de leite no campo, além de retração de 5% na produção de leite em pó. Da mesma forma, pressões ambientais e a retração de rebanhos no Hemisfério Norte devem limitar o crescimento na produção global em 0,4%, conforme projeções do Rabobank. As atenções voltam-se à demanda chinesa, cujo apetite deve ditar os rumos do comércio internacional mais uma vez.

A menor produção deve contribuir com elevação das cotações globais, reduzindo as importações de lácteos pelo Brasil. Associada à estabilidade da produção interna, existe a expectativa de recuperação comedida dos preços ao produtor, cuja magnitude dependerá do resultado da economia brasileira. Essa conjunção de fatores determinará a capacidade de investimentos e a retomada da produção, especialmente na segunda metade do ano.

- **BAIXA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO E PROBLEMAS CLIMÁTICOS** impedirão recuperação expressiva na produção de leite em 2024.

Para a bovinocultura de corte, a expectativa é de que os abates se mantenham em níveis historicamente elevados no Brasil, com projeção de aumento de 0,2% na produção de carne bovina em 2024, em relação a 2023, e deve ser o principal drive para estabilidade à baixa para os preços da arroba do boi gordo e animais de reposição em 2024. Os crescimentos comedidos para o consumo doméstico (+1,2%) e para as exportações (+2,1%) serão insuficientes para recuperação do preço, principalmente na primeira metade do ano.

A expectativa tímida de aumento da exportação brasileira de carne bovina está atrelada à projeção de uma maior produção chinesa que, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), é de aumento de 2,7% em 2024 e redução de 2,8% no volume importado dessa proteína.

- Preços da arroba do boi gordo no Brasil continuarão sob **INFLUÊNCIA DA ALTA TAXA DE ABATE** e da **DEMANDA INTERNA TÍMIDA**, somadas à **RECUPERAÇÃO DA PRODUÇÃO CHINESA DE PROTEÍNA ANIMAL**.

Na avicultura, a tendência é de que seja sustentada a competitividade do frango e do ovo, frente às proteínas bovina e suína. Com isso, a expectativa é de que a demanda interna se mantenha aquecida em 2024, com aumento de 1,8% para o frango e 2,1% para os ovos, na comparação anual.

As expectativas são positivas também para as exportações brasileiras de carne de frango (+2,7%), considerando a posição de destaque do país nesse mercado e a não ocorrência de influenza aviária em granjas comerciais até então, o que mantém o status do Brasil como livre de influenza aviária de alta patogenicidade (IAAP), sem prejuízos aos embarques.

Para a China, principal importadora da carne de frango brasileira, a estimativa é de queda de 3,0% na produção de frango de corte em 2024. Com isso, o país asiático deverá importar 3,1% a mais do produto no ano que vem.

No caso dos ovos, apesar da pequena representatividade das exportações em relação ao volume produzido no país, os embarques brasileiros deverão seguir crescendo, com previsão de aumento de 15,9% no próximo ano, com destaque para as exportações para América do Sul (Peru e Chile), México, Ásia (Japão e Taiwan) e África (Senegal e África do Sul).

Dessa forma, para 2024, estima-se incrementos de 1,5% na produção nacional de carne de frango e de 2,5% na produção de ovos, frente a 2023.

Para a suinocultura, as projeções apontam para um crescimento mais tímido na produção brasileira em relação a anos anteriores, que foram de maior pressão do lado da oferta. Com as expectativas de aumento no consumo interno (2,9%) e na exportação (2,4%), espera-se preços mais firmes em 2024, mas a recuperação de margens dependerá dos custos. A ampliação da exportação está ancorada na projeção de redução de 1,0% na produção da China em 2024 e no aumento de 1,1% nas importações do produto.

Já na tilapicultura, as projeções apontam para um crescimento da produção nacional (+ 6,8%) em 2024, assim como observado nos últimos anos. Essa ampliação é fruto de intensificação da produção de alevinos, demanda interna aquecida e perspectivas positivas para a exportação.

Proteína	Consumo	Produção (milhões de ton.)	Exportação (milhões de ton.)
Carne bovina	1,2%	10,82	1,99
Carne suína	2,9%	5,38	1,22
Carne de frango	1,8%	15,69	4,98
Leite ¹	1,7%	34,10	0,13
Tilápia	4,5%	0,47	0,005
Ovos ²	2,1%	138,53	0,062

Fontes: USDA, ABPA, CEPEA, Rabobank, CONAB, IBGE, Jox Assessoria, Projeções CNA.

¹ Bilhões de litros — ² Mil caixas de 30 dúzias

DIANTE DE ALTO RISCO CLIMÁTICO E PREÇOS MENORES PARA PECUÁRIA, CUSTO DE ALIMENTAÇÃO SERÁ TERMÔMETRO DE MARGEM EM 2024

Considerando o cenário de manutenção à alta nos principais itens de custos de produção da pecuária, a perspectiva é de pressão sobre a margem dos produtores em 2024, principalmente nas atividades em que há projeção de queda no preço pago aos produtores, como na bovinocultura de corte e leite.

Para o milho, as incertezas com relação à segunda safra brasileira 2023/24 têm impactado as cotações futuras do cereal e trazem expectativas de movimentos sazonais de preço no mercado interno no primeiro semestre de 2024, até a colheita da segunda safra.

No caso do farelo de soja, o aumento nos esmagamentos do grão e a maior oferta interna são fatores baixistas para os preços do insumo no ano que vem, a exemplo de 2023. A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) estima crescimento de 0,7% na produção brasileira de farelo de soja no próximo ano, estabilidade no consumo doméstico e queda de 2,3% nas exportações brasileiras, na comparação anual.

Ainda com relação a alimentação, a expectativa é de uma demanda mais tímida por suplementos minerais diante das quedas nos preços e do estreitamento das margens dos produtores de gado de corte e leite, em um cenário semelhante ao verificado em 2023, quando a demanda por suplementos minerais recuou 4,5% (Sindirações).

Para a energia elétrica, a demanda aquecida no país e níveis baixos em importantes reservatórios mantêm as expectativas de custos em alta, assim como no mercado de insumos para aquecimento das granjas, tais como pellets, cavaco, lenha etc.

Por fim, outro item que deverá seguir pesando nos custos de produção da pecuária é a mão de obra, em função da escassez e concorrência com outras atividades.

Destaques

- **MANUTENÇÃO DO PAÍS LIVRE DE INFLUENZA AVIÁRIA** de alta patogenicidade (IAAP) **SERÁ DETERMINANTE PARA O DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES** e o desempenho econômico da avicultura de corte.
- **MARGENS DA PECUÁRIA DE CORTE SEGUIRÃO PRESSIONADAS EM 2024**, pela queda na receita do produtor e pelos custos de produção em patamares elevados.
- As perspectivas de recuperação de preço modestas e a pressão de **CUSTOS DE PRODUÇÃO EM 2024 SINALIZAM MARGENS RESTRITAS PARA A ATIVIDADE LEITEIRA.**
- Apesar do aumento da produção, **A DEMANDA AQUECIDA DEVE SUSTENTAR OS PREÇOS DA TILÁPIA NO MERCADO INTERNO.**

PERSPECTIVAS 2024

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

7



EL NIÑO AMPLIA O RISCO DA SAFRA BRASILEIRA EM UM CENÁRIO DE MARGENS PRESSIONADAS PELO PREÇO

Os principais centros de previsão climática aumentaram a intensidade e adiaram o pico do *El Niño*. As projeções mostram que este ocorrerá entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024, com queda lenta a partir desse ponto. As preocupações com o clima no Brasil estão se acentuando visto que as regiões Centro-Sul e Norte do país estão sob severa restrição hídrica. Assim, o ciclo 2023/24 se inicia desafiador.

A estimativa para a safra de grãos 2023/24 é de 316,7 milhões de toneladas, queda de 1,5% ou 4,7 milhões de toneladas, se comparada à safra anterior, segundo a CONAB. Mesmo assim, a produção de soja está estimada em 162,4 milhões de toneladas, crescimento de 5,1% em relação a 2022/23. As expectativas apontam para um panorama inverso no caso do milho. Devido à redução nas margens da atividade e ao inevitável atraso no plantio da segunda safra, a produção total do cereal deve somar 119,1 milhões de toneladas, decréscimo de 9,7% quando comparado à safra passada. É esperada uma considerável diminuição na área plantada do milho segunda safra (-5%) devido ao risco associado ao plantio fora do período ideal.

Para o arroz e o feijão, há estimativa de incremento de 7,8% e 0,7% em comparação ao volume colhido na safra 2022/23, resultando em uma expectativa de produção de 10,8 e 3,1 milhões de toneladas, respectivamente. Por outro lado, o trigo, mesmo com os acréscimos em área plantada, segue com cortes no potencial produtivo nos principais estados produtores devido ao alto volume de chuvas na fase final do ciclo.

Para a safra de 2024 de cana-de-açúcar, que inicia oficialmente em abril, espera-se leve incremento (0,6%) na área cultivada, totalizando 8,4 milhões de hectares e 664 milhões de toneladas processadas ao final do ciclo (-2%), em vista de pequena queda na produtividade, após um período bastante positivo dada a jovialidade de canaviais recém reformados. Mesmo com redução na moagem, estimativas apontam para um incremento de 2,5% na produção de açúcar, diante da ampla demanda global pelo adoçante e déficit no fornecimento por Índia e Tailândia. A fabricação do etanol obtido a partir da cana, deve apresentar recuo de 5%, em função da concorrência por matéria-prima.

No caso da laranja, é esperada recuperação para a safra de 2024. No entanto, esta poderá ser refreada pelo estresse das altas temperaturas no último trimestre de 2023, previstas ainda para o primeiro trimestre de 2024, atrelado a baixa média pluviométrica.

A produção de café arábica encontra-se em um cenário semelhante. Temperaturas acima de 35 °C por dias consecutivos, vivenciadas no último trimestre, podem ter efeitos prejudiciais à frutificação. Mesmo em áreas com boa disponibilidade de água no solo, temperaturas elevadas levam à queda de folhas e frutos, comprometendo o tamanho e a formação adequada dos grãos, e ampliam a proliferação de pragas e doenças, o que reduz o potencial de aumentos recordes de produção e exige um controle fitossanitário mais rigoroso. Assim, o aumento deve ser da ordem de 11%.

Para o *Coffea canephora* (conilon/robusta), o cenário é mais desafiador pela severa estiagem, que atinge as regiões produtoras do Espírito Santo, de Rondônia e do Sul da Bahia. Embora seja prematuro estimar percentual intensidade de quebra na safra em 2024, produtores e especialistas a consideram inevitável e até então estimada em 7%.

A horticultura tende a sofrer maior impacto do clima, haja vista a sensibilidade das culturas e sua perecibilidade. Para os primeiros meses do ano, os preços poderão estar elevados, com oferta impactada pelas altas temperaturas e estresse fisiológico em algumas culturas, como folhosas, tomate, maçã e uva. Margens ainda restritas e perdas sucessivas em momentos de variações críticas do clima limitam a ampliação na produção.

- **ALTAS TEMPERATURAS DEVEM SER O PRINCIPAL FREIO PARA A PRODUÇÃO NA REGIÃO SUDESTE** para café, laranja e hortaliças.
- Para a produção de grãos no Centro-oeste, **ALTERAÇÃO DA JANELA DE PLANTIO E PREÇOS DEVE PROMOVER SUBSTITUIÇÃO DO MILHO EM SEGUNDA SAFRA**, principalmente pelo algodão.
- **ALTA DEMANDA, QUEBRA DE SAFRA DOS PRINCIPAIS CONCORRENTES E BONS PATAMARES DE PREÇO DEVEM FAVORECER AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR** em detrimento do etanol em 2024.

O balanço mundial de soja aponta para a produção do ciclo 2023/24 consideravelmente acima do consumo. Para os Estados Unidos, as previsões positivas de produtividade contribuem para sustentação da oferta global. Para a safra sul-americana, o cenário climático ainda não alterou os números de produção desses países para um nível que ameaça a oferta, mas as condições climáticas precisam melhorar para alcançar o potencial da região.

A perspectiva de preço para o primeiro trimestre ainda é baixa, tendo em vista a entrada da safra brasileira, mas com a indicação de preços mais firmes para embarques após março. Essa sustentação dependerá do grau de impacto do clima nos resultados da produção (ainda incerta), da demanda local para processamento e do aquecimento da demanda internacional, sobretudo China, para uma reação de preços.

As estimativas para a safra global do milho também são positivas, apesar da redução esperada na produção brasileira. É esperado um aumento de 5,2% nos estoques finais globais, totalizando 315 milhões de toneladas em 2023/24 – o maior desde 2017/18 – impulsionado pelo recorde de produção americana (348,4 milhões de toneladas) e pela recuperação da produção da Argentina (61,8%), da União Europeia (14,4) e da Ucrânia (9,3%). Logo, a oferta de milho mundial deve superar em mais de 63 milhões de toneladas o ciclo 2022/23.

Nessa conjuntura, a expectativa de preços pressionados ainda se mantém, dado o expressivo aumento de oferta na safra mundial. No mercado interno, como a rentabilidade está muito achatada, o clima será termômetro duplo de risco (preço/produção). No campo, o atraso no cultivo da soja no Cerrado brasileiro ameaça negativamente o cultivo de milho de segunda safra, atualmente responsável por 3/4 da oferta nacional total, podendo resultar em sustentação de preços.

Na atividade sucroalcooleira, diante das boas condições no mercado externo para o adoçante, com continuidade do suporte altista nos preços da *commodity*, estima-se incremento de cerca de 10% no volume total exportado. Além disso, dada a crescente demanda por biocombustíveis em uma conjuntura de preocupação e atenção mundial com as questões relacionadas à descarbonização, prevê-se leve aumento nas exportações de etanol. Desse modo, espera-se boa remuneração da matéria-prima aos produtores nacionais.

No mercado global de suco de laranja, oferta limitada e demanda aquecida irão nortear a precificação do produto, havendo expectativa de ampliação na geração de divisas para o Brasil na exportação. No entanto, faz-se necessária uma recuperação de estoques para que o país consiga arcar com os compromissos no mercado para os próximos anos.

A oferta global de café para a próxima safra passa por um momento de inflexão, especialmente com a confirmação de um *El Niño* mais severo, que coloca em reavaliação as expectativas do mercado para a safra brasileira de 2024. Outras

origens de café, como Vietnã, Colômbia e Indonésia, também enfrentam desafios climáticos, o que pode limitar a oferta dos principais países produtores. Por outro lado, uma demanda menos aquecida devido às crises políticas e econômicas globais parece exercer uma pressão maior e as projeções indicam uma ligeira queda nos preços internacionais ao longo de 2024, com os preços do arábica em Nova York (ICE Future US) se estabilizando entre 140 e 160 cents/lbp e os preços internacionais do Robusta na Bolsa de Londres variando entre US\$ 2.300 a US\$ 2.500 por tonelada.

Tabela 1. Estimativa de área, produção e exportação e variação em relação à safra 22/23 das principais culturas.

Culturas	Área (milhões de ha)	Produção (milhões de ton.)	Exportação (milhões de ton.)
Soja	45,3	162,4	103,0
Cana-de-açúcar	8,4	664,0	-
Açúcar	-	45,7	26,3
Etanol	-	26,6	1,6
Algodão	1,7	4,3	2,5
Laranja Indústria	0,3	348,7**	1,08***
Milho	21,1	119,1	38,0
Café arábica	1,5	41,9****	35,7****
Café conilon	0,4	15,1****	3,3****
Arroz	1,6	10,8	2,0
Feijão	2,8	3,1	0,2
Trigo	3,5	9,6	2,6

¹ Exportação projetada para o ano de 2024

* Bilhão de litros

**Milhões de caixas de 40,8kg

***Milhões de toneladas equivalentes de FCOJ

****Milhões de sacas de 60kg de café verde

Ao avaliar a cesta de exportação, os bons resultados observados para avocados, mamão e outras frutas têm impulsionado os fruticultores, fator somado ainda à abertura e conquista de novos mercados que geram expectativas de ampliação nas exportações. Boas perspectivas também são vistas para algumas hortaliças tuberosas, bulbos e de raiz. A produção de batata-doce, cebola, alho e cenoura tem desempenhado papel de destaque, sendo observada maior participação no mercado global e redução na dependência de produto importado.

No que tange a resultados econômicos, segundo a análise de cenários para a safra 2023/24, há sinalização de redução de margens com base nos custos já praticados que arrefecem a passos lentos, mas, principalmente, pelas sinalizações de preço no cenário global. Para o café, por exemplo, a redução na margem bruta está estimada em 66%. Assim, diante da intensidade de impacto regional do *El Niño*, com redução no volume, e bases técnicas sustentando redução dos preços no mercado mundial, a gestão de risco será determinante para o desempenho econômico das safras em 2024.

Destaques

- **A MENOR OFERTA DE AÇÚCAR** por Índia e Tailândia permite que o Brasil figure no mercado global e **MANTÉM OS PREÇOS DA COMMODITY EM PATAMARES ALTOS.**
- **CHUVAS INTENSAS NO SUL JÁ CONSOLIDAM PERDAS NA PRODUTIVIDADE E NA QUALIDADE DO TRIGO.**
- **O MERCADO DO ARROZ DEVE SEGUIR AQUECIDO** tanto para o consumo interno como para exportação diante da crise nos principais países produtores.

AÇÕES E CONQUISTAS



AÇÕES & CONQUISTAS

1. ECONOMIA	67
2. POLÍTICA AGRÍCOLA	71
3. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	74
4. RELAÇÕES INTERNACIONAIS	76
5. SUSTENTABILIDADE	82
6. ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E REGIÃO NORTE	88
7. GERAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA A AGROPECUÁRIA	91
8. JURÍDICO	94
9. PRODUÇÃO ANIMAL	103
10. PRODUÇÃO AGRÍCOLA	109
11. MULHERES E NOVAS LIDERANÇAS DO AGRO	116

AÇÕES E
CONQUISTAS
2023

ECONOMIA

1



a) **Avanços na Reforma Tributária para o Agro.** Após aprovação da PEC 45/2019 na Câmara e no Senado, a reforma tributária deve ser sancionada pelo Congresso Nacional ainda em 2023. Ao longo do ano, a CNA realizou estudos, participou de eventos e desenvolveu campanhas elucidativas com o intuito de demonstrar que o Agro precisa ter um tratamento diferenciado na reforma tributária, assim como acontece no resto do mundo. Graças à articulação política com os parlamentares da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o Agro conseguiu avanços significativos no texto da reforma:

- **Conquistas para o produtor rural:** Foi garantida a menor carga tributária para os produtores rurais. Os insumos e produtos agropecuários terão desconto de 60% na alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Além disso, os produtores rurais com faturamento bruto anual de até R\$ 3,6 milhões não estarão obrigados ao novo regime tributário, mas poderão fazer a adesão se assim preferirem. Produtos agrícolas como hortícolas, frutas e ovos poderão ter redução da alíquota em 100%, assim como alguns produtos integrantes da cesta básica. Essa importante vitória visa garantir a segurança alimentar no Brasil, cuja previsão agora está consagrada no texto da Constituição Federal, dando previsibilidade e segurança jurídica ao cidadão. Ainda, não haverá cobrança do IPVA sobre tratores e aeronaves de pulverização agrícola. Por fim, foi assegurado que os produtos agropecuários e insumos que estiverem com alíquotas reduzidas não sofrerão a incidência do Imposto Seletivo, o que aumentaria de forma significativa a carga tributária do setor.
- **CNA protagoniza discussões da Reforma Tributária no Congresso Nacional:** Tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, a CNA foi convidada para discutir a reforma tributária em audiências públicas. O debate ocorreu tanto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) quanto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).
- **Pesquisa sobre impactos econômicos da reforma tributária contribui para o debate no Congresso Nacional:** Para combater a desinformação e refutar afirmações sem bases técnicas sobre a reforma tributária, a CNA contratou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para realização de estudo inédito. O objetivo foi demonstrar o impacto econômico causado pela referida reforma na próxima década para a economia do nosso país. O resultado demonstrou que o único cenário positivo futuro, com efetivo crescimento do país (crescimento do PIB e menor inflação), é via adoção de uma carga tributária menor para o Agro. Esses dados foram apresentados diretamente aos deputados e senadores, em evento realizado na sede da CNA, dando subsídios técnicos para os parlamentares da FPA defenderem uma reforma tributária mais justa para o produtor rural.
- **Confederações se unem para alertar sobre o perigo de aumento de carga tributária na reforma tributária:** Visando evitar aumento de carga tributária para a população brasileira, a CNA, em conjunto com a CNSaúde, CNC, CNT, CNS e CNCoop, editou manifesto sobre a reforma tributária. No seu teor, foi destacada a importância do aperfeiçoamento do sistema tributário brasileiro, mas sem que isso custe caro para os setores econômicos do nosso país. A partir dessa união de forças, a discussão sobre a reforma ganhou ainda mais destaque no cenário político brasileiro.

- b) Redução dos riscos e encargos tributários para o produtor rural: mapeamento e identificação de fiscalizações da Receita Federal.** Foram realizadas diversas reuniões com a Receita Federal para promover um alinhamento conciliador, que culminasse na conformidade fiscal e na regularização tributária, antes da aplicação de multas para os produtores rurais. A CNA também realizou ações preventivas junto às Federações Estaduais de Agricultura e entidades do setor.
- c) Políticas públicas para o setor agropecuário brasileiro: ajustes na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao Projeto de Lei Orçamentário Anual (PLOA) de 2024.** A CNA atuou para que os recursos alocados pelo governo para realização de políticas públicas atendessem adequadamente às necessidades do setor. Foram encaminhadas diversas emendas parlamentares para aumentar os recursos orçamentários, devido ao crescimento previsto para o setor no próximo ano. Merece destaque a necessidade de não contingenciamento do Prêmio do Seguro Rural (PSR) e da Defesa Agropecuária.
- d) Focando na defesa da competitividade, a CNA encaminhou 53 contribuições à consulta pública para o Plano de Redução do Custo Brasil 2023-2026.** As contribuições foram feitas à consulta do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDICS), aberta com o objetivo de colher subsídios. As proposições endereçaram fatores minadores de competitividade em diferentes temas, tais como financiamento, infraestrutura, segurança jurídica, tributação e comércio internacional. As contribuições visam propor soluções que reduzam esse custo nos próximos quatro anos.
- e) CNA realiza estudo sobre VTN para proteger os direitos do produtor nas fiscalizações de ITR.** O estudo tem como base os Valores de Terras Nua (VTN) declarados pelas prefeituras no Sistema de Preços de Terras (SIPT) da Receita Federal para fins de cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR). Com base nos resultados do estudo, as Federações Estaduais e os Sindicatos Rurais que constatarem divergências poderão promover denúncias junto ao Ministério Público e/ou à RFB, visando garantir os direitos dos produtores rurais.
- f) Produtor rural tem mais uma chance de permanecer no Semiárido: a CNA promove alterações relacionadas à Resolução Condrel/Sudene nº 163/2022, para evitar diminuição dos municípios que pertencem ao Semiárido 2021.** A CNA tem atuado para alterar a Resolução Condrel/Sudene nº 163/2022, que trata da Delimitação do Semiárido 2021. Na nova delimitação foram excluídos 50 municípios da Região Semiárida. Tal exclusão implica na restrição da aplicação de políticas públicas diretas aos municípios, voltadas à redução dos problemas locais de educação, habitação, segurança alimentar e hídrica, em uma região historicamente reconhecida pela vulnerabilidade às secas e a profundos problemas socioeconômicos. A CNA atuou em 2023 para evitar que essa nova delimitação possa causar prejuízo aos produtores rurais nesses municípios excluídos.
- g) Desoneração tributária sobre rações para a aquicultura: CNA atua no Congresso Nacional para defender produtores.** Por meio de audiência pública na Câmara dos Deputados, a CNA apresentou dados que demonstram que a desoneração de rações para a aquicultura reduziria o custo de produção, o que, conseqüentemente, tornaria a oferta da proteína animal mais acessível à população. Além disso, nos últimos anos, a CNA apresentou emendas às propostas legislativas, visando diminuir o custo desse importante insumo para a aquicultura.

- h) Financiamento da produção rural é facilitada: a CNA e a SUDECO lançam capacitação das Federações e dos Sindicatos Rurais para o Sistema Carta-Consulta Digital do FCO.** O tutorial foi fruto da parceria entre a CNA e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e foi exitosa em capacitar técnicos das federações estaduais de agricultura e dos sindicatos rurais. Nesse sentido, Federações e Sindicatos terão mais chances de ajudar produtores rurais a obter financiamentos acima de R\$ 500 mil.
- i) CNA participa do 61º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober).** Com o objetivo de aproximar a comunidade acadêmica do produtor rural, a CNA participou da SOBER atuando em diversas frentes. Foram trazidas as perspectivas econômicas nacionais e internacionais e, também, dados relevantes sobre a logística, produção de grãos e balança comercial do país nos painéis e fóruns de discussão do evento. A CNA também contribuiu com artigos acadêmicos e capítulo de livro envolvendo o tema logística e transportes.
- j) CNA exige que Arcabouço Fiscal considere recursos para o Plano Safra e à subvenção do prêmio do seguro rural.** Para que o Arcabouço Fiscal proposto pelo Governo Federal realmente cumpra o papel de um Regime Fiscal Sustentável, a CNA atuou para aperfeiçoamento dessa proposta legislativa. Do ponto de vista do produtor rural, atuamos para melhorar o cenário de alocação de recursos para o Plano Safra e à subvenção do prêmio seguro rural.
- k) Após intervenção da CNA, a obrigatoriedade da NFe foi prorrogada até maio de 2024.** Após diversos debates e manifestações via audiência pública e estudos, o Conselho Nacional de Política Fazendária atendeu a CNA e prorrogou para o dia 1º de maio de 2024 a obrigatoriedade da emissão da NFe por pequenos produtores rurais em todo o país.

AÇÕES E
CONQUISTAS
2023

POLÍTICA AGRÍCOLA

2



- a) CNA elaborou propostas do setor para o Plano Agrícola e Pecuário 2023/2024 a fim de garantir o pleno acesso às ferramentas da política agrícola.** As propostas da CNA para o Plano Agrícola e Pecuário 2023/2024 foram utilizadas pelo Ministério da Agricultura para basear a construção da nova safra. Muitas das propostas do setor foram contempladas. O volume geral de recursos foi 28% maior do que no PAP anterior. A agricultura familiar foi beneficiada com novas linhas e redução de taxas, que foram demandas da Confederação.
- b) Garantia de suplementação ao Seguro Rural foi tema prioritário em 2023.** Ciente dos impactos do orçamento insuficiente aprovado para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), em 2023, a CNA fez, em abril, propostas ao Plano Agrícola e Pecuário 2023/2024, com um adicional de R\$ 1 bilhão ao PSR. A Confederação reforçou o pleito, em julho, por meio de ofício, sobre a importância de disponibilizar esses recursos pontualmente para se adequar às safras. A aprovação dos recursos promoveria a estabilidade na produção e redução de riscos para os produtores.
- c) Foi aprovado o Marco Legal das Garantias com respaldo aos produtores rurais.** O Marco Legal das Garantias (PL 4188/2021) foi aprovado com as emendas apresentadas pela CNA. Com as medidas, os produtores estão protegidos contra a perda do imóvel familiar rural e a execução automática de hipotecas em crédito rural.
- d) Fundo de Investimentos (Fiagro) é lançado pela CNA.** Com o intuito de diversificar as fontes de financiamento para os produtores rurais, conferindo maior agilidade na liberação do crédito com menor burocracia, a CNA lançou um Fundo de Investimento nas Cadeias Agroindustriais (Fiagro) para financiar pequenos produtores atendidos pela Assistência Técnica e Gerencial do Senar. Com esse instrumento, os produtores terão à disposição uma opção privada de financiamento com a orientação técnica sobre a melhor forma de utilizar os recursos.
- e) Para continuar com os trabalhos de disseminação sobre a importância do Seguro Rural no Brasil, CNA lançou novas turmas de capacitação.** A CNA e a Faculdade CNA lançaram novas turmas da capacitação *online* em seguro rural para produtores, peritos, corretores e profissionais de instituições financeiras. O objetivo da capacitação foi disseminar o uso e a cultura do seguro agrícola no país, com informações que facilitem a adoção prática da gestão de riscos. Nessa edição, mais de 258 profissionais procuraram a capacitação.
- f) Garantia de crédito suplementar permitiu continuação das contratações e suporte a produtores prejudicados por eventos climáticos no sul do país.** A CNA solicitou, por meio de ofício, a suplementação orçamentária para equalização das taxas de juros dos programas oficiais de crédito rural. Parte dos R\$ 400 milhões liberados atendeu a produtores que tiveram perdas decorrentes dos eventos climáticos extremos ocorridos em setembro de 2023.

- g) Foram divulgados os instrumentos do mercado de capitais para financiamento da agropecuária.** A CNA promoveu evento para a aproximação da agropecuária com o mercado de capitais. Com isso, foram promovidas as alternativas de financiamento da produção, como os instrumentos privados, buscando reduzir a dependência do crédito oficial e a oferta de maiores recursos.
- h) Auditorias na gestão de riscos do Agro com o Tribunal de Contas da União (TCU) permitiram aperfeiçoar ferramentas.** Para colaborar na auditoria nas políticas de gestão de riscos agropecuários do governo federal, a CNA apresentou os entraves que os produtores encontram no momento de utilizar ferramentas como o Proagro e o Seguro Rural, possibilitando melhorias.
- i) Articulação para promover adequações na Resolução BCB 140/2021, que trata de impedimentos socioambientais, direcionou resoluções que regram o Plano Safra.** Com as movimentações da CNA, o governo publicou resoluções (CMN) para a Safra 2023/2024, que trazem esclarecimentos quanto aos impedimentos socioambientais do crédito rural. As conversas continuam para aprimorar e reverter medidas que ainda afetam o setor de forma injusta.
- j) A CNA trabalhou pela reabertura do prazo para as renegociações de dívidas rurais com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento e sua regulamentação.** Por meio de apresentação de emendas e reuniões com o relator da MPV 1139/2023, convertida na Lei nº 14.554/2023, a CNA conquistou a reabertura do prazo para as renegociações. A regulamentação foi conquistada com a publicação do Decreto nº 11.796/2023, após envio de ofícios e realização de reuniões com o Poder Executivo e Legislativo, e solicitação de audiência pública.
- k) A CNA tem atuado para trazer soluções mais céleres ao endividamento rural.** A CNA representou o setor agropecuário na audiência pública sobre o PL 8676/2017, que trata de renegociação do crédito rural, e ofereceu à relatora sugestões de aprimoramento no texto legal que foi acatado na íntegra. O relatório segue para apreciação em outras comissões na Câmara dos Deputados.

AÇÕES E
CONQUISTAS
2023

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

3



a) A CNA contribuiu na identificação de ações voltadas à garantia do escoamento da safra 2022/2023.

Foram encaminhadas sugestões, que integraram o “Plano de 100 Dias” do Ministério dos Transportes, com o objetivo de permitir a movimentação de produtos agropecuários, sem intercorrências. Nesse sentido, estratégias foram adotadas, como a de melhorar a qualidade das estradas que ligam o produtor brasileiro ao mercado consumidor. As intervenções, na maioria, compreenderam as vias de acesso aos portos do Arco Norte (Santarém/PA, Vila do Conde/PA e Itaqui/MA) e ao Corredor Sul-Sudeste (Santos/SP, Paranaguá/PR).

b) Prioridades em infraestrutura do setor agropecuário, delimitadas pela CNA, foram integradas aos planos estratégicos governamentais.

Entre os planos, o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que contemplou intervenções de interesse da produção rural, como destaque para os projetos da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO), Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) e o estudo da Ferrogrão. As hidrovias também estão incluídas, com previsão de estudos e de manutenção dos rios Tocantins, Tapajós, Madeira e Tietê-Paraná (eclusas, dragagem, derrocamento, sinalização, terminais).

c) A CNA publicou estudo “Armazenagem Agrícola no Brasil: diagnóstico”, como instrumento para auxiliar na maior oferta de armazéns.

Foram coletados dados dos produtores rurais, contendo informações estratégicas como: i) tamanho das propriedades com armazéns; ii) tempo médio de guarda dos grãos, antes da comercialização; iii) ganho econômico médio pelo uso da estrutura na fazenda; iv) fatores determinantes para investir em silos; e v) principais obstáculos para a construção e a gestão de silos. Divulgou-se o estudo em fóruns especializados, audiências públicas no Congresso Nacional, bem como nos principais veículos de comunicação.

d) A CNA atuou na implantação do Documento de Transporte Único (DT-e), com a finalidade de desburocratizar, reduzir custos e modernizar as prestações de serviços de transporte de cargas.

Após os estudos subsidiados pela CNA, foi promulgada a Lei nº 14.206/2021 e o respectivo Decreto nº 11.313/2022, que instituíram o DT-e. Com isso, em 2023, a CNA participou dos ajustes realizados pela INFRA S/A para avançar no cronograma e na implantação do DT-e. Em paralelo, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) aprovou a integração das bases de dados das fazendas estaduais e do Distrito Federal ao DT-e.

e) Participação da CNA como amicus curiae, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6553, que questiona o processo de suspensão da Ferrogrão.

A CNA também defendeu o projeto nas esferas executiva, legislativa e judiciária, inclusive com manifestação em audiência do Congresso Nacional. Ainda no primeiro semestre, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a retomada dos estudos e dos processos administrativos relacionados Ferrogrão.

f) A CNA contribuiu para a elaboração do regulamento que dispõe do novo marco legal da navegação interior, também conhecido como BR dos Rios.

A Confederação participou ativamente da construção do regulamento para priorizar a navegação e o transporte de cargas pelos rios brasileiros. O texto encontra-se em avaliação pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPA), assim como o pedido de criação da Secretaria Nacional de Hidrovias. Foi aprovado o primeiro Plano Geral de Outorgas (PGO) hidroviário, o qual estabelece que a exploração dos rios para fins de navegação será realizada por concessão ou licitação.

g) A CNA enfatizou a relevância do corredor da BR-020/BA/PI/CE para a Região Nordeste.

Reforço da importância da BR-020 para abastecimento da pecuária do litoral nordestino. A participação em debates com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAP) subsidiou o estudo sobre o potencial de cargas, justificando a pavimentação dos 741 quilômetros, entre os estados da Bahia e do Piauí. Também foram elaboradas emendas ao Orçamento Geral da União.

AÇÕES E
CONQUISTAS
2023

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

4



3.1 INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

- a) **Pesquisa “Desafios à Internacionalização do Agro Brasileiro”, com o objetivo de identificar os principais gargalos existentes no acesso do produtor rural ao mercado internacional.** Em 2023, a CNA realizou a primeira edição da pesquisa “Desafios à Internacionalização do Agro Brasileiro”, que contou com 899 produtores rurais respondentes. Partindo dos resultados da pesquisa, é possível compreender e propor soluções aos principais gargalos, tanto em caráter regional quanto nacional, por meio da atuação do Sistema CNA/Senar junto ao setor privado e ao governo federal.
- b) **Elaboração e publicação de estudos e análises estratégicas sobre o mercado internacional e os impactos para o agronegócio brasileiro.** A CNA elaborou uma série de estudos temáticos ao longo de 2023, destacando-se o material sobre o “Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM, na sigla em inglês)”, medida europeia que prevê o pagamento de uma “tarifa de carbono” para produtos que ingressem no bloco europeu. Outros exemplos de publicações realizadas em 2023 foram “Picos tarifários na China”, “Oportunidades para exportações de nozes e castanhas para o Sudeste Asiático” e dois sumários executivos: sobre o “OCDE-FAO Agricultural Outlook”, relatório que analisa as previsões globais para as commodities agropecuárias nos próximos dez anos; e sobre o “China Agricultural Outlook”, documento que traz perspectivas dos principais produtos agrícolas produzidos pelo país asiático até 2032.

3.2 DEFESA DE INTERESSES

- c) **Combate à legislação europeia antidesmatamento (European Union Regulation for Deforestation-Free Products – EUDR).** No âmbito da estratégia de defesa de interesses para o enfrentamento das barreiras comerciais e ambientais impostas pela União Europeia na importação de produtos de sete cadeias do agronegócio (soja, café, cacau, borracha, carne bovina, madeira, óleo de palma e derivados), a CNA: elaborou uma série de documentos de posição; defendeu os interesses dos produtores em diversos eventos; participou de dezenas de reuniões com representantes dos governos brasileiro e europeu, incluindo uma audiência pública no Congresso Nacional; criou um grupo de trabalho, no âmbito do IPA, para discutir a temática com outras entidades setoriais; e respondeu a duas consultas públicas alertando o governo para os impactos negativos que as medidas unilaterais, impostas pelos europeus, terão para os produtores rurais. A legislação já está em vigor (Regulamento UE 1.113/23), e passarão a ser cobrados a partir de 31/12/2024 nas importações europeias. Os produtos contemplados representaram, em 2022, US\$ 16 bilhões em exportações brasileiras para o bloco.
- d) **Ações de defesa de interesses junto ao governo federal.** Em 2023, a CNA atuou em diversas frentes na defesa dos interesses do produtor rural junto ao governo federal, em temas relacionados a comércio exterior. A prorrogação do *antidumping* sobre batatas congeladas importadas de países europeus, realizada em fevereiro, e a inclusão da borracha natural na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (LETEC) são exemplos de ações que auxiliaram a prevenir práticas desleais de comércio e a trazer maior equilíbrio ao

mercado nacional. A CNA também defendeu os interesses do setor em inúmeras consultas públicas, como: na elaboração da posição brasileira para as negociações internacionais sobre comércio e desenvolvimento sustentável; na priorização de países para celebração de acordos comerciais; na avaliação da estratégia nacional de comércio exterior; nas melhorias do ambiente regulatório; e nos impactos de medidas ambientais para o Agro brasileiro.

e) Representação e defesa de interesses do agro junto a organizações internacionais. Em 2023, a CNA colaborou com várias organizações internacionais para promover a defesa de um mercado agrícola internacional aberto, transparente e regulado por critérios técnicos e científicos. Entre as principais ações destacam-se: participação no *World Food Forum* (WFF); reuniões de alinhamento com Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); missão para abertura de mercados para produtos brasileiros no Sudeste Asiático (ASEAN), na China, na Coreia do Sul e no Japão; representação do setor na missão promovida pelo Programa de Imagem e Acesso a Mercados do Agronegócio Brasileiro (PAM AGRO) na Itália e na França; missão prospectiva para discussão sobre os impactos da EUDR nas relações comerciais entre Brasil e Europa e discussão com entidades públicas e privadas em Bruxelas; reuniões com a Federação das Associações Rurais do Mercosul (Farm); e construção de um documento de posição conjunto para COP28 com o *Cairns Group Farm Leaders* (CGFL), organização que agrupa entidades representativas da classe produtora rural dos principais países exportadores agrícolas.

3.3 ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL E PROMOÇÃO DA IMAGEM DO AGRO

f) Promoção da Imagem – AgroBrazil. Em 2023, foram executadas duas edições do programa AgroBrazil: no mês de março, em Santa Catarina, com a presença de seis delegações estrangeiras e no mês de setembro, no Mato Grosso do Sul, com 10 diplomatas estrangeiros. Durante as missões, o grupo pôde ver *in loco* a diversidade da produção agropecuária brasileira: da fazenda de ostra em Florianópolis e da cooperativa de maçã em São Joaquim até a indústria de etanol de milho em Dourados e a pecuária pantaneira em Aquidauana. A CNA promoveu, também, a primeira *press trip* com jornalistas correspondentes de veículos de comunicação estrangeiros. Inspirada no modelo já bem-sucedido do AgroBrazil, a *press trip* levou o grupo para conhecer a produção sustentável de café da região do Cerrado mineiro. Após dois dias de visita a fazendas e cooperativas de café, a agenda foi finalizada na SIC (Semana Internacional do Café), em Belo Horizonte. Participaram dessa primeira edição correspondentes de seis veículos internacionais.

g) Realização de ações de relacionamento e diplomacia comercial com embaixadas, governos e instituições estrangeiras. Além de realizar mais de 50 ações de relacionamento com embaixadas estrangeiras, governos e organizações internacionais, a CNA promoveu duas edições do “Diálogo CNA e DAB” (grupo dos diplomatas da agricultura no Brasil). Os encontros têm como objetivo estreitar o diálogo com representações diplomáticas em Brasília e advogar pelos interesses dos produtores brasileiros internacionalmente.

3.4 ESCRITÓRIOS INTERNACIONAIS DA CNA

Os três escritórios da CNA (Xangai, Dubai e Singapura) atuam na identificação de oportunidades para empreendedores rurais brasileiros e no apoio ao processo de internacionalização dos produtores atendidos pelo Agro.BR. Os escritórios também elaboram estudos e análises de mercado para orientar empresários no passo a passo da exportação, desde trâmites que envolvem adaptação de produtos com rótulos e informações adequadas até o registro em sistemas aduaneiros locais.

- h) Escritório da CNA em Xangai, China.** Foram produzidos oito documentos sobre mercado de café, uvas e mel, produção agrícola chinesa e importação de alimentos para a China e para Hong Kong. O escritório realizou e participou de cinco feiras e missões internacionais, com destaque para a promovida pela CNA durante a feira SIAL China 2023. Dela participaram 12 empresários, que cumpriram uma agenda de reuniões e visitas técnicas, além da participação em uma rodada de negócios que gerou expectativas de retorno de US\$ 7.9 milhões. Também foram realizados quatro webinars ao longo do ano para capacitar empresários dos setores de amendoim e café sobre como exportar para a China. Em relação a atendimentos diretos a produtores, o escritório apoiou 12 empresas do Brasil no processo de entrada no mercado chinês, identificando compradores e dando suporte nos trâmites comerciais e na padronização dos produtos quanto aos requisitos chineses.
- i) Escritório de Dubai, Emirados Árabes Unidos.** As ações iniciaram o ano com a realização da missão para participar da maior feira de alimentos do Oriente Médio, a Gulfood 2023, que contou com uma delegação de 16 empresários brasileiros. O escritório também tem apoiado empresas localmente, com a realização de uma vitrine de produtos para empresas dos setores de cafés, castanhas, produtos da Amazônia e produtos saudáveis. Além disso, foram realizados mais de 10 atendimentos individualizados a empresas com interesse no mercado e uma rodada de negócios para exportadores brasileiros de cacau. A equipe realizou monitoramento regulatório das questões comerciais da região e elaborou um estudo sobre o registro e a rotulagem de produtos nos Emirados Árabes Unidos. Foram realizados também webinars sobre oportunidades de mercado, como o seminário “Exportando frutas no contexto atual” para empresas de frutas do Vale do São Francisco (Petrolina e Juazeiro), sobre outros temas de destaque na região, como o mercado de café nos Emirados Árabes, apresentado durante a Semana Internacional do Café, em Minas Gerais, e sobre o papel da mulher na força de trabalho nos Emirados Árabes Unidos, com foco no empreendedorismo feminino na região. O escritório acompanha, ainda, a realização da COP28, em Dubai. Além de todo o apoio à delegação da CNA durante o evento, a equipe realizará encontros de networking com parceiros locais e empresários do Agro para tratar de temas das agendas ambiental e comercial.
- j) Escritório da CNA em Singapura.** O escritório prospecta oportunidades para empresários do Agro em Singapura e nos países do Sudeste Asiático, como é o caso de Malásia, Tailândia, Filipinas e Vietnã. Com uma estratégia mais voltada para as relações comerciais, identifica e coloca exportadores brasileiros em contato direto com parceiros e compradores da região. Foi realizada, em maio, uma missão a Singapura, com empresas brasileiras dos setores de mel, cacau e chocolates, frutas e lácteos, que participaram de encontros com importadores e com representantes das indústrias locais que têm interesse em usar produtos do Agro brasileiro no seu processo produtivo. O escritório de Singapura elaborou mais de 10 estudos e análises sobre processo de importação, rotulagem e embalagem de produtos para distintos mercados do Sudeste Asiático e perfis sobre o mercado de mel na região. Foram realizados atendimentos individualizados a cerca de 15 empreendedores rurais. A maioria das empresas já está em contato com distribuidores locais e deve iniciar os negócios com o país em breve.

3.5 APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO DE PEQUENOS E MÉDIOS EMPREENDEDORES RURAIS

Desde 2019, a CNA desenvolve, em parceria com a ApexBrasil, o projeto Agro.BR, que atua na formação e no apoio a empresários rurais no caminho da exportação. A iniciativa oferece uma gama de serviços, desde treinamentos customizados para as cadeias do Agro, assessoria no desenho do plano individual de internacionalização até a realização de missões internacionais.

k) *Superação das expectativas de engajamento e fomento à cultura exportadora para pequenos e médios empreendedores rurais, cooperativas e agroindústrias.* O Agro.BR atualmente conta com 1.309 inscritos interessados em participar do mercado internacional, somando mais de 10.500 horas de atendimento, a partir dos escritórios estaduais em SP, RS, MG, MS, CE, BA, PA. Entre os participantes, 362 realizaram exportação entre janeiro e outubro, totalizando 592 milhões de dólares em vendas ao exterior para 151 países.

Em 2023, o esforço de ampliar a articulação com Federações Estaduais, Sindicatos Rurais, parceiros nacionais e regionais resultou no aumento dos participantes em estados que não possuem escritório do Agro.BR. Atualmente, 40% dos atendimentos são realizados de forma remota, reflexo do crescimento da representatividade nacional no projeto.

l) *Ampliação da disseminação da cultura exportadora em encontros nacionais, seminários, palestras e atividades em grupos regionais.* Foram realizados 19 encontros nacionais e dezenas de encontros regionais como forma de ampliar o acesso a informações e preparações em grupo para atuação internacional. Os temas Certificações internacionais, Conhecendo a China e negociando com os chineses, Marcas e protocolo de Madrid, Empreendedorismo feminino nos Emirados Árabes Unidos, Regulamento de alimentos tradicionais na União Europeia, O mercado de cafés em Singapura, na China e nos EAU e outros levaram informação para mais de 4.700 participantes dessas atividades. Também na vertente de capacitação, a CNA realizou, em parceria com a FAMBRA (*Federação das Associações Muçulmanas do Brasil*), a quarta edição do curso Mundo Islâmico, que abordou temas como o perfil do consumidor no mundo islâmico, desafios e oportunidades em países da África, do Oriente Médio e da Ásia, certificação Halal, logística brasileira e *hubs* logísticos no mundo islâmico, capacitando mais de mil alunos.

m) *Realização de serviços especializados sobre comércio exterior individualizado.* Os diversos serviços disponibilizados aos participantes do Agro.BR, tais como Plano de Ações à Exportação, materiais de divulgação (Vitrine Virtual e Portfólio) e para apresentação em rodadas de negócios, em até cinco idiomas, democratizam o acesso dos empreendedores rurais a serviços especializados para exportação e oportunizam a negociação com compradores internacionais em igualdade de condições técnicas com grandes exportadores. São 257 planos de negócios individuais em andamento, 474 portfólios em cinco idiomas e 1.010 produtos exportáveis na vitrine.

n) *ATeG+Exportação oportuniza que novos pequenos e médios produtores rurais tenham acesso e se preparem para o mercado internacional.* Parte da estratégia de ampliação da pauta exportadora e do número de exportadores brasileiros, a ação conjunta com o Senar, denominada ATeG+Exportação, foi iniciada em 2023 e busca identificar produtores com potencial de exportação, entre os que recebem Atendimento Técnico Gerencial. Neste ano, 3.105 produtores dos setores de mel, cafés e frutas foram selecionados a receber oportunidades e treinamento para exportar seus produtos nos Estados de MG, BA e RS. A adesão de novas federações ampliará essa oportunidade para outros estados.

o) *Apoio e preparação de empreendedores rurais para comercialização em lojas virtuais internacionais.* O programa de aterrissagem em *e-commerce* internacional, realizado em parceria com a ApexBrasil, foi lançado em 2023 e visa preparar empreendedores rurais para vender em plataformas internacionais, com atendimento individualizado a partir dos escritórios estaduais e internacionais do Agro.BR. Além de aprender a comercializar nas plataformas, receberão apoio na elaboração de marca, rotulagem e embalagem internacional.

p) Ampliação das oportunidades comerciais internacionais. 249 produtores participaram de sete rodadas de negócios e geraram 42 milhões de dólares em previsão de negócios. Além disso, 81 produtores adquiriram experiência internacional em seis missões internacionais para Alemanha, Dubai, China, Singapura, Chile e Peru. Essas ações em rodadas e missões oportunizaram 1.587 reuniões comerciais individuais entre produtores e compradores. Do ponto de vista da eficiência, são gerados, em média, 198 dólares para cada 1 dólar investido na ação.

q) Oportunidades para apresentação de produtos diferenciados junto às representações estrangeiras. A exposição dos produtos do Agro.BR em organismos internacionais e embaixadas estrangeiras, tais como o evento de coroação do Rei Charles (Embaixada do Reino Unido), café da manhã no Parlamento Europeu (Bruxelas), o Dia Nacional de Omã (Embaixada do Sultanato de Omã), são oportunidades de destaque para que representantes de outros países conheçam o Agro brasileiro a partir dos pequenos e médios produtores rurais.

AÇÕES E
CONQUISTAS
2023

SUSTENTABILIDADE

5



- a) A CNA atuou junto à União Europeia para reduzir as exigências da lei antidesmatamento.** Diante da entrada em vigor do regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR), a CNA reuniu o setor agropecuário para discutir com os técnicos da Comissão Europeia restrições acerca da aplicação da norma, além de apresentar o cenário da sustentabilidade da produção brasileira e submeter à Comissão Europeia um documento com 60 questões relativas à aplicabilidade da lei, acompanhando a missão técnica ao bloco, elaborando estudos de análise de impacto da legislação sobre as principais cadeias e, promovendo, ainda iniciativas junto ao Executivo brasileiro. Como resultado, abriram-se tanto um canal de ajustamento das exigências impostas quanto uma agenda de propostas de adequação das exigências de aplicação do instrumento.
- b) A CNA defendeu o desbloqueio de crédito rural do BNDES por embargos ambientais no Senado Federal.** Em audiência, a CNA defendeu o desbloqueio do crédito agrícola para produtores rurais pelo BNDES em áreas com suspeitas de desmatamento ilegal. Foi questionada a falta de transparência quanto à metodologia utilizada, os parâmetros técnicos e jurídicos utilizados pelo banco que comprovem a legalidade da ação, além do repúdio da forma como o setor foi retratado pela mídia e em discursos de entes do BNDES. Como resultado, promoveu-se ação de simplificação das restrições aplicadas, reconhecendo os instrumentos de recuperação ambiental previstos no Código Florestal brasileiro.
- c) A CNA entregou contribuição do setor agropecuário brasileiro ao Acordo de Paris.** A importância do alcance da segurança alimentar e energética incluíram ações em agricultura, contribuindo para o avanço da ação climática nos objetivos do Acordo de Paris. Nesse cenário, assegurar a vantagem competitiva da sustentabilidade do agro brasileiro constituiu tema central na contribuição contida no Documento de [Agropecuária Brasileira no Acordo do Clima](#) que a CNA entregou ao governo em preparação para as negociações da COP-28. Conhecida como COP do Balanço Global e da ambição das partes, temas como Mercado de Carbono, Metas de Financiamento, Agricultura e Segurança Alimentar, Mecanismos de Adaptação, Transparência, além de compromissos e declarações paralelas, foram abordados no documento, orientando, assim, os negociadores brasileiros em relação às expectativas do setor do agro para as próximas décadas de vigência do Acordo de Paris.
- d) A ampliação do prazo de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) foi resultado do empenho da CNA em 2023.** A CNA sugeriu emendas no Congresso Nacional, e o governo federal sancionou Lei nº 14.595/2023 com vetos para regulamentar prazos e condições para adesão ao PRA. Conforme descrito na lei, terão direito à adesão ao PRA os proprietários e os possuidores dos imóveis rurais com área acima de quatro módulos fiscais, desde que inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) até o dia 31 de dezembro de 2023. Na mesma situação, encontram-se os proprietários e os possuidores dos imóveis rurais com área de até quatro módulos fiscais inscritos no CAR até 31 de dezembro de 2025. Essa ação é relevante diante da inação dos governos federal e estaduais na análise do CAR, inviabilizando, desse modo, o processo de regularização ambiental e implementação dos demais instrumentos Código Florestal.

- e) A CNA defendeu interesses dos produtores na Conferência de Bonn sobre mudanças climáticas.** A CNA participou das negociações voltadas para o setor agropecuário brasileiro, fornecendo o suporte necessário para a delegação do Brasil. O objetivo da Conferência foi avançar na negociação de diversos temas, como a avaliação global dos esforços para cumprir o Acordo de Paris, meta global de adaptação, mercado de carbono e agricultura sustentável. Além disso, foram debatidos os temas técnicos, os documentos e os posicionamentos do setor, que serão a base da 28ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP-28), a ser realizada em Dubai (Emirados Árabes Unidos), de 30 de novembro a 12 de dezembro de 2023.
- f) Código Florestal em área de aplicação da Lei da Mata Atlântica foi defendida judicialmente pela CNA.** A Confederação foi parte no julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), defendendo o Código Florestal em área de aplicação da Lei da Mata Atlântica. Com isso, áreas consolidadas previstas no Código também teriam a sua continuidade garantida nesse bioma. Desse modo, prevalece o entendimento nos julgamentos nos estados em que há ocorrência do bioma. Em resumo, o voto do Ministro Luiz Fux, relator da matéria, foi no sentido de não cabimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), não havendo definição, deixando, assim, em aberta a sua aplicação.
- g) A CNA retomou suas atividades representando os produtores no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).** O Conselho é responsável por editar resoluções sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, muito impactantes ao setor produtivo brasileiro, além de regular o código florestal e o licenciamento ambiental. Temas como uso do Bioma Pantanal, Bem-Estar Animal, uso de produtos químicos, entre outros assuntos, tornaram-se pauta do Conselho. Dessa forma, a CNA, articulada com os representantes do setor produtivo, ocupou suas duas cadeiras no Conama e nas Câmaras Técnicas de Biodiversidade, Áreas Protegidas, Florestas, Educação Ambiental e Bem-estar Animal, no Comitê de Integração de Políticas Ambientais, na Câmara Técnica de Controle Ambiental e Gestão Territorial e Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, além dos Grupos de Trabalho.
- h) Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal conflitou com o Código Florestal e a Constituição, comprometendo a regularização ambiental – PPCDAm.** O PPCDAm tem como objetivo reduzir o desmatamento no país, propondo “zerar o desmatamento no território nacional”, não fazendo referência ao desmatamento legal ou ilegal. Estabelece ações relacionadas a quatro eixos: Atividades Produtivas Sustentáveis; Monitoramento e Controle Ambiental (Desintrusão de Unidades de Conservação e Terras Indígenas e Desintrusão de Unidades de Conservação e Terras Indígenas); Ordenamento Fundiário e Territorial, com implementação do CAR; criação de Unidades de Conservação, titulação de territórios tradicionais, destinação de florestas públicas e avaliação ambiental de empreendimentos e implementação de instrumentos de apoio à fiscalização e à melhoria da rastreabilidade de produtos agropecuários. A CNA apoia o Decreto Legislativo nº 334/2023, que susta o PPCDAM e trabalha no desenvolvimento e adequação de cada eixo, garantindo a aplicação do Código Florestal Brasileiro.

- i) A CNA enviou contribuições da consulta pública para a Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB), que podem trazer obrigações adicionais ao uso da propriedade rural.** A EPANB internaliza as Novas Metas Globais de Biodiversidade, aprovadas pela Conferência da Diversidade Biológica (CDB) e torna vinculativas as suas ações e metas nacionalizadas. Podem trazer novas obrigações ao proprietário rural, como a ampliação de áreas protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas), restrição no uso de pesticidas, redução e descaracterização dos subsídios para a agricultura, controle de espécies exóticas invasoras (javali), restrições ao acesso aos recursos genéticos, entre outros assuntos que impactam o desenvolvimento do setor agropecuário. A CNA contribuiu sugerindo as adequações necessárias para minimizar esses efeitos dos compromissos adotados no texto-base proposto na consulta pública.
- j) A CNA enviou contribuições para consulta pública sobre o Programa Nacional de Cadeias Agropecuárias Descarbonizadas (Programa Carbono + Verde) do MAPA.** O Programa Carbono + Verde entrou em consulta pública, propondo a criação de um selo de sustentabilidade com a criação de Protocolo, que garante a boa aplicação de metodologias em 14 cadeias produtivas. A aquisição do selo é voluntária e propõe conferir transparência, integridade e credibilidade ambiental às cadeias produtivas das quais é exigida conformidade ambiental para acesso a mercados, mercado de carbono, legislações internacionais e consumidor. A CNA contribuiu com a consulta para que o protocolo seja tanto aplicável às atividades desenvolvidas no campo quanto eficiente no papel de monitorar, reportar e verificar as tecnologias em cada cadeia, que constam nas cadeias elegíveis, garantindo, assim, o acesso aos mercados exigentes em comprovação de parâmetros de sustentabilidade.
- k) A CNA trabalhou junto ao STF para garantir a validade e implantação do Código Florestal nos estados.** O STF julgou o conceito de “identidade ecológica”, restringindo a possibilidade da compensação ambiental prevista na Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal). No entendimento do tribunal, (ADI 4.901), a compensação da Reserva Legal deverá atender aos requisitos de “identidade ecológica” para ser aplicada. Com efeito, tanto a Cota de Reserva Ambiental (CRA) quanto as demais formas de compensação ficam inviabilizadas, prejudicando as áreas já compensadas e a possibilidade de compensação fora da propriedade, dificultando, ainda, a regularização ambiental da propriedade ambiental em todo o país. A CNA busca no Legislativo alternativas para adequar o conceito e retomar a viabilidade das compensações ambientais.
- l) CNA atuou no Senado Federal para alterar o Projeto de Lei sobre o Mercado de Carbono.** A CNA defende a existência de um mercado de carbono no Brasil, propondo emendas e incorporando pontos, que são essenciais para a sua aplicação ao sistema produtivo do Agro brasileiro. A CNA refutou o mecanismo de taxação da atividade, que onera a atividade e desestimula a adoção de práticas mais sustentáveis. A proposta coloca a atividade agropecuária no mercado regulado, o que não encontra precedente em lugar nenhum do mundo, inviabilizando a sua aplicação no Brasil. Ademais, o texto apresentado não garantiu que as áreas protegidas pelo Código Florestal sejam elegíveis, além de criar tipos de crimes ambientais baseados nas emissões de gases de efeito estufa (inclusive embargo da área). O projeto foi aprovado no Senado com as emendas da CNA, parcialmente acatadas, e agora segue para acompanhamento na Câmara dos Deputados, onde será objeto de atuação da CNA para alcance das alterações necessárias.

- m) A Confederação defendeu celeridade na análise dos processos de outorgas nos estados.** A CNA articulou junto à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a ampliação da aplicação do Sistema Federal de Regulação de Usos (REGLA) para os estados. O objetivo é agilizar a concessão das outorgas estaduais e integrar o sistema com processos únicos de análise no país. O primeiro evento entre os órgãos gestores estaduais na ANA foi um sucesso. Nesse sentido, vários estados já sinalizaram o interesse e estão assinando compromissos com a ANA visando receber o sistema Nacional.
- n) A CNA participou do lançamento de três Polos de Agricultura Irrigada, promovendo o desenvolvimento da irrigação nos estados do Mato Grosso, Espírito Santo e Rio Grande do Norte.** A CNA participou do lançamento de três polos de agricultura irrigada em iniciativa do MIDR para fomentar a expansão da irrigação em regiões propícias e identificar os problemas que impedem o atingimento desse potencial.
- o) Desburocratização do uso de água da chuva para fins agrícolas foi pauta da CNA em 2023.** A Confederação defendeu que água potável e não potável armazenada da chuva, desde que não aplicadas ao consumo humano, não devem ser passíveis de outorga e licença. Normatizar a reservação e a aplicação de água da chuva nas propriedades rurais para as atividades iria inviabilizar o processo, que, além de fundamental para a segurança hídrica e o reúso dentro dos imóveis rurais, é uma prática de sustentabilidade. Essa foi a posição defendida pela Confederação no grupo de trabalho coordenado pelo Comitê Interministerial de Saneamento Básico do Ministério das Cidades. A minuta de decreto segue para sanção presidencial até fevereiro de 2024.
- p) A CNA propôs mudança do Código Florestal para permitir alteração de área de Proteção Permanente para fins de construção de Barragens de água para irrigação.** A Confederação trabalhou para aprovação de projetos de lei que permitam a construção de barragens para reservação de água dos corpos hídricos para dessedentação animal e irrigação. Os principais projetos de Lei 2168/2021, 2294/2019 e 1282/2019 buscam permitir a classificação de barragens como de utilidade pública e interesse social, garantindo segurança hídrica e alimentar.
- q) A CNA atuou para o retorno do desconto da energia elétrica para setor rural.** A CNA promoveu a tramitação dos projetos de Lei 2045/2021 e 007/2019, que devolvem o desconto da energia elétrica aos produtores rurais e asseguram o desconto do irrigante e aquicultor. O alto custo da energia elétrica, com a perda do desconto rural desde o início de 2019, inviabilizou centenas de pequenos produtores rurais do país, principalmente de proteína animal. A CNA lidera ações voltadas ao desconto do irrigante, buscando normativa que confira maior segurança jurídica, saindo da atual resolução da ANEEL para constar na letra da lei que concede o desconto aos irrigantes.
- r) A CNA pautou a discussão sobre recursos hídricos em participação no 25º Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob).** A Confederação apresentou a resiliência e a adaptação do setor a eventos críticos, a integração com a Política de Recursos Hídricos e a segurança alimentar durante o Encob. O posicionamento da instituição, bem como todas as ações que o setor está fazendo no uso sustentável dos recursos naturais para produção de alimentos, foi colocado em foco no papel do usuário pela gestão de água. A CNA participou ainda como expositora, dispondo todas as ações de gestão de água dentro das propriedades rurais, bem como o manejo de irrigação para o uso eficiente da água, a responsabilidade ambiental por parte do produtor rural na preservação de seus recursos hídricos, sendo a referência do setor agropecuário no evento.

- s) **Representação foi tema do 1º Workshop sobre Agro na Gestão de Água.** Com objetivo de debater e integrar o Agro na Política Nacional de Recursos Hídricos e seus instrumentos de gestão, o evento reforçou, junto aos participantes e federações, a importância da participação do setor nos Comitês de Bacias e Conselhos de Recursos Hídricos. Os *cases* trazidos, os quais expuseram os resultados da participação no momento de aprovação da cobrança pelo uso da água e os valores pagos pelos produtores rurais, aprovação dos planos de bacias e a aplicação dos recursos da cobrança, reforçaram tanto a importância do debate quanto o entendimento de que o ambiente com essa rica troca de experiências e nivelamento entre os representantes será objeto de novo workshop.
- t) **A CNA defendeu gestão participativa da água em Oficinas da Agenda 2030 da ONU, para avaliar os indicadores da ODS 6.** A Confederação defendeu que o país vem avançado na implementação da política nacional de recursos hídricos, mas esta ainda se mostra frágil e sensível às mudanças de governo, devendo ser levada como política de Estado e não de governo. Nessa perspectiva, entende-se que os estados precisam adequar e atualizar as suas legislações estaduais à Lei nº 9433/97. Muitas leis estaduais são anteriores à lei federal, evidenciando algumas divergências quanto às diretrizes da Política Nacional, que acaba ferindo a política descentralizada e participativa da gestão das águas. Na ocasião, a CNA defende a política nacional e a importância dos Comitês de Bacias que não deve ser fragilizada.
- u) **A CNA buscou aumento da representatividade no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).** A CNA, juntamente com os outros representantes dos usuários e membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), entregou ao secretário de Segurança Hídrica do MIDR ofício solicitando mais vagas no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). A CNA reforçou que, desde o Decreto nº 4.613/2003, que assegurava 21% das vagas aos setores de usuários, vem-se perdendo representatividade. Com o Decreto nº 10.000/2019, esse valor baixou para 16%, e a nova proposta reduz ainda mais, chegando a 12%, o que torna os usuários inexpressivos dentro do CNRH, sem quantitativo sequer para solicitar pautas no colegiado. Em resposta à CNA, a secretaria de Segurança Hídrica informou que o pleito será atendido, e o setor terá 30% de aumento nas vagas para a nova composição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
- v) **A CNA pontuou importância da água para segurança alimentar no 1º Fórum Latino Americano da Água.** O objetivo do evento foi promover as discussões para a construção do posicionamento latino-americano, a ser defendido no Fórum Mundial da Água, em 2024. Nesse sentido, a CNA mostrou a relevância de abordar dentro dos temas propostos a importância da água para a segurança alimentar. A Confederação pleiteou que o tema seja incluído nas temáticas água e meio ambiente, água e desenvolvimento e água e clima, assim como as discussões acerca dos serviços ambientais e do pagamento pelos serviços ambientais sejam demandas latino-americanas a serem levadas ao Fórum Mundial.
- w) **Lei de Irrigação avança para regulamentação depois de 10 anos da sua criação.** A CNA trabalhou de forma constante com a diretoria de irrigação do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional pela regulamentação da Lei de Irrigação nº 12.787/2013, principalmente no que tange os perímetros públicos de irrigação e na ocupação de lotes vagos, os quais oneram muito o custo atual dos perímetros. Dentro da regulamentação, buscou-se ajustar a questão de infraestrutura ligada à irrigação e ao licenciamento ambiental no que se refere aos barramentos, além de colocar a execução de alguns planos/programas de planejamento energético e de melhoria da gestão dos recursos hídricos.

AÇÕES E
CONQUISTAS
2023

ASSUNTOS
FUNDIÁRIOS E
REGIÃO NORTE

6



a) CNA combateu invasões de propriedades rurais e insegurança jurídica na atividade agropecuária. Diante da escalada das invasões de propriedades rurais e de atualizações normativas que favorecem os conflitos fundiários, a CNA desenvolveu uma série de ações emergenciais e estruturantes em prol da defesa do direito de propriedade e da segurança no campo. Elas incluem:

- **Mobilização dos estados no combate a invasões de propriedades rurais e criminalidade no campo.** A Confederação realizou, em março de 2023, um evento com os secretários estaduais de segurança pública de 15 unidades da Federação, em que foram apresentadas ações desenvolvidas pelo Sistema CNA/Senar em relação ao aprimoramento da segurança no meio rural. Foram cobradas dos gestores ações de segurança no campo, como a criação de delegacias especializadas em crimes rurais e roubos de animais (abigeato), patrulhas rurais, patrulhamento georreferenciado e centros de comando e controle, além do combate às invasões de terras. Propôs, também, a atuação dos governos federal e estaduais no sentido de monitorar e identificar mobilizações desses movimentos sociais voltadas para práticas criminosas.
- **Defesa judicial da garantia do direito de propriedade e o combate às invasões de propriedades rurais.** A CNA protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) **a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.213 para impedir invasões de propriedades rurais em todos o país.** Foi solicitada à **Suprema Corte um conjunto de onze medidas judiciais** que visam garantir a proteção das propriedades rurais. Uma delas é a determinação aos movimentos que promovem os esbulhos possessórios da suspensão imediata de qualquer política ou estratégia de promoção de invasões de terras em território nacional, sob pena de atribuição de responsabilidade civil e penal a seus participantes e aos dirigentes.
- **Ação contra resolução do CNJ que fere o direito de propriedade.** A CNA protocolou ação no STF para revogar a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que, na prática, afasta a autonomia do juiz natural na análise de conflitos fundiários. O normativo propõe a criação de uma comissão nacional e de Comissões regionais para mediar conflitos fundiários. Para a CNA, a resolução é inconstitucional ao ignorar as decisões exaradas pelo juiz natural da ação possessória, resultando no retardamento no cumprimento das decisões de reintegração de posse.

b) CNA defende marco temporal na demarcação de terras indígenas. A CNA defende a data de 05 de outubro de 1988 como marco temporal para a demarcação de terras indígenas no Brasil e as 19 salvaguardas institucionais, que visam compatibilizar o direito de propriedade com os direitos originários das comunidades indígenas, aumentando a segurança jurídica e trazendo paz para o campo. As **ações incluem:**

- **Atuação para aprovação do PL do marco temporal para a demarcação de terras indígenas junto ao Congresso Nacional.** A CNA atuou na aprovação do PL do marco temporal na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que trata da regulamentação do art. 231 da Constituição Federal. Este define a data de 05 de outubro de 1988 como marco temporal para a demarcação de terras indígenas no

Brasil. Com a edição da Lei nº 14.701/23, a essência do projeto de lei originário ora aprovado pelo parlamento foi substancialmente prejudicada pelos 34 vetos. Dessa forma, a CNA vem trabalhando junto ao Congresso para a derrubada dos vetos, com o objetivo de retomar a sua proposta original, que visa manter a segurança jurídica e a garantia do direito de propriedade para os produtores rurais.

- **Ação no STF para garantir a indenização de produtores rurais no caso de terra demarcada como indígena.** Com o entendimento do STF de que, nos casos em que a demarcação envolver a retirada de não indígenas que ocupem a área de boa-fé, caberá justa e prévia indenização. Deverá abranger as benfeitorias e o valor da terra nua, calculado em processo paralelo ao demarcatório, não se aplicando àquelas terras indígenas já reconhecidas e declaradas.
- c) **CNA defendeu a importância da regularização fundiária para o setor produtivo na Amazônia Legal junto à Câmara dos Deputados.** A CNA trabalhou no Projeto de Lei nº 2757/2022, que trata da extinção de cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos antes de junho de 2009. O principal ponto positivo é dar maior segurança jurídica àqueles produtores rurais que ainda não tiveram os seus títulos ratificados pelo Estado e a extinção das cláusulas resolutivas dos contratos. O projeto foi aprovado no Senado Federal e agora segue para sanção presidencial.
- d) **CNA defende a regularização fundiária em grupo de trabalho do governo federal com o objetivo de propor melhorias na governança fundiária brasileira.** O GT tem como objetivo formular propostas voltadas à definição de diretrizes, premissas, mecanismos e plataformas de operacionalização, propor o arranjo interinstitucional relativo à administração da terra, bem como a modernização do cadastro de imóveis rurais, e o aprimoramento dos programas de regularização fundiária e reforma agrária. Na ocasião, a CNA ratificou, junto ao GT e no seminário promovido pelo governo federal, a necessidade de dar prosseguimento à regularização fundiária, inclusive como forma de combate ao desmatamento ilegal e resguardo do direito de propriedade dos efetivos ocupantes da terra.
- e) **CNA questiona decisão do STF acerca dos índices de produtividade dos imóveis rurais.** A CNA solicitava a suspensão da vigência do art. 6º e o §1º do art. 9º da Lei nº 8.629/1993 que tratam dos índices de produtividade de imóveis rurais por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3865. Ressalta-se que a produtividade de uma propriedade não se tem apenas relação com o “grau de utilização da terra”, mas também com o nível de eficiência na sua exploração a partir da lógica de se obter preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização. O tribunal, por unanimidade, julgou improcedente a ADI interposta, abrindo inclusive a possibilidade de se desapropriar imóveis produtivos, o que pode vir a prejudicar consideravelmente o setor. No entanto, a CNA apresentou embargos de declaração, requerendo o saneamento dos vícios de obscuridade, omissão e contradição no acórdão publicado.
- f) **CNA renovou parceria com o Banco da Amazônia para o desenvolvimento da Região Norte.** A CNA, juntamente com o Senar, firmou novo Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Banco da Amazônia (Basa), com o objetivo de promover a execução de um programa de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) a produtores rurais – pessoas físicas e jurídicas – e a empreendimento rurais e/ou agroindustriais financiados pelo banco, além de potencializar o agronegócio na região.

AÇÕES E
CONQUISTAS
2023

GERAÇÃO DE DADOS E
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS
PARA A AGROPECUÁRIA

7



7.1. MERCADO EM FOCO GEROU ANÁLISES E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ATUAIS AOS PRODUTORES RURAIS

- a) A reabertura da China, após três anos de Covid-Zero, traz impactos significativos às exportações do Agro.** Com exportações brasileiras caminhando no mesmo sentido do PIB da China, projetou-se um crescimento de 3,2% a 6,8% para as exportações do Agro em 2023, sendo o milho o produto mais beneficiado, o que poderia gerar um aumento de demanda.
- b) Gripe Aviária impacta a oferta e demanda mundial de carne de frangos e ovos.** A Influenza Aviária (IA) afetou diversos países e elevou significativamente os preços de ovos internacionalmente, incluindo o valor das exportações brasileiras. O Brasil seguiu liderando as exportações de carne de frango, com perspectivas de aumento dos embarques e ampliação dos mercados.
- c) El Niño afetará positiva e negativamente as atividades agropecuárias.** As análises indicaram uma forte intensidade do fenômeno no segundo semestre de 2023. Mais chuva para o Sul geram perdas e elevam os custos de produção, assim como as altas temperaturas e seca nas Regiões Norte/Nordeste reduzem o potencial produtivo.
- d) Juros e previsões indicam queda dos preços de grãos para 2024.** Preços de grãos em queda estimularam o armazenamento e resultaram em atraso da colheita e comercialização da segunda safra de milho. Nesse caso, esperar para vender a safra em melhor momento aumenta o risco de fazer isso a preços cada vez menores.
- e) Há desafios e oportunidades à agropecuária brasileira diante do que pode avançar na COP28.** Há oportunidades para que a agropecuária seja parte da solução para redução das emissões e que as práticas sustentáveis sejam consideradas no conceito de agricultura regenerativa. Práticas e ferramentas já têm sido utilizadas pelo produtor rural.

7.2. ANÁLISES DE MERCADO DISPONÍVEL EM DIFERENTES FORMATOS E CANAIS DE COMUNICAÇÃO

- a) Gráficos animados expressaram informações sobre o agronegócio de forma lúdica e dinâmica.** Os vídeos publicados no canal do YouTube da CNA facilitam a interpretação de dados e informações setoriais. Em 2023, foram elaborados seis gráficos animados:
- 1) Camarão e tilápia no Brasil
 - 2) Reabertura da China - PIB da China e exportações do agro
 - 3) *El Niño* chegando, de novo!
 - 4) Preços em queda atrapalham comercialização
 - 5) Novos países nos BRICS
 - 6) O Agro é subsidiado?

- b) Podcast Ouça o Agro – Gestão e Mercado chegou a seu 100º episódio.** Foram 46 episódios gravados semanalmente até novembro, com mais de 50 convidados, o que gerou 21 horas de informações sobre agronegócio, custos, riscos de clima e preços, perspectivas, tecnologia, agregação de valor, entre outros temas. O podcast está disponível no site da CNA, no YouTube e em plataformas de *streaming* como o Spotify.
- c) Análise CNA gerou informações mensais de inteligência de mercado para atividades agrícolas, pecuárias, clima, política agrícola, custos, entre outras temáticas.** A publicação lançada em fevereiro de 2023 contou com 10 edições, trazendo análises dos principais acontecimentos do mês e que impactam o Agro no curto prazo.
- d) Sistema Painel disponibilizou informações de mercado via televisores na sede da CNA e em federações e sindicatos interessados.** As principais publicações e análises estratégicas de mercado são atualizadas semanalmente, permitindo que o Sistema CNA consuma conhecimento e se atualize sobre os principais acontecimentos mercadológicos que impactam as atividades agropecuárias.

7.3. ANÁLISE DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA NO CENÁRIO MUNDIAL

- a) Evento Inteligência de Mercado e Competitividade do Agro.** O encontro promoveu debate e reflexões sobre rentabilidade agropecuária, influência das tendências de consumo e geopolítica na produção e no comércio de alimentos e gestão de dados para tomada de decisão. O evento, realizado na sede da CNA em Brasília-DF, em parceria com o Sebrae por meio do acordo Juntos pelo Agro, contou com mais de 150 participantes e painelistas renomados.

AÇÕES E
CONQUISTAS
2023

JURÍDICO

8



O início do novo governo trouxe desafios ao setor agropecuário, especialmente no âmbito fundiário, em questões relacionadas às invasões de propriedades rurais e à demarcação de terras indígenas, bem como no campo trabalhista, com a proposta de uma nova reforma, inclusive no que se refere à organização sindical. Nesse sentido, o setor Jurídico da CNA, sempre diligente e atento, interviu prontamente na defesa dos interesses, direitos e pleitos dos produtores rurais brasileiros junto ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário, destacando-se as seguintes ações:

PAUTA FUNDIÁRIA

1. Demarcação de terras indígenas

A CNA atuou como *amicus curiae* nos autos do Recurso Extraordinário (RE) nº 1.017.365 (com repercussão geral reconhecida), tendo apresentado memoriais e sustentação oral durante o julgamento, iniciado em 2021 e finalizado em setembro de 2023. Embora tenha afastado a aplicação do “marco temporal”, o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu, entre outras deliberações, a possibilidade de indenização, a ser paga pela União Federal ao proprietário rural caso, no imóvel em questão, não existissem indígenas ou situação de renitente esbulho. em 05/10/1988, assegurado, assim, o direito de retenção até o depósito do valor incontroverso. O acórdão relativo à decisão do STF ainda não foi publicado.

A CNA também atuou, firmemente, junto ao Congresso Nacional, pela aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 490/2007 (renumerado, no Senado Federal, como PL 2903/2023), que altera a Lei nº 6.001/1973 (“Estatuto do Índio”), incorporando ao texto legal as condicionantes estabelecidas pelo STF, no julgamento da PET 3.388, para a demarcação de terras indígenas. A proposta legislativa foi levada à sanção presidencial, sendo convertida na Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023, contudo com inúmeros vetos sobre os quais o Congresso irá, agora, deliberar.

2. Convenção OIT nº 169

A CNA requereu a sua admissão, como *amicus curiae*, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5905, em tramitação junto ao STF, postulando a sua integral procedência, com a suspensão da eficácia das normas dos arts. 6º, 1, a) e 2, art. 13, 1 e 2, art. 14, 1 e 2, art. 15, 2, todos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, subsidiariamente, solicitando-se que: **a)** seja firmado o entendimento no sentido de que o usufruto indígena não tem o condão de impedir a instalação, pela União Federal, de equipamentos públicos, torres e equipamentos de transmissão e distribuição de energia elétrica, redes de comunicação, estradas e vias de transporte, além de construções necessárias à prestação de serviços públicos; e **b)** seja firmado o entendimento no sentido de que as consultas aos indígenas previstas nas normas impugnadas devem ser realizadas por meio de suas instituições representativas pela União Federal (liderança institucional da União) e, no que tange às comunidades que não possuam instituições representativas, por meio da Funai.

3. Desapropriação para reforma agrária

A CNA pleiteou e foi admitida, como *amicus curiae*, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2213, em tramitação perante o STF, requerendo o seu não conhecimento e, no mérito, a sua integral improcedência,

mantendo-se incólume às alterações trazidas pela Medida Provisória (MP) nº 2.183-56, de 24/08/2001, que promoveu a inclusão do art. 95-A, e seu parágrafo único, na Lei nº 4.504, de 30.11.1964 (Estatuto da Terra), e dos §§ 6º, 7º, 8º e 9º, no art. 2º, da Lei nº 8.629, de 25.02.1993 (dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária). As então alterações legislativas instituíram o “*Programa de Arrendamento Rural, destinado ao atendimento complementar de acesso à terra por parte dos trabalhadores rurais qualificados para participar do Programa Nacional de Reforma Agrária*”, determinando-se que os imóveis que integrassem o Programa “*não serão objeto de desapropriação para fins de reforma agrária enquanto se mantiverem arrendados, desde que atendam os requisitos estabelecidos em regulamento*”. Já as mudanças implementadas na Lei nº 8.629/93 estabeleciam que “*o imóvel rural objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado nos dois anos seguintes à desocupação do imóvel*”.

Também, em 2023, de 25 de agosto a 01 de setembro, ocorreu o julgamento (virtual) da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3865, proposta pela CNA junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). A demanda foi julgada improcedente e a CNA ingressou com embargos de declaração, para que novo julgamento seja realizado com base em novas premissas e preocupações com a integridade da Constituição Federal e sua adequada interpretação, de forma a fundamentalmente respeitar e prestigiar a opção do legislador constituinte ao definir o texto do art. 185 e de seu parágrafo único.

Nesse ínterim, convém ressaltar, por oportuno, que a CNA também está trabalhando em prol da aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 4357/2023, que veda a desapropriação de terras produtivas para reforma agrária.

4. Invasões de imóveis rurais

Em março de 2023, a CNA encaminhou ofício ao governador e ao secretário estadual da Segurança Pública da Bahia, solicitando a imediata adoção de providências em relação às invasões de imóveis rurais perpetradas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Região Sul daquele estado, requerendo especial atenção quanto ao cumprimento das ordens judiciais de reintegração de posse.

E, em 12 de abril de 2023, a CNA protocolou, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2213, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), um pedido de tutela provisória incidental pleiteando uma série de medidas inibitórias, preventivas e reativas às invasões de propriedades rurais pretendidas e/ou perpetradas pelo movimento denominado “*Abril Vermelho*” (ou “*Abril de Lutas*”). O pleito, embora indeferido, conteve o avanço de invasões de propriedades rurais no país.

5. Desocupação/reintegração de áreas invadidas

A CNA permanece atuando, como *amicus curiae*, nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 828, em trâmite junto ao STF, defendendo a exclusão, do âmbito de aplicação das liminares parcialmente concedidas pelo ministro Luís Roberto Barroso, dos imóveis rurais e dos atos de ocupação ilegal que se observam rotineiramente – desde bem antes da pandemia – e que fragilizam o direito de propriedade dos produtores rurais. O processo aguarda o julgamento de mérito.

Ressalta-se, outrossim, que a CNA ingressou com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7425, apontando a inconstitucionalidade de disposições contidas na Resolução CNJ nº 510/2023, que “*regulamenta a criação, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça e dos Tribunais, respectivamente, da Comissão Nacional de Soluções Fundiárias e das Comissões Regionais de Soluções Fundiárias, institui diretrizes para a realização de visitas técnicas nas áreas objeto de litígio possessório e estabelece protocolos para o tratamento das ações que envolvam despejos ou reintegrações de posse em imóveis de moradia coletiva ou de área produtiva de populações vulneráveis*”.

6. Proteção da propriedade e moradia dos produtores rurais

O Projeto de Lei (PL) nº 4188/2021, que institui uma série de alterações no sistema de garantias reais, chegou ao Senado Federal, e a CNA trabalhou arduamente para resguardar a propriedade e a moradia dos produtores rurais, pois, no campo, o imóvel não é apenas lar da entidade familiar, mas também o principal insumo da(s) atividade(s) produtiva(s) que ali é (são) desenvolvida(s), além da garantia para os financiamentos contraídos para subsidiá-la(s). A referida proposição legislativa, após debates e algumas alterações no âmbito do Senado Federal, seguiu para sanção presidencial e foi convertida na Lei nº 14.711, de 30 de outubro de 2023, com alguns vetos.

PAUTA AMBIENTAL

7. Código Florestal

O julgamento dos Embargos de Declaração opostos nos autos das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nºs 4901, 4902, 4903 e 4937, assim como da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 42, teve início em 25 de agosto de 2023, mas foi suspenso em 01 de setembro de 2023, em razão de pedido de vista feito pelo ministro Roberto Barroso. A CNA atua como *amicus curiae* na ADI 4901 e pleiteia que o Supremo Tribunal Federal (STF), por ocasião do julgamento dos embargos de declaração, reafirme a normatividade da Lei nº 12.651/2012 – mesmo que em sede de *obiter dictum* -, assegurando, mais uma vez, a sua plena vinculação e aplicação a todos os biomas brasileiros, e, especialmente, a constitucionalidade dos arts. 61-A, 61-B, 61.C, 63 e 67 do Código Florestal, tal como fixado em fevereiro de 2018.

PAUTA INFRAESTRUTURA

8. Ferrogrão

A CNA foi admitida, como *amicus curiae*, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6553, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF) e sob a relatoria do ministro Alexandre de Moraes, defendendo o reconhecimento de que a Lei nº 13.452/2017 está a viabilizar empreendimento fundamental para o desenvolvimento do país e para o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste, com enormes ganhos para o meio ambiente, a economia e a infraestrutura nacionais.

O julgamento foi agendado para 31 de maio de 2023, e a CNA apresentou memoriais e sustentação oral. Todavia, na data aprazada, o ministro Alexandre de Moraes, em virtude da manifestação da Advocacia-Geral da União (AGU), apontando a possibilidade de acordo nos autos, autorizou a retomada da análise dos estudos e processos administrativos relacionados à Ferrogrão, em especial os em trâmite na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e suspendeu a tramitação do processo judicial para a concretização da composição amigável da controvérsia.

PAUTA COMÉRCIO DE PRODUTOS

9. Fixação de prazo de validade para produtos hortícolas – inviabilidade

A CNA atuou, como *amicus curiae*, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 1003, em tramitação junto ao STF, defendendo a constitucionalidade e a plena validade tanto da Portaria/MAPA nº 458/2022 quanto da Instrução Normativa/MAPA nº 69/2018, que mantêm a inexigibilidade de prazo de validade para a comercialização de produtos vegetais (hortícolas).

O ministro Dias Toffoli, relator do processo, negou seguimento à demanda, merecendo destaque o seguinte trecho de sua decisão: “*penso que a adequada apreciação da inexigibilidade da indicação do prazo de validade para os produtos hortícolas, prevista na Portaria MAPA nº 458/2022, e de seus efeitos, exige a consideração de aspectos de ordem eminentemente técnica que, a priori, escapam à capacidade institucional desta Corte*”.

PAUTA AGROQUÍMICOS

10. Convênio Confaz nº 100/1997 - defensivos químicos

A CNA atua como *amicus curiae* e apresentou enfática sustentação oral nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5553, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), defendendo a constitucionalidade das Cláusulas 1ª e 3ª, do Convênio ICMS nº 100/1997, bem como dos itens previstos na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660/2011 da Presidência da República, que dizem respeito aos benefícios fiscais concedidos à comercialização de agroquímicos.

O processo teve o seu julgamento retomado em 09 de junho de 2023, mas foi suspenso em razão de pedido de vista apresentado pelo ministro André Mendonça após o voto do ministro Gilmar Mendes, que assim concluiu: “(...) a concessão dos benefícios fiscais questionados na presente ação não viola o direito à saúde ou ao meio ambiente equilibrado. A uma, porque eventual lesividade de um produto não retira o seu caráter essencial, a exemplo dos medicamentos. A duas, porque há minucioso regramento no tocante à avaliação toxicológica, ambiental e agrônômica para registro de defensivos agrícolas, a fim de garantir que os seus efeitos negativos sejam minorados e superados pelos benefícios de seu uso. A três, porque o atual estágio de desenvolvimento técnico não permite a sua completa eliminação em um país de clima tropical e dimensões continentais como o nosso. A quatro, porque o benefício deve ser analisado em relação às consequências que produz, qual seja, reduzir o preço dos alimentos. E, por fim, reitero que não se trata aqui de uma escolha entre alimentos orgânicos, ou não, mas de ambos servirem ao objeto fundante da República Federativa do Brasil de eliminar a fome”.

Retomado em 20 de outubro de 2023, o julgamento foi novamente suspenso por pedido de vista da Ministra Cármen Lúcia, devendo ter continuidade no próximo dia 15 de dezembro de 2023.

11. Proibição do uso do “carbendazim”

A CNA requereu o seu ingresso, como *amicus curiae*, na Ação nº 1071943-11.2022.4.01.3400, proposta pelo Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG) e, em trâmite, perante a 4ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal. Na demanda, resta questionado o processo administrativo no qual se origina a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) Anvisa nº 739, de 08/08/2022 (que dispõe sobre a proibição do ingrediente ativo *carbendazim* em produtos agrotóxicos no País e sobre medidas transitórias de mitigação de riscos), e o Ato MAPA nº 106, de 11.08.2022 (que estabeleceu proibições e restrições de uso do *carbendazim* até 07/02/2023).

12. Pulverização aérea de agroquímicos

De 19 a 26 de maio de 2023, ocorreu o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6137, proposta pela CNA, que buscava a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 16.820/2019, do estado do Ceará, que proíbe a pulverização aérea de defensivos químicos na agricultura. A ação foi julgada improcedente, e os embargos de declaração opostos pela CNA foram rejeitados.

Quanto à temática, a CNA também propôs a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 667, junto ao STF, em que pleiteia a declaração de inconstitucionalidade de leis estaduais e municipais, que proíbem ou restringem a pulverização aérea de defensivos agrícolas. O processo aguarda julgamento mas, em agosto de 2023, a Procuradoria-Geral da República (PGR) postulou a realização de audiência pública, sob o argumento de que “*para que seja possível concluir pela competência legislativa da União ou dos estados ou municípios, é necessário que, antes, seja cabalmente demonstrado se as leis municipais e/ou estaduais proibitivas da dispersão aérea representam, de fato, um incremento de proteção à saúde humana e ao meio ambiente, debate esse que envolve conhecimentos que extrapolam o campo puramente jurídico e demanda que sejam ouvidos especialistas tanto da comunidade científica quanto do setor agrário brasileiro*”.

PAUTA TRIBUTÁRIA

13. Multa isolada por descumprimento de obrigação acessória – caráter confiscatório

A CNA postulou a sua admissão, como *amicus curiae*, nos autos do Recurso Extraordinário (RE) nº 640.452, com repercussão geral reconhecida (Tema 487) e em trâmite junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), apontando o caráter confiscatório da multa isolada incidente sobre o valor da operação e devida em hipóteses de descumprimento de obrigação acessória na qual *não houve inadimplência tributária, isto é, situações em que houve o pagamento do tributo devido*.

O julgamento virtual teve início, mas foi interrompido por destaque feito pelo ministro Roberto Barroso e deve ser reiniciado de forma presencial em data ainda a ser definida. A CNA elaborou e distribuiu memoriais aos ministros.

14. Exclusão de benefícios fiscais da base de cálculo do PIS e da COFINS

A CNA requereu a sua admissão, como *amicus curiae*, nos autos do Recurso Extraordinário (RE) nº 835.818, com repercussão geral reconhecida (Tema 843), em trâmite junto ao STF, defendendo a exclusão de todos os benefícios fiscais relacionados ao ICMS, do que é exemplo o crédito presumido, das bases de cálculo do PIS e da Cofins. O processo aguarda julgamento.

A CNA requereu, ainda, a sua admissão como *amicus curiae* nos Recursos Especiais nº 1.945.110/RS e nº 1.987.158/SC, em trâmite junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), afetados sob o rito de recursos repetitivos e que também tratam do mesmo assunto (Tema nº 1182).

15. Reforma tributária

A CNA continua defendendo, essencialmente, seis pontos: **(i)** desoneração da cesta básica; **(ii)** produtor rural estabelecido como pessoa física não deve se tornar contribuinte direto do IBS; **(iii)** crédito presumido nas operações oriundas de produtor rural pessoa física; **(iv)** ressarcimento e compensação dos créditos tributários, inclusive os atuais; **(v)** alíquota zero para insumos agropecuários; e **(vi)** adequado tratamento tributário ao ato cooperativo.

Com base nisso, a entidade tem mantido a atuação conjunta com as demais entidades que integram o Instituto Pensar Agropecuário (IPA), elaborando propostas que foram encaminhadas ao Legislativo como contribuição à

construção do texto da Reforma Tributária, com foco especialmente na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 45, na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 110 e no Projeto de Lei (PL) 2337/2021, de maneira a resguardar a não majoração dos custos de produção, a estabilidade dos preços dos produtos que compõem a cesta básica e a preservação da competitividade do agro nacional em relação ao mercado internacional.

PAUTA TRABALHISTA

16. Trabalho decente e trabalho sustentável

A CNA prosseguiu, em 2023, com a execução do seu projeto de promoção do trabalho decente no campo, com foco na capacitação e na orientação dos empregadores rurais, de diferentes segmentos produtivos (cafeicultura, canavial, cacauicultura, bovinocultura, entre outros), quanto ao cumprimento das disposições contidas na nova Norma Regulamentadora (NR) nº 31, cuja vigência teve início em 27/10/2021.

Registre-se, por oportuno, que a CNA, em parceria com o Senar, editou uma coletânea de cartilhas comentadas sobre a nova NR 31, além da cartilha “*Trabalho decente: aspectos legais nas relações de trabalho*”, atualizada e reeditada em 2023, todas disponíveis no site institucional (<https://www.cnabrasil.org.br/senar/colecao-senar>).

Também, em 2023, a CNA, por meio de sua Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social (CNRTPS), participou de eventos promovidos pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), no âmbito do Programa “Trabalho Sustentável” (PTS), voltado a ações proativas de orientação e de conscientização quanto às boas práticas no ambiente de trabalho.

17. Pacto pela adoção de boas práticas trabalhistas e garantia de trabalho decente na cafeicultura no Brasil

Foi criado, por meio da Portaria MTE nº 2.157, de 14 de junho de 2023, um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de elaborar uma proposta de texto para um acordo/pacto nacional acerca da adoção de boas práticas trabalhistas na cafeicultura, voltada à cooperação entre entes privados e públicos, para viabilizar ações destinadas a aperfeiçoar as condições de trabalho no setor, com vistas a valorizar e disseminar práticas sustentáveis, com foco na formalização das contratações e garantia do trabalho decente.

A CNA compôs o referido GT, juntamente com representantes do *Ministério do Trabalho e Emprego*; do *Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome*; da *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag*; da *Confederação Nacional dos Trabalhadores(as) Assalariados(as) Rurais – Contar*; da *Organização Internacional do Trabalho – OIT*; e do *Ministério Público do Trabalho – MPT*.

O “*Pacto pela adoção de boas práticas trabalhistas e garantia de trabalho decente na cafeicultura no Brasil*” foi assinado em solenidade realizada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 30/08/2023, e ao mesmo já aderiram o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e o Conselho Nacional do Café (CNC), entre outras entidades.

18. Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) Negociação Coletiva

Por meio do Decreto nº 11.477, de 06 de abril de 2023, o governo instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para a elaboração de proposta de reestruturação das relações de trabalho e de valorização da negociação coletiva.

A CNA, juntamente com outras confederações patronais, vem participando dos trabalhos do referido GTI, primando pelo respeito às alterações promovidas pela Reforma Trabalhista de 2017 e pelo fortalecimento do sistema sindical brasileiro.

19. eSocial

A CNA, mediante ofício encaminhado ao Secretário da Receita Federal do Brasil em junho de 2023, requereu a prorrogação do início da obrigatoriedade de lançamento, na plataforma do eSocial, dos eventos relacionados ao módulo “processos trabalhistas”, prevista para julho de 2023.

O início da obrigatoriedade foi postergado para 01/10/2023, e a Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social (CNRTPS), ao longo do segundo semestre de 2023, com a participação da especialista Dra. Pollyana Tibúrcio e, com o apoio das Federações da Agricultura, realizou uma série eventos estaduais, na modalidade virtual, para capacitação e orientação dos sindicatos rurais e dos empregadores rurais (e demais interessados) acerca do novo módulo, com sucesso de público.

20. Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS

Em fevereiro de 2023, a CNA encaminhou ofício à Coordenação-Geral de Administração de Informações de Segurados (CGAIS), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), colocando-se ao dispor para, juntamente com as entidades que lhe são vinculadas (Federações da Agricultura Estaduais e/ou Sindicatos Rurais), auxiliar no registro, junto ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), daqueles que, entre os seus representados, detêm a qualidade de segurados especiais.

O INSS, em julho de 2023, agradeceu a iniciativa e esclareceu que o cadastro do segurado especial ainda está em fase de estruturação e de alimentação com as informações fornecidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e que, após a conclusão dessa etapa, conta com o apoio da CNA para divulgação.

21. Requerimento eletrônico de Benefício por Incapacidade Temporária Documental (Atestmed)

Já em setembro de 2023, a CNA encaminhou ofício ao Secretário do Regime Geral de Previdência Social, manifestando o seu interesse em firmar parceria com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) a fim de que lhe seja permitida, assim como às entidades que lhe são vinculadas (Federações da Agricultura Estaduais e/ou Sindicatos Rurais), a utilização dos sistemas disponíveis e necessários para prestarem suporte aos segurados no requerimento de benefícios por incapacidade temporária documental por meio eletrônico (*Atestmed*), conforme o disposto na Portaria MPS nº 1.573, de 10 de maio de 2023, c/c a Portaria Conjunta MPS/INSS nº 38, de 20 de julho de 2023. O INSS sinalizou favoravelmente ao nosso pleito e, em breve, deveremos firmar um acordo de cooperação técnica entre as entidades.

22. Planejamento previdenciário rural

Durante o ano de 2023, a CNA, por meio de sua Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social (CNRTPS), com a participação de especialistas e com o apoio das Federações da Agricultura, realizou uma série de eventos estaduais, na modalidade virtual, para orientação dos sindicatos rurais e micros, pequenos e médios produtores, além de trabalhadores rurais, quanto à coleta e ao tratamento das informações e documentações referentes ao tempo de exercício efetivo da atividade rural e/ou vida contributiva (quando o caso), minimizando, assim, as dificuldades que podem surgir futuramente, por ocasião do pleito da aposentadoria rural e/ou qualquer outro benefício previdenciário.

23. Aplicação da Reforma Trabalhista (CLT) a contratos vigentes

A CNA postulou e foi admitida, como *amicus curiae*, nos Embargos nº 0000528-80.2018.5.14.0004, que tramitam no Tribunal Superior do Trabalho (TST), pedindo a fixação de tese no sentido de que a Lei nº 13.467/2017 possui

efeito imediato e geral e, inclusive, se aplica aos contratos de trabalho em curso na data do início de sua vigência (11/11/2017), não havendo que se falar em “preservação de direitos adquiridos”.

24. Reforma Trabalhista Rural (Lei nº 5.889/1973)

A CNA prossegue participando dos debates e da elaboração de proposta para a reforma trabalhista rural, dedicando-se à adequação das normas à realidade e às peculiaridades do trabalho no campo, inclusive – e especialmente – no tocante ao preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência.

25. 111ª Conferência Internacional do Trabalho (OIT)

Durante as duas semanas de duração da 111ª Conferência Internacional do Trabalho, promovida pela OIT de 05 a 17 de junho de 2023, três comissões conduziram as discussões mais relevantes e impactantes para o Brasil: a comissão de aprendizagem; a comissão sobre a proteção laboral (discussão recorrente); e a comissão da discussão geral sobre a transição justa para uma economia sustentável.

De forma geral, o resultado das discussões foi positivo para os empregadores e os trabalhadores do Brasil.

A CNA integrou a *Delegação Brasileira dos Empregadores*, representada por seu Diretor Jurídico, Dr. Rudy Maia Ferraz, e por seu Coordenador Trabalhista, Dr. Rodrigo Hugueney do Amaral Mello.

Em 2024, observado o rodízio entre as confederações patronais, a CNA será a delegada representante dos empregadores, tendo como já previsto, na pauta da Conferência, o início das discussões sobre agentes biológicos, voltadas à criação de um documento normativo, em 2025, com foco no setor da saúde.

26. I Fórum Trabalhista da CNA

Realizou-se, em 05 de outubro de 2023, o 1º Fórum Trabalhista CNA, aberto ao público em geral, oportunidade em que, com a presença dos ministros do TST Ives Gandra Filho e Douglas Alencar, do Juiz do Trabalho da 1ª Região, Dr. Otávio Calvet, e do advogado trabalhista Dr. Ricardo Calcini, foram debatidos temas importantes, como o ativismo judiciário e, também, a segurança jurídica nas relações do trabalho. A gravação do evento está disponível no youtube da CNA (<https://www.youtube.com/watch?v=NeLGASyriBQ>) e conta com mais de trezentas visualizações.

LIVES

Ao longo de 2023, a CNA, por meio de sua Diretoria Jurídica, também promoveu o projeto “*Judiciário e o Agro – Panoramas Trabalhista e Tributário*”, com a realização de várias lives direcionadas ao setor rural e que contaram com a participação de convidados especiais, trazendo a debate decisões judiciais/administrativas, em matéria trabalhista e tributária, com impacto às relações de trabalho no campo e à relação fisco-produtor rural, todas disponibilizadas em [youtube.com/agrofortebrasilforte](https://www.youtube.com/agrofortebrasilforte).

ENTREVISTAS

No decorrer do ano de 2023, a equipe da Diretoria Jurídica da CNA (que abrange a Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social – CNRTPS) concedeu várias entrevistas para programas de rádio e televisão sobre os mais diversos assuntos: trabalho decente, demarcação de terras indígenas, pulverização aérea de defensivos químicos, invasões de propriedades rurais, reforma tributária, obrigatoriedade de emissão da nota fiscal eletrônica pelo produtor rural, transação tributária, entre outros.

AÇÕES E
CONQUISTAS
2023

PRODUÇÃO ANIMAL

9



9.1 PECUÁRIA DE CORTE

- a) Com o objetivo de garantir a segurança sanitária do rebanho brasileiro, a CNA protocolou no MAPA proposta de rastreabilidade individual de bovinos e bubalinos.** Com a retirada da obrigatoriedade da vacina de febre aftosa, a rastreabilidade individual de bovinos e bubalinos passa a ser indispensável para a garantia de ações rápidas e efetivas na contenção de possíveis surtos. Com isso, a CNA apresentou [proposta](#), que foi validada pela Câmara Setorial do MAPA, contemplando, operacionalmente, os anseios dos produtores rurais em relação ao tema.
- b) A CNA acompanhou a missão do MAPA à China, resultando na retirada do embargo à carne brasileira.** De acordo com o protocolo comercial com a China, as exportações de carne bovina são suspensas em casos de suspeita de encefalopatia espongiforme bovina (EEB). A CNA tem discutido amplamente o assunto e trabalhado em ações estruturantes, para que o retorno dos embarques aconteça imediatamente após a confirmação pelo laboratório referência da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), descartando a necessidade da avaliação das autoridades chinesas.
- c) A Confederação apresentou ao governo medidas emergenciais em apoio aos pecuaristas.** As ações envolveram a solicitação de linha de crédito emergencial e autorização para a renegociação e a prorrogação de operações de custeio e investimento. A solicitação foi feita ao Ministério da Agricultura, via ofício, diante das fortes quedas no preço da arroba do boi gordo. Além dos levantamentos feitos junto aos produtores, parlamentares da FPA basearam-se nas propostas da CNA para elaborar projetos de lei e convocar audiências públicas.
- d) A CNA buscou modernização normativa de classificação e tipificação de carcaças de bovinos e bubalinos (CLASSIBOV).** O objetivo é proporcionar ao produtor melhor remuneração das carcaças vendidas, além de maior clareza ao consumidor final sobre o produto que está comprando. A proposta estabelece critérios claros que permitem mensurar a evolução da qualidade da carne. Protocolada no MAPA, com posterior envio de ofício, pela CNA, foi solicitada a manifestação sobre o seu andamento. O Ministério está aguardando as definições e as publicações das novas normativas sobre o abate para análise e possíveis ajustes no CLASSIBOV.

9.2 AVES E SUÍNOS

- a) Para levar informações às lideranças da base produtiva, a CNA realizou o 1º Encontro das CADECs.** O encontro foi realizado em Brasília, reunindo 100 lideranças dos produtores integrados de aves e suínos dos estados do RS, SC, PR, SP, MG, GO, MS, MT e DF. Na oportunidade, realizou-se o alinhamento estratégico a respeito de importantes temas para o desenvolvimento das cadeias integradas de aves e suínos, fornecendo informações às lideranças dos produtores nas CADECs, visando o equilíbrio de forças nas negociações com as integradoras.

- b) A CNA buscou ampliação da Segurança Jurídica na aplicação da Lei da Integração.** A CNA atuou por meio do esclarecimento de dúvidas sobre a Lei nº 13.288/2016 (Lei da Integração) e análise de contratos de integração. Até novembro de 2023, foi registrado um crescimento de 210% frente ao mesmo período do ano anterior.
- c) CADECs de MT, MS e MG contaram com o apoio técnico da CNA nas negociações com as integradoras.** A CNA tem capacitado técnicos no sentido de apoiar as lideranças dos produtores integrados de aves e suínos nas negociações com as agroindústrias, visando ao equilíbrio nas negociações com as integradoras e favorecendo as discussões e ganhos para a base produtiva, além de promover melhorias na relação entre os elos das cadeias integradas de aves e suínos.
- d) Com o objetivo de ampliar as zonas livres de peste suína clássica (PSC) no país, a CNA apoiou projeto-piloto contra a PSC, em Alagoas.** Durante as quatro etapas do projeto, realizadas até julho de 2023, ocorreram o treinamento dos vacinadores e o mapeamento de rebanhos e propriedades no estado. O projeto vacinou, somente durante a quarta etapa da campanha, 138.519 suínos em 5.263 propriedades no estado. A quinta, e última etapa, está prevista para ocorrer em novembro e dezembro deste ano e contará com o apoio da CNA, além de outras instituições privadas e do MAPA.
- e) A Confederação monitora e reforça ações de biossegurança para prevenção de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP) em aves silvestres no país.** Diante da confirmação de focos de IAAP em aves silvestres, a CNA intensificou as suas ações junto aos produtores para reforçar as medidas de biossegurança nas granjas comerciais, onde não há casos confirmados no país. Dessa forma, o Brasil segue com o status sanitário de livre de IAAP, portanto, sem prejuízos ao comércio internacional ou trânsito interno de produtos. A IAAP não é transmitida pela comida cozida (carne, ovos). Acesse [aqui](#) o material informativo elaborado pela CNA, em parceria com a ABPA.
- f) Para defender as lideranças dos produtores integrados nas negociações das CADECs, a CNA buscou aprovação do Projeto de lei 8.311/2017.** Para cessar as ações unilaterais por parte das integradoras e garantir que as lideranças dos produtores nas CADECs não sofreram retaliações, a CNA se reuniu com parlamentares para discutir o [PL 8.311/2017](#). Foram feitas reuniões com os deputados com o intuito de reforçar a necessidade de aprimoramento da legislação. O Projeto de Lei teve parecer favorável do relator, deputado Marcos Pollon (PL-MS).

9.3 PECUÁRIA DE LEITE

- a) A pecuária de leite passou a ter Frente Parlamentar própria com apoio da CNA.** Composta por mais de 200 parlamentares e com objetivo de desenvolver políticas públicas para o setor, a Frente mostrou-se como importante aliada para a aprovação de projetos de lei estratégicos e pleitos por condições melhores de produção ao Poder Executivo. A atuação foi decisiva para o combate às importações de leite em 2023, sempre pautada pela CNA, que subsidiou tecnicamente os pleitos apresentados, amparando os parlamentares com informações setoriais e estratégias de atuação.
- b) Combate às importações predatórias de leite foram prioridade para a CNA.** Os volumes de importação se mantiveram em 176 milhões de litros na média mensal de 2023, representando 8,8% da captação nacional, o dobro da média dos últimos 10 anos. A maior parte das origens é Argentina (53%), que tem aplicados subsídios que chegam a R\$ 0,42/litro. Como resultado, quedas expressivas no mercado interno, que comprometeram as margens da atividade leiteira, desencadeando uma série de ações pela CNA:

1. **Denúncia da aplicação de subsídios à produção de leite argentino.** As distorções e as práticas desleais de comércio foram denunciadas pela CNA em mais de 20 reuniões junto ao MAPA, MDIC, MDA, Casa Civil, Camex, Câmara dos Deputados e Senado Federal.
2. **Mobilização contra importações desenfreadas.** A cobrança de medidas efetivas contra as importações foi realizada em duas edições do Encontro dos Produtores Brasileiros de Leite, com apoio da CNA e participação de cerca de mil pecuaristas. Pleitearam-se a neutralização das importações subsidiadas da Argentina e a renegociação de dívidas dos produtores.
3. **Alteração de incentivos fiscais de indústrias importadoras.** O governo atendeu a CNA com a publicação do Decreto nº 11.732/2023, que determina que indústrias participantes do Programa Mais Leite Saudável que realizarem importações perderão regime tributário especial. A medida contribui com menor apetite importador e, conseqüentemente, com a melhoria de preços no mercado interno.
4. **Solicitação de medidas emergenciais de crédito rural em função das baixas de mercado.** O derretimento de preços do leite ao produtor na ordem de 26% levou a CNA a solicitar ao MAPA a renegociação das operações de custeio e investimento, bem como linha especial para retenção de matrizes, reduzindo burocracia e custos dos produtores.

c) **Para avanços na qualidade do leite, a CNA solicitou reativação do Comitê Técnico Consultivo para Monitoramento da Qualidade e Competitividade do Leite Nacional (CTC Leite).** O CTC Leite foi criado para trazer melhorias às normativas correlatas no Brasil, reduzindo burocracia e simplificando os processos de produção. O colegiado esteve desativado desde meados de 2022, levando a CNA a solicitar ao MAPA a reedição do Decreto que o estabelece em abril. A sua formalização segue ainda pendente, mantendo o tema em voga em 2024.

d) **Qualificação estatística do setor leiteiro foi pleiteada pela CNA.** A defasagem de dados para o setor leiteiro dificulta a tomada de decisão no campo, o acompanhamento da produção e o pleito de políticas públicas. O tema foi trabalhado pela CNA em cinco reuniões junto ao MAPA, em parceria com o IBGE. Foi solicitado acesso do Instituto aos dados da PGA SIG/SIF, para maior celeridade na divulgação de informações sobre a captação nacional de leite e destinação aos derivados, permitindo, assim, ao produtor certa previsibilidade de mercado, resultado da variação da captação em tempo real.

e) **Com o objetivo de aumentar a produtividade e renda das propriedades leiteiras o Sistema CNA e o Sebrae uniram forças pelo setor leiteiro.** A iniciativa, como um braço do Projeto Juntos pelo Agro, é fundamentada pelo estudo “Diagnóstico e Fatores de Competitividade do Leite Nacional”, que visa reduzir custos e aumentar a produtividade e renda das propriedades, com a integração das ações de ambas as casas, dentro e fora da porteira. O projeto inicialmente será executado nos estados da Bahia, Goiás, Paraíba e Tocantins, com meta de atendimento de três mil propriedades.

9.4 AQUICULTURA

a) **Diagnóstico realizado nas principais regiões aquícolas do país expôs os principais entraves ao desenvolvimento da Aquicultura.** A CNA realizou diagnóstico para nortear as ações da Comissão Nacional de Aquicultura. Participaram das reuniões cinco federações e entidades dos setores de Piscicultura, Maricultura e Carcinicultura. A desburocratização do Licenciamento Ambiental foi a principal demanda do setor, atual foco de atuação Comissão Nacional de Aquicultura.

b) Fomento ao consumo de pescado foi pauta da CNA em 2023. A Confederação apoiou a 20ª Semana do Pescado, que ocorreu em 100% das unidades da Federação. Além de apoiar e envolver todos os setores ligados à cadeia produtiva, incentivou o consumo de produtos aquícolas, que, no período, apresentou aumento de 65%, conforme relatório da campanha.

c) Riscos oriundos das importações de camarões está na pauta de discussões entre CNA, MAPA e MPA. Após análises de estudos referentes à bactéria vibrio e dos “Requisitos Zoossanitários do Brasil para a Importação de Camarões e Lagostins não Viáveis e Derivados Originários de Pesca Extrativa ou Aquicultura”, concluiu-se os camarões internalizados não oferecem riscos à produção nacional e à saúde humana. A CNA segue acompanhando a pauta.

9.5 APICULTURA E MELIPONICULTURA

a) Com intuito de comemorar e levar conhecimento ao produtor, CNA promoveu evento em alusão ao Dia Mundial das Abelhas. A CNA promoveu em sua sede o 1º evento referente ao Dia Mundial das Abelhas com o apoio da Embaixada de Israel. A programação técnica abordou questões e tendências dentro do segmento relacionadas à inovação e tecnologia, à capacitação, à assistência técnica e gerencial e aos benefícios da polinização para o setor agropecuário e a sociedade, em geral. Participaram do evento representantes de startups israelenses (BeeHero, Bloom e To Bee), da FAO Brasil, Embrapa Soja, apicultores e produtores rurais. O evento encontra-se disponível [aqui](#).

b) A Política Nacional de Incentivo à Produção Melífera foi sancionada com o apoio da CNA. Por ser um pleito do setor, a CNA acompanhou e apoiou todo o processo legislativo da norma e atuará para o fortalecimento da produção sustentável das abelhas no país. Em julho deste ano, foi sancionada a Lei nº 14.639/2023, que instituiu a Política Nacional de Incentivo à Produção Melífera e ao Desenvolvimento de Produtos e Serviços Apícolas e Meliponícolas de Qualidade.

c) Projeto Observatório Brasileiro de Abelhas foi lançado e atendeu a demandas definidas pelo Sistema CNA como prioritária. A ação entre o governo e a iniciativa privada visou conduzir ações voltadas à redução da mortalidade de abelhas e à conservação dos polinizadores no Brasil. O projeto atende à demanda definida pelo Sistema CNA como prioritária, sobre os dados epidemiológicos referentes à morte de abelhas em sistemas de produção agropecuária no país. Estão envolvidos no projeto Embrapa Meio Ambiente, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e as agências estaduais de defesa agropecuária.

9.6 EQUIDEOCULTURA

a) Atendendo a pleito da CNA, MAPA alterou norma para controle, prevenção e erradicação do mormo. A CNA, juntamente com entidades partícipes da cadeia produtiva da equideocultura, defenderam a necessidade urgente de alteração da norma federal relativa às diretrizes gerais para prevenção, controle e erradicação do mormo perante técnicos do MAPA. Após argumentações consistentes do grupo, MAPA e Ministério da Saúde discutiram as bases epidemiológicas da doença, que teve como consequência a alteração da norma, por meio da [Portaria MAPA nº 593/2023](#).

b) A CNA trabalhou na atualização de norma sobre requisitos mínimos para o cadastro de Centrais de Processamento de Sêmen Equino. A CNA participou do grupo técnico para discutir propostas de melhoria na Instrução Normativa nº 06/2009, que aprova o regulamento para o registro dos estabelecimentos industriais, para fins de produção e de comercialização de sêmen equídeo junto ao MAPA. A pedido da presidência da Câmara Setorial de Equideocultura do ministério, o grupo elaborou documento contendo sugestões de alterações operacionais da norma e o encaminhou à área-fim do MAPA.

9.7 EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS

- a) A CNA solicitou priorização na solução dos problemas do sistema de emissão do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).** Devido aos inúmeros problemas relatados por representantes de sindicatos de produtores rurais e de federações estaduais durante reunião da Comissão Nacional de Empreendedores Familiares Rurais, a CNA encaminhou solicitação ao ministro Luiz Paulo Teixeira, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), no sentido de priorizar a solução dos problemas no sistema de emissão do CAF – CAFWeb – e organizar ações promocionais e de desenvolvimento da RedeCAF.
- b) O governo atendeu a pleito da CNA e prorrogou o prazo de validade para as Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAPs).** Por motivo de inconsistências no sistema de emissão do CAF, a CNA protocolou pedido para que o governo federal prorrogasse o prazo de validade das DAPs do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em um ano. O governo atendeu ao pleito da CNA e publicou a [Portaria MDA nº 1/2023](#), prorrogando o prazo de validade das DAPs, cujos vencimentos estivessem compreendidos entre a 08 de fevereiro de 2023 e 31 de janeiro de 2024.
- c) A Nota Fiscal eletrônica (NF-e) obrigatória para o pequeno produtor rural teve sua data de implantação adiada após solicitação da CNA e de Federações estaduais.** Verificando que a adesão dos pequenos produtores aos sistemas de emissão das Nota Fiscal do Produtor Rural eletrônica (NFP-e) seria extremamente baixo na data estipulada, a CNA solicitou força-tarefa junto às suas representações estaduais para que cada federação encaminhasse documento solicitando a prorrogação do prazo de obrigatoriedade para a sua respectiva Secretaria estadual de Fazenda (Sefaz). Atendendo a pedido do Sistema CNA, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) adiou a obrigatoriedade para 1º de maio de 2024 ([vide nota](#)).
- d) A CNA buscou junto ao parlamento ajustes ao novo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** O governo federal publicou, em 20 de julho, a Lei nº 14.628/2023, instituindo novamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), incluindo, ainda, o Programa Cozinha Solidária na mesma norma. A CNA acompanhou a publicação da Medida Provisória (MP) nº 1.166/2023 relativa ao tema, sugeriu emendas ao Congresso Nacional e acompanhou a articulação do texto originário após a MP. Assim, o Projeto de Lei 2.920/2023 foi aprovado pelo Senado Federal, em 12 de julho. A norma contemplou sugestão da CNA de vincular regimentos para operacionalização dos programas em ato infralegal.
- e) As ações do Sistema CNA foram apresentadas ao público da agricultura familiar nordestina durante o Semiárido Show.** Foram apresentadas palestras sobre crédito rural e resultados do projeto Campo Futuro, Agronordeste, Agro.BR e Forrageiras para o Semiárido. Também foi disponibilizado aos visitantes um tour virtual por meio de óculos de realidade aumentada para conhecer uma queijaria artesanal, um apiário e como é realizado o processamento de produção do mel, além do funcionamento de uma máquina de pulverização autopropelido. Marcaram presença no estande caravanas de sindicatos de produtores rurais, técnicos do Senar e produtores das regionais de Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

AÇÕES E
CONQUISTAS
2023

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

10



10.1. AÇÕES TRANSVERSAIS

- a) *Regulamentação e segurança jurídica no uso de bioinsumos como norteadores de ações.*** A CNA trabalhou junto ao Legislativo, defendendo pontos-chave que permeiam a regulação da produção e o uso de bioinsumos, entre eles, a legitimidade da produção para uso próprio. A aprovação do Projeto de Lei 658/2021 foi defendida e, ao mesmo tempo, a CNA trabalhou nos ajustes no texto 3668/2021 originário do Senado com o intuito de reduzir os entraves à produção *on farm*.
- b) *Defesa técnica para a modernização regulatória de pesticidas e garantia da segurança de alimentos.*** Foram construídos subsídios técnicos em prol da desburocratização e da ampliação da eficiência regulatória para pesticidas, em consonância ao PL 1.459/2022, projeto aprovado no Senado, que seguiu para sanção presidencial. De modo complementar, a CNA apoiou os estados e Federações da Agricultura, com argumentação técnica para o não avanço de propostas legislativas que propunham limitações ou proibições no uso de ingredientes ativos registrados e essenciais para a produção de alimentos.
- c) *A segurança e a importância produtiva do uso do tiametoxam foram apresentadas em consulta pública.*** Contribuições apresentadas em consulta pública, sob a luz do processo de reavaliação ambiental do ingrediente ativo tiametoxam, ressaltam a adoção das boas práticas produtivas como instrumento de preservação do meio ambiente e segurança à vida humana. Ressaltou-se, ainda, a inviabilidade técnica de eventual proibição ou restrições nos modos de aplicação.
- d) *A promoção ao trabalho decente e as relações de trabalho no campo foram pauta da CNA.*** Foram conduzidas ações orientativas quanto às normas trabalhistas junto às cadeias produtivas do café, cacau, frutas, hortaliças e cana, com apoio dos órgãos competentes pela temática trabalhista, de modo a dar luz à sensibilidade e à especificidades de cada cadeia, além de fomentar a informação e a orientação junto a empregadores e trabalhadores.
- e) *O aprimoramento regulatório e a modernização do emprego da aviação agrícola no país foram defendidos pela CNA.*** A consulta pública, estabelecida pela Portaria 766/2023 do MAPA, foi amplamente analisada e debatida por parte da CNA e das federações estaduais. O novo texto tem como objetivo regulamentar o Decreto-Lei nº 917, de 07 de outubro de 1969, o qual dispõe sobre o emprego da aviação agrícola no país. As contribuições apresentadas defendem a clareza nas definições e nas competências, bem como ressaltam a importância da atividade para o aumento da produtividade em sintonia com o desenvolvimento sustentável e o menor impacto ambiental.
- f) *A gestão e a transparência nortearam debates sobre a regulamentação do autocontrole em 2023.*** Defendeu-se a sistematização de processos e gestão de informações, trazendo transparência e eficiência aos entes envolvidos. As contribuições foram apresentadas por meio de Tomada Pública de Subsídio e debates pautados na regulamentação da Lei nº 14.515/2022.

g) A CNA trabalhou para evitar restrições infralegais de defensivos essenciais para cafeicultura e fruticultura. Apresentaram-se defesa e solicitação de uso excepcional para combinações ingrediente ativo, cultura e alvo biológico, no intuito de garantir uma gama de produtos autorizados para o uso e segurança produtiva. As contribuições estiveram pautadas na Política de Uso Excepcional da certificadora Rainforest Alliance, bem como as listas de “Produtos Proibidos” e “Mitigação de Risco e Obsoletos”.

10.2. CEREAIS, FIBRAS E OLEAGINOSAS

- a) A CNA defendeu a manutenção do teor de umidade de 14% para classificação da soja.** Atuante desde 2020 no processo de revisão do regulamento técnico da soja, a CNA defendeu, entre outros pontos, a manutenção do teor de umidade em 14%. A proposta foi pautada em consulta pública, seminários nacionais e, finalmente, na audiência pública. Considerando-se a falta de diálogo do MAPA na condução da audiência, a CNA reforçou o pleito via ofício, encaminhado ao Ministro.
- b) O não atendimento ao calendário de semeadura da soja levou a CNA a propor ajustes.** A Portaria que estabeleceu o calendário de plantio de soja para a safra 2023/24 restringiu a janela de plantio, principalmente dos estados do Sul do país. A CNA debateu a proposta com as federações e o MAPA. O Comunicado Técnico elaborado pela CNA orientou produtores e entidades sobre os prazos e quanto aos procedimentos para a solicitação de alteração desses prazos. Como resultado, o MAPA acatou a alteração com regionalização do calendário, especialmente no Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
- c) Com a mobilização da CNA, entidades do Brasil, Argentina e Paraguai construíram posicionamento sobre a legislação ambiental europeia.** CNA, Associação Argentina de Milho e Sorgo, Associação Brasileira dos Produtores de Milho, Associação Brasileira dos Produtores de Soja, Associação da Cadeia da Soja Argentina, Associação dos Produtores de Soja, Oleaginosas e Cereais do Paraguai e a Câmara Paraguaia de Exportadores e Comerciantes de Grãos e Oleaginosas reuniram-se para discutir medida protecionista, bem como as estratégias possíveis. Foi divulgado um manifesto conjunto, que expressa os impactos que a normativa pode causar à produção dos três países. O documento também foi encaminhado à Embaixadora da União Europeia no Brasil.
- d) Diante da crise de preço no mercado do trigo, CNA propôs medidas emergenciais ao governo federal.** Em setembro, foi solicitada ao governo a realização de leilões de trigo para garantir, pelo menos, o preço mínimo do cereal. Em atendimento à solicitação da CNA, a Conab realizou, em novembro, os primeiros leilões PEP e PEPRO, para a compra de 300 mil toneladas do trigo da safra 2023/24, nos estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e o Distrito Federal.
- e) A safra recorde de milho derrubou preços, e CNA solicitou medidas de apoio à comercialização.** Diante do cenário crítico de preços, foi encaminhado ofício ao MAPA solicitando a retomada da formação de estoques públicos para assegurar o Preço Mínimo estabelecido pelo governo. A Conab autorizou a compra de 500 mil toneladas do cereal por meio de Aquisições do governo federal para os produtores de Goiás, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná e Tocantins, Maranhão, Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal.
- f) As ações prioritárias foram estabelecidas para o fortalecimento agroindustrial do biodiesel.** A CNA participou, em setembro, de reunião de trabalho com a Frente Parlamentar do Biodiesel, para a definição das pautas prioritárias para o fomento do setor do biodiesel. Durante a reunião, foi discutida a pauta de previsibilidade à indústria de biodiesel, independência energética brasileira e geração de emprego e renda.

- g) O levantamento de informações técnicas e a atualização normativa de classificação foram desenvolvidos em prol da ampliação da exportação de pulses.** Após demanda setorial, a CNA concluiu a estruturação de material técnico para subsidiar o MAPA com informações específicas sobre pulses para a etapa de definição de protocolos fitossanitários de importação pela China. Paralelamente, a CNA participou de Grupo Técnico que estruturou os normativos de classificação de feijão-comum, feijão-caupi, feijão-mungo, feijão-azuki, gergelim, ervilha, lentilha e grão-de-bico.
- h) O manejo da ferrugem da soja e a inovação foram temas discutidos em encontro no Paraguai.** A CNA participou de reuniões na Ciudad del Este, no Paraguai, para debater novas tecnologias para o manejo integrado de ferrugem asiática da soja com produtores e representantes de entidades do país vizinho. Foram feitas visitas a áreas produtoras da região com o intuito de ver *in loco* as práticas de manejo que têm resultado em melhor desempenho. Também foram realizados debates com produtores de soja do Paraguai.
- i) CNA e entidades internacionais defenderam o uso de biotecnologias na agricultura.** Diante da restrição de importação de produtos transgênicos por alguns países, a CNA promoveu debate, junto à Aliança Internacional do Milho, Associação Argentina de Milho e Sorgo, Associação Brasileira dos Produtores de Milho, Associação Nacional de Produtores de Milho dos EUA e Conselho de Grãos dos EUA, para discutir a realidade do agronegócio e a adoção de biotecnologias na cultura do milho. O tema foi debatido durante reunião na CNA e no Congresso da ABRAMILHO, para esclarecer a importância desses países na promoção da segurança alimentar e a segurança do uso de organismos geneticamente modificados com embasamento científico.
- j) Setor produtivo define ações prioritárias para a autossuficiência da triticultura brasileira.** O trigo é a única *commodity* que o Brasil ainda importa. Com foco no desenvolvimento da atividade no país, visando a autossuficiência na produção, a CNA organizou o 1º Workshop do Trigo para definir as ações estruturantes para toda a cadeia. Ganhos de eficiência, redução dos custos de produção, rentabilidade, melhoramento genético e expansão da área agrícola estão entre os temas definidos no plano de ação que será implementado no próximo ano.

10.3. CANA-DE-AÇÚCAR

- a) Busca e articulação pela garantia do repasse de parte da receita dos CBios a produtores de biomassa.** A CNA tem trabalhado na aprovação do PL 3.149/2020 para garantir, em lei, o repasse da parte cabível gerada pelos CBios aos produtores independentes de biomassa. O relator da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, onde aguarda votação, acatou as sugestões da Casa.
- b) A CNA na defesa da manutenção das metas do RenovaBio.** A CNA contribuiu em consulta pública e foi contrária à proposta do Ministério de Minas e Energia (MME) de redução das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores de efeito estufa para comercialização de combustíveis para o próximo decênio.
- c) A CNA sediou e apoiou o lançamento da Frente Parlamentar do Etanol.** A Frente, composta por mais de 200 parlamentares, objetiva valorizar o biocombustível como fonte de energia limpa e benéfica ao meio ambiente no processo de transição energética, bem como fortalecer a sua contribuição para a descarbonização da frota nacional. O lançamento aconteceu em agosto na entidade, que compatibiliza com suas ações.

d) Atualização do decreto que regulamenta a Lei de Bebidas. A CNA participou das proposições de atualização do Decreto nº 6871/2009, que regulamenta a Lei nº 8918 /1994, a qual dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, defendendo, entre outros itens, a inclusão da cachaça de alambique. O novo decreto será publicado em breve.

10.4. SILVICULTURA

a) A alíquota de importação de borracha natural foi elevada de 3,2% para 10,8%. A CNA solicitou ao Comitê-Executivo de Gestão (GECEX) a inclusão da borracha natural na Lista de Exceções da Tarifa Externa Comum (LETEC) com alíquota de importação de 22%, objetivando a correção de assimetrias de mercado e a remuneração digna ao produtor rural. A proposta não foi aceita em sua totalidade, mas a alíquota padrão de 3,2% passou para 10,8%, amenizando a crise no setor da borracha.

b) O índice de preço de importação da borracha natural divulgado mensalmente pela CNA tornou-se referência para o setor. O índice, divulgado em parceria com o Instituto de Economia Agrícola (IEA), além de parametrizar produtores e demais elos da cadeia sobre preço justo no mercado interno, subsidia e justifica a formulação de políticas públicas e a elaboração de estudos técnicos, como a própria solicitação de elevação da alíquota de importação do produto.

c) Subsídios técnicos e estabelecimento de objetivos prioritários para construção do Plano Floresta + Sustentável. O Sistema CNA/Senar colaborou com proposições ao Plano desenvolvido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que visa estabelecer ações e estratégias referentes à economia florestal, promovendo seu desenvolvimento.

d) A CNA publicou materiais desmitificando o setor de florestas plantadas. A CNA publicou, por meio de Ação Promocional de Silvicultura, materiais de fatos e mitos do setor florestal, com informações relevantes em relação a seus produtos e subprodutos, uso de tecnologia, pesquisa e inovação, bem como o emprego eficiente de recursos, como água e energia.

10.5. FRUTAS, HORTALIÇAS E FLORES

a) A CNA elabora passo a passo para adoção da rastreabilidade de frutas e hortaliças. Materiais orientativos acerca da rastreabilidade de frutas e hortaliças são elaborados para sanar dúvidas e informar sobre alguns procedimentos básicos. O material “Perguntas e Respostas” tem por pauta a resolução de dúvidas, que permeiam os elos da cadeia de valor, de forma clara e objetiva. Enquanto o material “Identificação de Lotes” traz um passo a passo para o registro de informações e uso para a identificação dos lotes produtivos e comercializados, conforme cultura e composição dos lotes, simples ou consolidados. O objetivo é fornecer subsídio aos produtores para adequação à normativa vigente (INC 01/2014).

b) Revisão normativa e busca por ampliação da farmácia rural para minor crops foi pauta em 2023.

A CNA apresentou contribuições na consulta pública de revisão da INC 01/2014, que dispõe sobre a extrapolação de LMR para Culturas com Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI). A defesa objetivou a diferenciação dos usos alimentares e não alimentares, bem como na regulamentação dos procedimentos de recomendação oficial. Em paralelo, foram conduzidos os levantamentos de demandas fitossanitárias, estes compartilhados com as indústrias. Demandas prioritárias foram apresentadas à organização *Minor Use Foundation*, buscando a realização de estudos e a definição de LMR pelo *Codex Alimentarius*.

- c) A CNA trabalhou na garantia da competitividade da batata nacional.** A CNA trabalhou para a manutenção da aplicação de medidas *antidumping* para a batata congelada importada, quando originada da Alemanha, Bélgica, França e Países Baixos. O *dumping* praticado resulta em redução da competitividade e potencial inviabilização do crescimento da indústria nacional. A decisão pela manutenção das medidas foi publicada por meio da Resolução GECEX 451/2023, que mitiga os danos causados por práticas desleais de comércio.
- d) A normatização e o fomento à produção nacional de uva industrial e seus derivados foram defendidos pela CNA em 2023.** A CNA tem buscado a valorização e a precificação adequada da uva industrial, participando ativamente na construção de propostas para a Lei do Vinho. Defende-se um ambiente normativo que valorize a produção primária e o viticultor nacional, o reconhecimento das tradições atreladas à cadeia e as características intrínsecas de cada região produtiva.

10.6. CAFÉ

- a) Funcafé teve orçamento recorde com apoio da CNA.** Como membro do Conselho Deliberativo de Política do Café (CDPC), a CNA participou da aprovação do orçamento de R\$ 6,37 bilhões e a distribuição dos recursos do Fundo para a safra 2023/2024, destinados a financiamentos de comercialização e Aquisição de Café (FAC), custeio, capital de giro e recuperação de cafezais danificados, estabelecidos na Resolução CMN nº 5.072, de 18 de maio de 2023.
- b) O Conselho monetário atendeu à CNA e promoveu ajustes na linha de crédito para recuperação de cafezais.** Atendendo ao pleito da CNA, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a Resolução nº 5.078 de 29 de Junho de 2023, que dispõe sobre ajustes nas normas gerais do crédito rural Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Com a nova redação, os prazos de reembolso e carência, dos recursos disponibilizados para a linha de recuperação de cafezais danificados, levam em conta o tipo de procedimento ao qual a lavoura foi submetida para recuperar sua capacidade produtiva.
- c) Elaborado pacto sobre condições de trabalho na cafeicultura em harmonia com as demandas e desafios do setor produtivo.** A CNA participou ativamente da construção do “Pacto pela Adoção da Boas Práticas Trabalhistas e Garantia de Trabalho Decente na Cafeicultura Brasileira”. O documento, assinado pelo governo, CNA e representantes dos trabalhadores, reforça o compromisso e a cooperação entre instituições públicas e privadas no sentido de viabilizar ações que aperfeiçoem as condições de trabalho na cafeicultura brasileira. Como forma de assegurar o diálogo contínuo sobre as questões trabalhistas no setor, o documento instaurou a Mesa Tripartite de Diálogo Permanente para a Cafeicultura.
- d) A CNA promoveu a Segunda Edição do Cupping e Negócios de Cafés Diferenciados.** Para essa edição, foram selecionadas 102 amostras dos estados do Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo e do Distrito Federal. Os cafeicultores que participaram da iniciativa, receberam propostas de comercialização de compradores que atuam no mercado nacional e internacional e tiveram seus cafés degustados na maior feira de café do Brasil, que também é uma das maiores do mundo.
- e) Contrato de café conilon operado na B3 é elaborado com a participação da CNA.** Atuação junto a Bolsa de Valores Brasileira B3, em que foram estabelecidos parâmetros técnicos e mercadológicos para a criação de contratos para o café conilon, a serem operados pela bolsa brasileira. O início da operação dos novos contratos está previsto para o primeiro trimestre de 2024, trazendo aos cafeicultores mais ferramentas para gestão comercial e gestão de preço da atividade.

f) A CNA juntou-se à Plataforma Global do Café para a promoção da sustentabilidade e bem-estar no setor.

A CNA se filiou como membro da Plataforma Global do Café, uma iniciativa de *stakeholders* que executam ações em prol da sustentabilidade, renda e trabalho digno do setor. Como novo membro da organização, a CNA participou de reuniões na cidade de Bonn, na Alemanha, onde a GCP é sediada, representando os produtores rurais brasileiros.

g) A sustentabilidade e a diversidade da cafeicultura brasileira foram apresentadas pela CNA na

Conferência Mundial do Café. Cumprindo com o compromisso em representar os cafeicultores brasileiros no cenário internacional, a CNA participou, ativamente, da *5th World Coffee Conference 2023*, na Índia, destacando a eficiência, a competitividade, a qualidade, a sustentabilidade e a diversidade da cafeicultura brasileira, especialmente nas pequenas propriedades e na cafeicultura familiar. Além disso, ao longo do ano, a CNA envolveu-se nos Painéis Temáticos da Organização Internacional do Café (OIC), abordando questões como indicadores de renda digna e próspera, metodologias para levantamento de custos de produção em diferentes origens, promoção da sustentabilidade, estabelecimento de novos benchmarks e fortalecimento da cadeia de valor.

h) Pesquisa avaliou desafios do setor produtivo para a safra cafeeira de 2023. A CNA, em parceria com o portal Café Point, conduziu a Pesquisa Cafeeira 2022/23, com mais de 470 produtores de café em todo o Brasil. Foram divulgados resultados relevantes que abordam temas como mão de obra, percepção de produtividade, ocorrência de eventos climáticos, adoção de tecnologias de irrigação e mecanização, gestão de riscos e visão do setor produtivo sobre as prioridades da CNA. Os resultados orientaram as ações da Confederação em 2023.

10.7. PALMA FORRAGEIRA

a) Lançamento de projeto apoiado pela CNA, durante a Agrishow, objetivou melhorar a eficiência do produtor.

Com apoio da CNA, a empresa Laboremus apresentou a máquina colheitadeira de palma forrageira durante participação na maior feira agrícola do país, a Agrishow, na cidade de Ribeirão Preto (SP).

b) A CNA apoiou a iniciativa de difusão de conhecimento sobre a palma forrageira. A Confederação participou da realização do 6º Congresso Nacional de Palma Forrageira e Palmatech 2023, na cidade de Montes Claros, MG. Durante o congresso, mais de 700 pessoas puderam aprender e conhecer um pouco mais sobre a cultura da palma por meio de palestras técnicas e visita de campo. O Sistema CNA/Senar/ICNA também promoveu ações sobre o processo de fabricação de queijos artesanais, de mel e de uso de máquina autopropelida, por meio de apresentação em óculos de realidade virtual.

c) A pecuária do semiárido, com o apoio da CNA, conquistou grande vitória com a publicação do primeiro registro de herbicida para a palma forrageira. Foi registrado no Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), sob o nº 04705, o herbicida seletivo de ação sistêmica Butiron®, da empresa ADAM. O Sistema CNA, por intermédio da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Paraíba – FAEPA/PB, apoiou o experimento da molécula em fazendas da região e acompanhou todo o processo de solicitação do registro, uma vez não haver legalizada qualquer indicação de herbicida a ser utilizado para a cultura. Essa foi uma grande conquista para os pecuaristas da região Semiárida brasileira.

AÇÕES E
CONQUISTAS
2023

MULHERES E NOVAS LIDERANÇAS DO AGRO

11



- a) Comissão Nacional das Mulheres do Agro foi oficialmente lançada, fortalecendo a participação feminina no Sistema Sindical Rural.** No início do ano, a CNA nomeou a Comissão Nacional das Mulheres do Agro, integrando-se ao portfólio de atuação das outras 18 comissões nacionais. Com abordagem transversal, busca aumentar a participação feminina no sistema sindical rural, promovendo o desenvolvimento de lideranças no setor agropecuário. Estruturada em três eixos de ação: aumentar a participação das mulheres junto ao sistema sindical, desenvolver novas lideranças e fortalecer a representação institucional e política do setor, a comissão tem obtido resultados notáveis no primeiro ano de trabalho. O número de federações com grupos de mulheres cresceu de três para 16 no período, representando um engajamento muito grande dos estados.
- b) CNA capacitou e orientou representantes estaduais da Comissão das Mulheres.** Visando fortalecer os atributos individuais de cada participante e aprofundar habilidades de liderança, foi desenvolvido um programa de capacitação cujos eixos principais foram: formação de novas lideranças, inteligência emocional, comunicação e *media training*, negociação institucional e poder e influência.
- c) Para auxiliar a criação e fortalecer os grupos estaduais de mulheres, a CNA desenvolveu material orientativo.** Trata-se de um guia abrangente a fim de fornecer diretrizes claras e informações práticas para a concepção e o aprimoramento de iniciativas para criação de grupos de representação estaduais. Essa ferramenta visava potencializar a atuação das representantes e a iniciação estruturada das representações junto ao Sistema CNA.
- d) A Comissão Nacional das Mulheres do Agro intensificou sua atuação ao estabelecer um diálogo construtivo com representantes dos Poderes Legislativo e Executivo.** Com o objetivo claro de promover um debate aberto sobre temas cruciais e fortalecer a defesa dos interesses de classe, a CNA solidificou parcerias significativas para o setor. No congresso, teve participação na sessão solene em celebração aos 10 anos da Secretaria da Mulher e se reuniu com várias parlamentares para discutir o interesse do setor. Já no Executivo, houve reuniões com representantes do Ministério das Mulheres e da Subsecretaria das Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.
- e) A CNA ampliou participação em feiras e eventos voltados a promover a presença e o engajamento das mulheres no setor.** Ao longo de 2023, a CNA marcou presença em aproximadamente 30 eventos em todo o Brasil, apresentando para mais de 3 mil mulheres a missão de ampliar o entendimento sobre a atuação do sistema CNA/Senar. Essa estratégia reforça o compromisso de promover a inclusão e fortalecer a representatividade feminina, contribuindo para a construção de um setor agropecuário mais diversificado e dinâmico.

- f) A Comissão Nacional das Mulheres do Agro, atenta às pautas da educação, contribuiu ativamente para a integração de narrativas inclusivas nos materiais didáticos.** Com o objetivo de estreitar os laços entre a realidade do campo e da cidade, a comissão estabeleceu parceria com a associação “De Olho No Material Escolar” (DONME). Essa colaboração visa sensibilizar as futuras gerações sobre a significativa importância no setor agropecuário, promovendo, assim, uma educação mais equitativa e representativa. Além disso, a Comissão Nacional das Mulheres do Agro mantém-se atenta às diretrizes estabelecidas pelo governo federal, acompanhando de perto as referências do Conselho Nacional de Educação (CONAE). Essa atenção às políticas educacionais fortalece o compromisso da comissão com a promoção de uma educação de qualidade, que reconhece e valoriza a diversidade de perspectivas, especialmente no contexto agropecuário.
- g) A CNA lançou sua 19ª Comissão Nacional das Novas Lideranças do Agro.** Essa iniciativa visa ampliar a participação dos jovens no sistema sindical e fortalecer sua representatividade em temas relacionados ao setor agropecuário. Atuante nas pautas transversais, conecta suas ações a temas e eixos específicos, como sucessão geracional, representação regional, desenvolvimento de novas lideranças e defesa de interesses da classe produtora.

PROJETOS E
PROGRAMAS



PROJETOS E PROGRAMAS

1. CADEC BRASIL	122
2. ALIMENTOS ARTESANAIS E TRADICIONAIS	124
3. PRAVALER	127
4. CAMPO FUTURO 2023	129
5. RETIFICAR	132
6. AGRO.BR	134
7. INTERCÂMBIO AGROBRAZIL	136
8. ATEG - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GERENCIAL	138
9. FIP PAISAGENS RURAIS	145
10. CENTROS DE EXCELÊNCIA DO SENAR	147
11. FORMAÇÃO TÉCNICA SENAR EAD	149
12. SENAR PLAY	151
13. CNA JOVEM	153
14. APRENDIZAGEM PROFISSIONAL RURAL	155
15. EDUCAÇÃO CORPORATIVA	157

16. SAÚDE DO ADOLESCENTE RURAL	159
17. SAÚDE DA MULHER RURAL E SAÚDE DO HOMEM RURAL	161
18. HUB CNA DIGITAL	163
19. CNA FIAGRO	165
20. APP CNA DIGITAL	167
21. FORRAGEIRAS PARA O SEMIÁRIDO - 2ª FASE	169
22. ID AGRO MÁQUINAS	171
23. DIGITALIZAÇÃO DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS (IGS)	173
24. MERCADO CNA	175
25. CONECTIVIDADE	177
26. GESTÃO E ANÁLISE DE DADOS	179
27. OBSERVATÓRIO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA	181
28. RASTREABILIDADE ANIMAL	183
29. RASTREABILIDADE VEGETAL	185
30. PROCESSOS SELETIVOS	187

PROJETOS E
PROGRAMAS

CADEC BRASIL

01





O programa CADEC Brasil busca o fortalecimento dos produtores integrados de aves e suínos e suas lideranças nas Comissões para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADECs). Atua diretamente na capacitação dos produtores e das lideranças e disponibiliza consultores técnicos e jurídicos que auxiliam nas negociações com as agroindústrias.

BALANÇO 2023

Em janeiro, foi lançado o curso a distância “CADEC EaD Senar”, cujo objetivo é preparar melhor o produtor para as negociações com a agroindústria parceira. O curso é dividido em módulos que abordam a Lei nº 13.288/2016 (Lei da Integração), técnicas de organização e condução de reuniões, técnicas de negociação e o gerenciamento de custos de produção. Até o final de outubro, foram capacitadas 937 pessoas.

Com o intuito de auxiliar os produtores integrados durante as reuniões da CADEC, a CNA treinou técnicos dos estados de SC, RS, PR, SP, MG, MS, MT, GO e DF para atuarem junto às lideranças dos produtores integrados de aves e suínos. Atualmente, os estados de MT, MS e MG já possuem técnicos que auxiliam os produtores nas negociações da CADEC, reduzindo a assimetria de informações entre integrados e agroindústrias, favorecendo as discussões e ganhos para a base produtiva, assim como promovendo melhorias na relação entre os elos das cadeias integradas.

Entre janeiro e novembro do ano corrente, a consultoria jurídica atendeu 21 demandas relacionadas a análise de contratos de integração, esclarecimentos sobre a Lei nº 13.288/2016, procedimentos em casos de sinistros de animais, desinternalização de custos por parte das integradoras, checklist nas granjas, taxa de atratividade da atividade, entre outros. Isso confere maior segurança aos produtores e às lideranças na tomada de decisões durante as negociações.

Com a finalidade de abordar questões cruciais para o avanço das cadeias integradas de aves e suínos, a CNA realizou o 1º Encontro das CADECs em setembro de 2023, em Brasília. O evento proporcionou um espaço para a discussão de temas relevantes e a troca de informações essenciais às lideranças dos produtores, com o intuito de promover um equilíbrio estratégico nas negociações com as agroindústrias.

PERSPECTIVAS 2024

Para o ano de 2024, continuam programadas ações do Programa CADEC Brasil, que englobam a capacitação de produtores e suas lideranças, consultoria jurídica e apoio nas negociações com as integradoras, visando fortalecer e impulsionar o setor.

Também há expectativa de que seja realizado, em setembro de 2024, o 2º Encontro das CADECs. Com relação ao serviço de apoio aos produtores nas negociações com as integradoras, os estados de GO, SP e RS iniciaram as tratativas para adesão ao Programa.

PROJETOS E
PROGRAMAS

ALIMENTOS ARTESANAIS E TRADICIONAIS

02





O Programa Alimentos Artesanais e Tradicionais foi criado com o objetivo de promover produtos artesanais, valorizando o produtor rural e sua família, trabalhando a agregação de valor, a cultura regional e o reconhecimento dos produtos artesanais brasileiros.

BALANÇO 2023

Regulamentação

Produção do Manual Caminhos para obter o Selo Arte: Manual criado para orientar os produtores rurais com um passo a passo para solicitação do Selo Arte junto aos órgãos competentes. No manual, o produtor encontrará toda a lista de material e documentação necessários: [Acesse aqui](#).

Comercialização e marketing

O Prêmio CNA Brasil Artesanal é uma das iniciativas do Sistema CNA/Senar, vinculada ao Programa Alimentos Artesanais e Tradicionais, desenvolvida com o objetivo de promover produtos de qualidade. O prêmio está em sua oitava edição e possui como diferencial a simplificação de termos técnicos e o amplo voto popular. As três etapas do concurso são:

- 1) **Júri técnico** – etapa eliminatória e classificatória, que escolhe os primeiros colocados de cada categoria e participa com 40% da nota final;
- 2) **Júri popular** – composto por consumidores finais, correspondendo a 50% da nota; e
- 3) **História do produto** – equipe multidisciplinar que avalia as histórias dos produtos e produtores, correspondendo a 10% da nota.

Os ganhadores dos concursos da CNA recebem premiação em dinheiro, selo do programa registrado no INPI (ouro, prata e bronze), chancelando a qualidade do seu produto, além de troféu e certificado de participação.

Este ano foram realizados três concursos:

- a) **Charcutaria:** os produtores puderam se inscrever na categoria salame tipo italiano. Foram 38 inscritos de nove estados brasileiros, totalizando uma produção de cinco toneladas. O parceiro técnico para esta edição do prêmio foi a Academia da Charcutaria.

Os ganhadores do concurso aumentaram as vendas em 300%, com o valor de comercialização 250% maior do que antes da premiação. Tiveram ampliação de suas produções, abertura de novos mercados e ainda abertura de loja física, juntamente com sua produção e o esgotamento do estoque na semana do anúncio da premiação.

- b) **Azeite:** os produtores tiveram a possibilidade de se inscrever em duas categorias: azeite blend e azeite monovarietal. Para essa edição, tivemos 58 inscritos de cinco estados brasileiros, totalizando uma produção de 200 mil litros. Os parceiros técnicos foram a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA).

Os ganhadores do concurso esgotaram seus estoques em alguns dias após o anúncio da premiação. Os produtos foram inseridos em novos pontos de comercialização e tiveram demanda em estados que não os comercializavam, uma valorização de 100% no valor de mercado.

- c) **Vinhos e espumantes:** essa edição contou com quatro categorias: vinhos tintos, vinhos brancos, espumante moscatel e espumante tradicional. Houve 149 rótulos inscritos de oito estados brasileiros, totalizando uma produção de 5 milhões de litros. Os parceiros técnicos para essa edição do prêmio foram a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) e Associação Brasileira de Sommelier do Distrito Federal (ABS).

Os produtores que tiveram seus produtos anunciados na final do concurso venderam seus estoques em uma semana. Há uma fila de espera para a próxima produção e confiança para abertura de novos mercados.

Artesanais e tracionais em eventos

A CNA promoveu eventos com os produtores participantes dos prêmios e seus produtos nos seguintes eventos: Tecnoshow (GO), Agrishow (SP), Agro Brasília (DF), Expoiner (RS) e Semana Internacional do Café (MG). As ações incluem:

- a) **Harmonização/degustação:** atendimento de mais de 5 mil pessoas.

O objetivo é criar um equilíbrio capaz de proporcionar experiências sensoriais exclusivas, combinando alimentos e bebidas por meio de técnicas para reforçar os sabores dos ingredientes presentes em ambos, fazendo assim com que os consumidores finais possam conhecer e valorar os produtos artesanais brasileiros; e

- b) **Comercialização de produtos ganhadores do Prêmio CNA Brasil Artesanal 2020, 2021, 2022 e 2023:** aproximadamente R\$ 300 mil comercializados em produtos por pequenos produtores, mais contratos e abertura de novos mercados.

Assistência Técnica e Gerencial (ATeG)

Realização de 20.005 visitas, em 2.864 propriedades, dos técnicos da ATeG na agroindústria de 21 estados.

PERSPECTIVAS 2024

Realização de três edições do Prêmio CNA Brasil Artesanal para café, mel e cerveja artesanal. Para os prêmios de 2024, a CNA busca abarcar novos produtos de ampla produção nacional, contribuindo para a divulgação. As ações do programa de promoção estão previstas para sete grandes feiras nacionais, levando ações como empório de comercialização, harmonização de produtos ganhadores de concursos de qualidade, chefes pelo agro e vitrine de negócio.

Ainda está previsto o curso de capacitação em vendas online para 100 produtores, figurando entre eles participantes dos concursos de qualidade e produtores cadastrados no programa dos artesanais.

PROJETOS E
PROGRAMAS

PRAVALER

03



P·R·A·VALER

O PRAVALER se propõe a auxiliar os estados e os produtores rurais a superarem suas dificuldades na implementação do Novo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012), discutindo normativas com todos os atores envolvidos no processo para viabilizar a regularização ambiental produtiva das propriedades rurais, com base em resultados de pesquisa.

BALANÇO 2023

O Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre a CNA, a Embrapa e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) foi ratificado para a condução do PRAVALER nos estados de MG, ES e AM, com a possibilidade de expansão nacional.

A experiência acumulada pela CNA na execução do projeto nos referidos estados ao longo do ano permitiu detectar o maior gargalo da regularização ambiental, que é a conclusão da análise (validação) dos Cadastros Ambientais Rurais (CARs), sendo essa a primeira etapa da regularização ambiental, sem a qual não é possível avançar nas demais.

Diante disso, foi feito um ajuste na execução do PRAVALER envolvendo a intensificação do projeto no ES, estado com mais de 70% dos cadastros validados e participação no processo de elaboração dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) dos estados, de modo a garantir processos viáveis ao produtor para a regularização ambiental.

No ES, o PRAVALER iniciou a mobilização dos 119 produtores atendidos pelo Senar-ES e que possuem o CAR analisado. Por meio de parceria com o programa estadual de pagamento por serviços ambientais (REFLORESTAR), o PRAVALER proporcionará a esses produtores assistência técnica gratuita com técnicos treinados pelo projeto. Eles receberão projetos de recuperação ambiental com as melhores alternativas para a regularização dos passivos ambientais de acordo com os critérios estabelecidos no Programa de Regularização Ambiental (PRA) do estado. O projeto contribuiu preliminarmente com as discussões e a definição dos critérios do PRA, propondo as alternativas viáveis e exequíveis aos produtores rurais.

PERSPECTIVAS 2024

A perspectiva é que, em 2024, a CNA atue junto aos governos federal e estaduais para garantir processos de regularização ambiental simplificados e viáveis. Para isso, serão cobrados:

- Avanço na análise do CAR (dinamizada ou manual);
- Soluções para garantir a operacionalização do SICAR;
- Incentivos para a regularização ambiental (em contraponto ao comando/controle); e
- Disponibilização do Módulo de Regularização Ambiental (MRA) com a simplificação do processo de elaboração dos Projetos de Recuperação (PRADAs) e de monitoramento ambiental, buscando garantir segurança jurídica ao produtor.

PROJETOS E
PROGRAMAS

CAMPO
FUTURO 2023

04



O Sistema CNA/Senar, por meio do Projeto Campo Futuro, levantou os custos da produção agropecuária de **34 atividades/sistemas de produção, totalizando 133 painéis** em 2023. Foram **115 municípios diferentes em 23 estados** visitados, com a participação de **1.495 produtores e técnicos**.

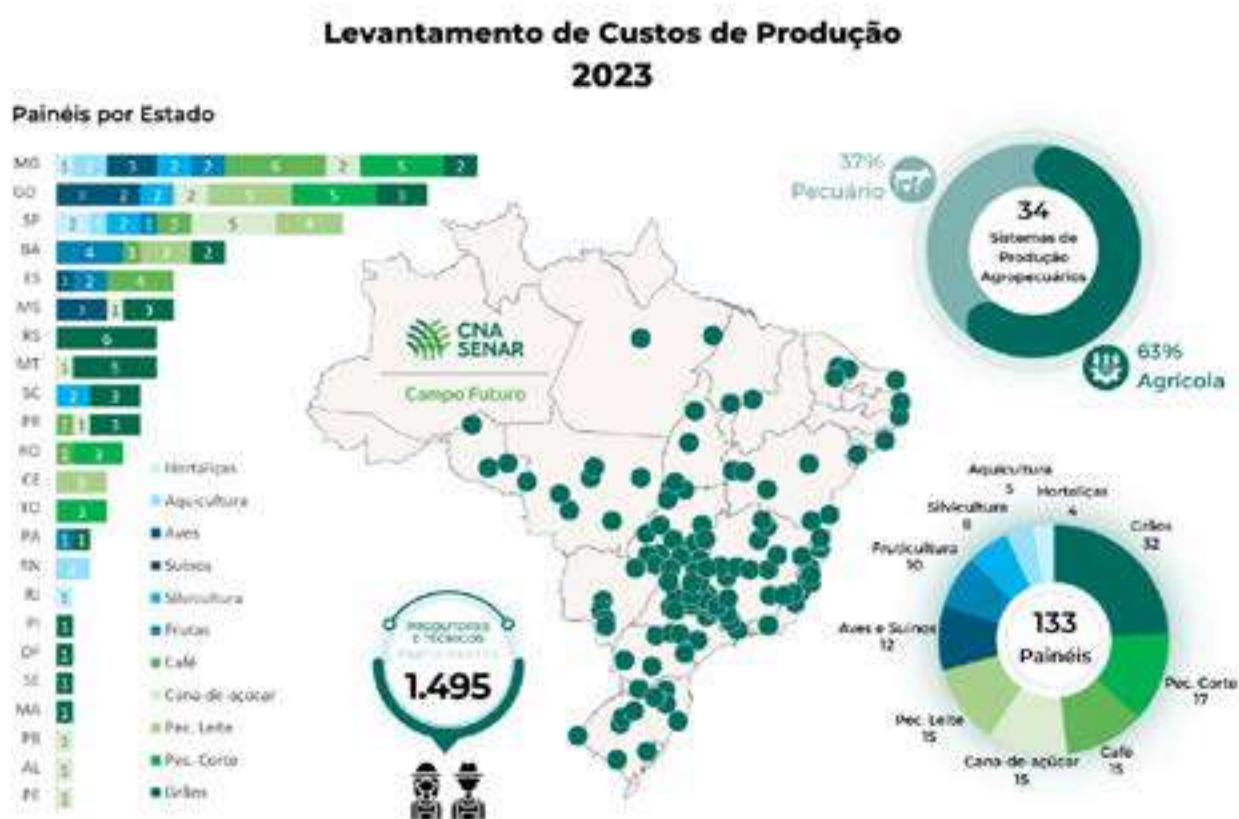


Figura 1. Distribuição por estado e por atividades dos painéis de levantamento de custos de produção em 2023 pelo Projeto Campo Futuro.

Ações em destaque

O Projeto Campo Futuro gerou dados e informações para:

- Subsidiar tecnicamente as proposições de políticas públicas relacionadas à formulação do Plano Agrícola e Pecuário 2023/2024;
- Contribuir com um estudo de impactos da reforma tributária ao setor agropecuário elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV);
- Analisar o comportamento dos preços de insumos e dos custos de produção agropecuários para entrevistas à imprensa, para mais de 20 apresentações setoriais e atendimento a seis federações;
- Simular impactos de custos de produção frente aos efeitos do fenômeno *El Niño*;

- Fomentar análises comparativas dos sistemas de produção agrícolas e pecuários, em termos de competitividade e rentabilidade das propriedades típicas, entre várias regiões no mundo por meio das redes *Agri Benchmark Networking* e *International Farm Comparison Network (IFCN)*; e
- Produzir artigos científicos para o congresso da SOBER 2023, de forma a aumentar a visibilidade do projeto, destacando a importância da produtividade na pecuária de leite para alcançar bons resultados financeiros e a dinâmica da produção de soja e milho no estado de Mato Grosso.

Publicações

- **26 boletins** Ativos do Campo, que consideraram informações e o cenário produtivo das atividades agropecuárias; e
- **13 infográficos** com análises dos resultados obtidos nos 133 levantamentos de custos de produção de 2023.

Eventos setoriais

O Projeto Campo Futuro promoveu o **Circuito de Resultados do Projeto Campo Futuro**, nas cinco regiões brasileiras em 2023. Os debates contaram com um público superior a **1.000 participantes** e foi direcionado a esclarecer a importância de melhoria da gestão rural e divulgar os resultados de custos de produção de diferentes atividades agropecuárias. O principal objetivo da iniciativa é aumentar a eficiência produtiva no campo.



Figura 2: Distribuição dos eventos do Circuito de Resultados Campo Futuro.

PROJETOS E
PROGRAMAS

RETIFICAR

05





O RetifiCAR foi concebido pela CNA com o objetivo de apoiar os produtores rurais na retificação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). A validação é uma etapa que envolve a análise por parte do órgão estadual e eventuais retificações por parte dos produtores rurais e a proposta da CNA é auxiliar os produtores nesse processo. Dados oficiais demonstram que, dos aproximados 7 milhões de cadastros realizados, menos de 1% foi validado pelo poder público estadual. A CNA observou que, mesmo com o pouco volume de análise, muitos cadastros já analisados não eram validados, pois estavam aguardando as retificações solicitadas aos produtores rurais, demonstrando a necessidade de criação de um programa como o RetifiCAR.

A figura a baixo demonstra a atuação do RetifiCAR no passo a passo da regularização ambiental.

BALANÇO 2023

O RetifiCAR teve início no segundo semestre de 2023 em Rondônia e Minas Gerais. As primeiras ações envolveram articulação entre as federações estaduais de agricultura e pecuária, os sindicatos rurais dos municípios selecionados e os órgãos estaduais gestores do CAR, com a formalização dos instrumentos legais.

O passo seguinte foi a contratação de equipe técnica especializada em retificação de CAR, que foi instalada nos sindicatos rurais prestando o atendimento

aos produtores mobilizados pelas federações e os sindicatos rurais.

Em Minas Gerais, foram realizados, nos dois primeiros meses, mais de 600 atendimentos a produtores dos municípios de Presidente Olegário, Vazante, Lagamar e Lagoa Grande.

Em Rondônia, foram realizados mais de 220 atendimentos a produtores dos municípios de Castanheiras, Novo Horizonte do Oeste e Rolim de Moura.

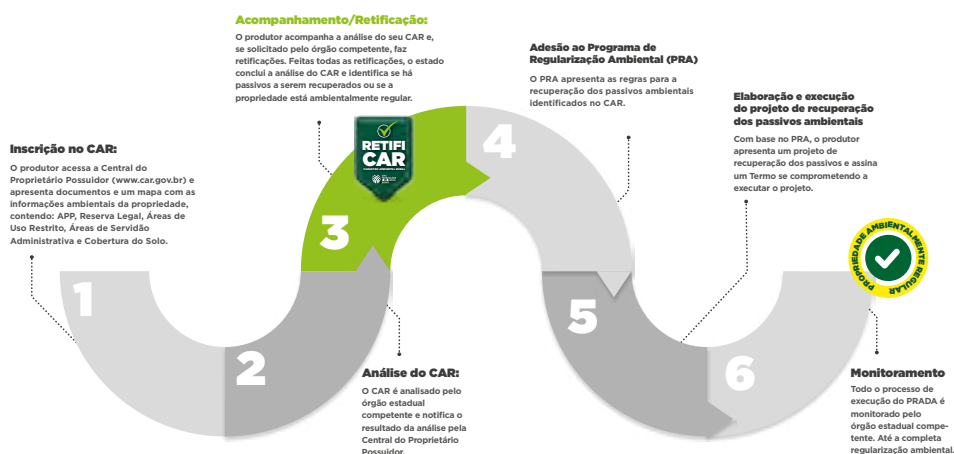
PERSPECTIVA 2024

Em 2024, será dada continuidade ao processo de retificação dos Cadastros Ambientais Rurais (CARs) dos produtores que passaram por atendimento em 2023 nos estados onde o RetifiCAR foi oficialmente lançado: MG e RO.

Com o acúmulo das experiências obtidas a partir da execução do RetifiCAR em 2023, a perspectiva é promover a expansão para outros estados, garantido a retificação de, pelo menos, mais 3.000 CARs.

Considerando que a retificação do CAR é a primeira etapa da regularização ambiental, o RetifiCAR possibilitará destravar o processo de milhares de produtores rurais para que possam usufruir dos benefícios do Código Florestal.

PASSO A PASSO DA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E ONDE O RETIFICAR VAI ATUAR:



PROJETOS E
PROGRAMAS

AGRO.BR

06





O Agro.BR atua na formação e no apoio a empresários rurais no caminho da exportação. Fruto de uma parceria entre a CNA e a Apex-Brasil, a iniciativa oferece uma gama de serviços, desde treinamentos customizados para as cadeias do agro, assessoria no desenho do plano individual de internacionalização até a realização de missões internacionais. O objetivo do Agro.BR é preparar os produtores para ingressarem no comércio exterior e ampliar a presença dos produtos brasileiros nas prateleiras do mundo, contribuindo para a diversificação da pauta exportadora nacional.

O atendimento aos produtores é realizado pelos sete escritórios regionais do projeto, localizados em cidades das cinco regiões – SP, RS, MG, MS, CE, BA, PA – com o apoio dos escritórios internacionais da CNA, estrategicamente localizados em Dubai, Xangai e Singapura.

BALANÇO 2023

Essa segunda edição do Agro.BR contabiliza 1.309 inscritos, que receberam 10.500 horas de atendimento, entre janeiro e outubro de 2023.

Durante esse período, foram realizados 19 seminários e encontros nacionais, seis missões para Alemanha, Dubai, China, Singapura, Chile e Peru, além de sete rodadas de negócios que geraram 42 milhões de dólares em previsão de negócios. Esse valor representa, em média, um retorno para os produtores de 198 dólares para cada dólar investido pelo projeto na ação.

Um destaque do ano foi o início da operação do ATeG+Exportação. Resultado de uma parceria o Senar, a iniciativa tem como objetivo principal identificar, entre as propriedades atendidas pela ATeG, aquelas que tenham potencial para a exportação e assim oferecer apoio customizado no processo de internacionalização. Participam dessa primeira fase da iniciativa pouco mais de três mil produtores, de seis estados.

No final de 2023, ocorreu o lançamento do Programa de Aterrissagem em E-commerce internacional, realizado em parceria com a ApexBrasil, por meio do qual se pretende preparar 50 empreendedores rurais em plataformas internacionais.

PERSPECTIVAS 2024

Para 2024, está prevista a ampliação do ATeG+Exportação para outros estados, o desenho e a execução do Plano Nacional para Exportação de Mel, a realização de ações específicas para mulheres empreendedoras, o início da operação da iniciativa de e-commerce e o lançamento de um novo modelo de rodadas virtuais de negócios em um sistema exclusivo e perene, com foco em setores e mercados estratégicos.

PROJETOS E
PROGRAMAS

INTERCÂMBIO AGROBRAZIL

07





O AgroBrazil é um programa da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) que visa apresentar a realidade da produção agropecuária brasileira a representantes de delegações estrangeiras, promovendo um contato próximo entre diplomatas e produtores rurais.

Nos últimos seis anos, o programa levou representantes de mais de 30 delegações estrangeiras para conhecer a realidade dos estados da Bahia, de Pernambuco, do Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais, do Pará, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso e de Santa Catarina.

A programação do AgroBrazil inclui visitas técnicas a propriedades rurais, cooperativas, federações da agricultura e centros de pesquisa agropecuária.

BALANÇO 2023

Em 2023, foram executadas duas edições do programa: no mês de março, em Santa Catarina, com a presença de seis delegações estrangeiras, e no mês de setembro, no Mato Grosso do Sul, com 10 diplomatas estrangeiros. Durante as missões, o grupo pôde ver in loco a diversidade da produção agropecuária brasileira: da fazenda de ostra em Florianópolis e da cooperativa de maçã São Joaquim até a indústria de etanol de milho em Dourados e a pecuária pantaneira em Aquidauana.

A CNA promoveu, também, a primeira press trip com jornalistas correspondentes de veículos de comunicação estrangeiros. Inspirada no modelo já bem-sucedido do AgroBrazil, a press trip levou o grupo para conhecer a produção sustentável de café da região do Cerrado mineiro. Após dois dias de visita a fazendas e cooperativas de café, a agenda foi finalizada na SIC (Semana Internacional do Café), em Belo Horizonte. Participaram dessa primeira edição correspondentes de seis veículos internacionais.

PERSPECTIVAS 2024

Para 2024, estão previstas a realização da 10ª edição do AgroBrazil e uma segunda press trip com correspondentes internacionais. A CNA também pretende lançar o Brazilian Farmers Experience, uma versão reduzida do AgroBrazil.

Deve ocorrer, ainda, a retomada da iniciativa “Diplomatas no Campo”, que leva diplomatas brasileiros a conhecerem a realidade da produção agropecuária do país.

PROJETOS E
PROGRAMAS

ATEG -
ASSISTÊNCIA
TÉCNICA E
GERENCIAL

08



Assistência Técnica e Gerencial

O Senar, por meio da ATeG (Assistência Técnica e Gerencial), apresenta um panorama de sua atuação em 2023, refletindo seu compromisso em fortalecer o setor agropecuário.

No período de 2014 a 2023, foram cadastradas 316.847 propriedades, somando a marca de 3,9 milhões de visitas realizadas para nossos produtores e produtoras rurais.

Este ano, também marcou a inclusão de 65.000 novas propriedades que ingressaram na ATeG, aumentando o total de propriedades atendidas para 164.887.

Foram ainda realizadas 1,3 milhões de visitas, demonstrando o engajamento e comprometimento contínuo dos profissionais do Senar no campo. Além disso, mais de 5.000 profissionais foram capacitados. Essa extensa rede de assistência técnica e gerencial é sustentada por uma equipe dedicada e qualificada, composta por 6.513 técnicos, 410 supervisores e 27 coordenadores estaduais em todo o país.

Esses números refletem o impacto positivo das atividades da ATeG na capacitação e assistência aos produtores rurais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o aumento de renda do setor agropecuário brasileiro.

Para 2024, são planejadas ações no âmbito de programas nacionais e regionais em 27 Administrações Regionais do Senar, com atendimento a 176.626 propriedades rurais. Serão **31 atividades produtivas**, com destaque para bovinocultura de leite (25,52%), fruticultura perene (13,30%), bovinocultura de corte (13,24%), olericultura (11,50%) e apicultura (9,12%). Juntas, essas atividades irão concentrar mais de 72% de todas as propriedades atendidas.

Previsão de propriedades a serem atendidas em 2024

Projeto	Propriedades atendidas
Incentivo	67.750
<i>AgroNordeste 2¹</i>	17.750
<i>Expansão ATeG</i>	15.000
<i>Projetos Regionais de Incentivo</i>	35.000
FIP Paisagens Rurais	6.458
Projetos Regionais (exceto Incentivo e FIP)	102.418
Total	176.626

PROGRAMA DE INCENTIVO

Com a finalidade de ampliar as ações da assistência técnica e gerencial nas Administrações Regionais do Senar, o Programa de Incentivo é normatizado pela Instrução de Serviço nº 09/2021 e pela Portaria nº 006/2018.

¹ O Programa de Incentivo é composto por: AgroNordeste 2, Expansão ATeG e Projetos Regionais de Incentivo e, por esse motivo, as propriedades atendidas compõem o somatório de 67.750 propriedades.

No ano de 2023, somente no âmbito do Programa de Incentivo de Assistência Técnica e Gerencial, foram atendidas 60.619 propriedades, totalizando 443.564 visitas. Durante esses encontros, os técnicos transmitiram uma ampla diversidade de conhecimentos técnicos enfatizando as ferramentas de gestão, em 24 das 27 Administrações Regionais.

Como fomento ao processo educativo da ATeG, o Programa de Incentivo, para 2024, pretende atuar com cerca de 55 projetos de Assistência Técnica e Gerencial, em 21 estados, **totalizando 67.750 novas propriedades rurais**.

Todo esse esforço possibilitará que mais produtores rurais tenham acesso gratuito ao serviço de assistência técnica com foco gerencial, melhorando a gestão financeira da propriedade com objetivo de aumentar a produtividade e lucratividade.

PROGRAMA DE INCENTIVO – AGRONORDESTE 2

Criado em 2022, o Projeto AgroNordeste 2 é uma iniciativa derivada do sucesso do Projeto AgroNordeste Assistência Técnica e Gerencial celebrado entre Senar e Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e vinculado ao Programa de Incentivo. Tem como objetivos principais:

- promover a melhoria de gestão e o aumento de produtividade e lucratividade de propriedades rurais, prioritariamente no Semiárido brasileiro, por meio de prestação de serviços de Assistência Técnica e Gerencial (ATeG); e
- fomentar o empreendedorismo, a inovação e a difusão de tecnologias de gestão e de inteligência produtiva, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.

Em 2023, esse projeto atendeu a 19.112 propriedades que receberam 168.478 visitas. Apenas o Agronordeste 2 foi responsável pelo atendimento de 31,52% das propriedades participantes do Programa de Incentivo.

O AgroNordeste 2 atuará, em 2024, em 17.750 propriedades.

INCENTIVO – PROJETO EXPANSÃO ATEG

O Projeto Expansão ATeG foi concebido a partir da necessidade de ampliar a quantidade de produtores rurais atendidos pela Assistência Técnica e Gerencial e contribuir para aumentar a produtividade e gerar mais renda em sua propriedade. O objetivo é aumentar o número de produtores rurais atendidos em 2024 em estados selecionados. Dessa forma, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- elaboração de diagnósticos e melhorias nas ferramentas de planejamento;
- geração de conhecimento e aumento da capacidade técnica;
- aumento de beneficiários da ATeG;
- maximização da efetividade do produto ATeG;
- fortalecimento da marca do Senar; e
- engajamento de parceiros.

As ações do projeto serão coordenadas pelo Senar Administração Central em parceria com as Administrações Regionais. No ano de 2022, o projeto iniciou a sua primeira fase, a partir da adesão de 13 Administrações Regionais que receberam atendimento especializado de quatro consultores, denominados agentes de expansão de ATeG, que realizaram diagnósticos e desenvolveram planos de ação para cada estado.

O ano de 2023 marca um momento crucial, pois é quando estamos avaliando os resultados alcançados até o momento e apoiando as ações planejadas. Isso é realizado seguindo uma metodologia de planejamento que tem como objetivo garantir o alcance dos resultados do Projeto Expansão com eficiência e eficácia.

Olhando para o horizonte de 2024, o projeto tem como meta atender a **15.000 propriedades**, o que demonstra um compromisso significativo em fornecer assistência técnica e gerencial a um grande número de produtores rurais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das propriedades atendidas.

ACADEMIA ATEG

A Academia ATeG é o instrumento que possibilita o aprimoramento contínuo dos técnicos campo, supervisores e instrutores credenciados do Senar, utilizando estratégias e mídias educacionais.

Criada com o objetivo de aprimorar o conhecimento dos técnicos de campo sobre gestão de propriedades rurais, atualização técnica e produtiva e adequação metodológica, focada nas principais cadeias de atuação dos profissionais de campo da ATeG.

Com foco no atendimento dos técnicos de campo, supervisores e instrutores credenciados ao Senar, estruturou-se uma metodologia que atendesse ao perfil desses profissionais, que dispõe de um tempo limitado e restrito de horário para que estes participem de capacitações. Assim, foi criada a metodologia “Conversa com Especialista”, que consiste em capacitações com foco em atualização técnica de profissionais no formato de conversa virtual com especialista em temas agrícolas e de pecuária.

- 1) Momento ao vivo: momento de aula ao vivo com especialista indicado, no total de 120 minutos, com participação de técnicos de campo, supervisores e instrutores.



Fonte: Site: Academia ATeG/ Conversa com Especialista, 2023.

Por meio do portal da **Academia ATeG** (<https://academiaateg.senar.org.br/>) e do **Senar Play** (<https://ead.senar.org.br/senar-play>), é possível acessar todo o conteúdo disponível.

Atualmente, no portal, constam 40 (quarenta) Conversas com Especialista. Se inscreveram para participar das conversas mais de 5.405 profissionais, que englobam profissionais, produtores e o público externo ao Senar. Para realizar essas capacitações, tivemos o total de 13 especialistas envolvidos.

A meta em número de capacitações a serem realizadas em 2024 é de 20 novas conversas com especialistas.

PROGRAMA ATEG UNIVERSITÁRIA

Um diagnóstico inédito sobre dados específicos da empregabilidade de jovens no Brasil – feito pela Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego – revela que, dos 207 milhões de habitantes do Brasil, 17% são jovens de 14 a 24 anos, dos quais 5,2 milhões estão desempregados, o que corresponde a 55% das pessoas nessa situação no país, que, no total, chegam a 9,4 milhões (Agência Brasil, 2023).

Os dados mostram, ainda, que as 15 ocupações mais frequentes envolvem 1,3 milhão de jovens que trabalham como vendedores por telefone, operários da construção, condutores de motocicletas, cuidadores de animais e ajudantes de cozinha, entre outros. Outras 15 ocupações com variação superior a 60% entre 2020 e 2022 englobam 300 mil jovens, que atuam em atividades técnicas, da cultura, da informática e das comunicações, entre outras.

Observa-se que há muita oportunidade para o jovem em atividades a campo, mas poucos conhecem ou se interessam por essa área devido à dificuldade de acesso ou ao desconhecimento das oportunidades de trabalho.

No ano de 2023, o programa contou com a adesão de 19 (dezenove) Administrações Regionais, 38 (trinta e oito) convênios firmados com as instituições de ensino e atuação de 30 (trinta) estagiários na Assistência Técnica e Gerencial, por meio das Administrações Regionais do Senar. Após a finalização do estágio, 14 estagiários continuaram atuando no Senar por meio da prestação de serviço como técnico de campo.

Para o ano de 2024, está prevista a atuação de 80 (oitenta) estagiários nas Administrações Regionais, os quais atuarão diretamente nas atividades de Assistência Técnica e Gerencial, por meio de ações técnicas e gerenciais a campo.

ACADEMIA ATEG – PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO INTERNACIONAL

Com o objetivo de atender à demanda por transferência de tecnologia, uma das ações da Academia ATeG é a capacitação internacional da equipe técnica em diversos temas e em diferentes atividades produtivas. Seu objetivo principal é promover agendas de formação profissional com instituições e empresas de referência, para aumentar a capacidade das equipes técnicas na difusão de tecnologias e inovação em boas práticas, por meio de intercâmbios profissionais e capacitações tecnológicas.

Os principais benefícios dessa ação são o fortalecimento da marca Senar nacional e internacionalmente, o engajamento de parceiros e *stakeholders* em nível internacional, a maximização das atividades finalísticas da ATeG e da FPR, o aumento da geração de conhecimento e a melhoria na capacidade técnica. Para o ano de 2024, serão realizadas 10 capacitações internacionais, em diferentes países e atividades produtivas.

SENAR SERVIÇOS

Com o propósito de desenvolver estratégias gerenciais para empresas rurais, por meio da detecção de oportunidades para empreendimentos inovadores, do estabelecimento de procedimentos para aprimoramento constante e da obtenção de maior eficácia, teve origem, no ano de 2023, o Programa Senar Serviços. Este se baseia na oferta de consultorias gerenciais pelo Senar.

Ao oferecer serviços de diagnóstico e planejamento para dar suporte às propriedades rurais na tomada de decisões mais assertivas ou apoiá-las no acesso e aperfeiçoamento de soluções e tecnologias que melhorem a performance econômica, busca-se ampliar a base de empresas rurais atendidas pelo Senar por meio de expansão de portfólio.

Por meio de oficinas de trabalho, a construção colaborativa da metodologia de atendimento acontece junto às Administrações Regionais, com a participação de especialistas técnicos e representantes dos produtores rurais para identificar necessidades não atendidas e definir esse produto de apoio à gestão de negócios.

Até o mês de agosto de 2023, esforços de construção de diagnóstico direcionados a irrigação, mecanização, certificação e turismo rural foram contemplados e a implementação destes será planejada em seis estados do Brasil para seleção de produtores, credenciamento e capacitação dos profissionais e realização dos primeiros atendimentos. Serão realizados diagnósticos individualizados, análises de cenários e viabilidade econômica das oportunidades priorizadas, plano de ação para implementação, monitoramento da execução e avaliação final de efetividade e satisfação.

A proposta para o ano de 2024 é mensurar a geração de resultados das ações sugeridas em cada um dos quatro novos serviços e realizar eventuais ajustes metodológicos sobre expansão para outros estados do Brasil.



CAPACITAÇÃO

CAPACITAÇÃO METODOLÓGICA NA MODALIDADE EAD

O curso de extensão da metodologia da Assistência Técnica e Gerencial do Senar (ATEG) está disponível no portal da Faculdade CNA para o público em geral da área de ciências agrárias e para os agentes envolvidos na ATEG do Senar (técnicos de campo, supervisores e coordenadores). O curso possui o objetivo de capacitar os profissionais na metodologia própria de Assistência Técnica e Gerencial do Senar para o atendimento de propriedades rurais a campo.

O curso é oferecido no formato EaD e possui cinco módulos: Metodológico, Gerencial I, Gerencial II, Gerencial III e Planejamento, com carga horária de 150 horas.

Foram capacitados, em 2023, 1.141 agentes da ATeG.

Em 2024, espera-se a capacitação de 1.600 agentes de ATeG.

CAPACITAÇÃO DOS SUPERVISORES

A capacitação dos supervisores possui o objetivo de nivelar os supervisores na metodologia da ATeG referente ao importante papel do supervisor no processo de atendimento do produtor e do técnico de campo. A capacitação possui carga horária de 20 horas e é oferecida na modalidade EaD. No ano de 2023, foram capacitados 218 supervisores da ATeG.

CAPACITAÇÃO DOS MULTIPLICADORES SISATEG

Em 2023, 51 participantes das equipes técnicas de 26 Administrações Regionais do Senar tiveram a oportunidade de participar da capacitação de multiplicadores do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Assistência Técnica e Gerencial do Senar (SISATEG).

A capacitação desempenha um papel fundamental no sistema de Assistência Técnica e Gerencial da instituição, pois as equipes têm o conhecimento e as habilidades necessárias para fornecer serviços de alta qualidade aos produtores rurais. Além disso, a coleta e o registro de dados precisos são fundamentais, uma vez que constituem a base para avaliar o progresso, tomar decisões e fornecer o resultado de indicadores e orientações mais eficazes. O SISATEG facilita a sistematização e análise desses dados, permitindo uma compreensão mais profunda das necessidades e dos desafios enfrentados pelos produtores atendidos, contribuindo para o aprimoramento contínuo dos programas de Assistência Técnica e Gerencial e, por fim, gerando um valor substancial para o trabalho desenvolvido, tanto para os profissionais envolvidos quanto para os beneficiários da ATeG.



PROJETOS E
PROGRAMAS

FIP
PAISAGENS
RURAIS

09





O projeto Paisagens Rurais é financiado com recursos do Programa de Investimento Florestal (FIP em inglês) que são gerenciados pelo Banco Mundial. A coordenação é do Serviço Florestal Brasileiro e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) com parceria da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ), Senar, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), por meio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), e Embrapa.

O foco do Projeto Paisagens Rurais é a gestão integrada da paisagem do Bioma Cerrado, preparando o produtor rural para recuperar e conservar a vegetação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal, além de incentivar a adoção de tecnologias de baixa emissão de carbono.

O projeto é composto por três componentes: desenvolvimento institucional e gestão integrada de paisagens; práticas de gestão de paisagens em bacias selecionadas; e gerenciamento, monitoramento e avaliação e comunicação do projeto. O segundo componente tem por objetivo promover a integração de práticas de paisagem nas bacias hidrográficas selecionadas, por meio da Assistência Técnica e Gerencial (ATeG) a ser executada pelo Senar em coordenação com as demais instituições participantes.

Para o desenvolvimento das ações, foram selecionadas bacias hidrográficas prioritárias por meio de critérios socioeconômicos e ambientais. Essas bacias estão situadas nos estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Tocantins.

ATÉ 2023, ENTRE OS PRINCIPAIS INDICADORES MONITORADOS, ACUMULAM-SE OS SEGUINTE RESULTADOS:

- 6.458 propriedades atendidas;
- 76,4% de propriedades gerenciadas por homens e 23,6% por mulheres;
- 3.851 produtores que adotaram tecnologias de baixa emissão de carbono, em mais de 84,3 mil hectares com implementação de tecnologia de recuperação de pastagem degradada em aproximadamente 89,3% das áreas; e
- 592,5 mil hectares sob uso de ferramentas de planejamento e gestão do uso do solo.

Em 2024, espera-se recuperar 100 mil hectares de pastagens com práticas de agricultura de baixa emissão de carbono.

PROJETOS E
PROGRAMAS

CENTROS DE EXCELÊNCIA DO SENAR

10



A CNA e o Senar investem na implantação da rede de ensino, como forma de garantir os espaços necessários à oferta das possibilidades de trajetórias formativas, alinhadas aos projetos profissionais das pessoas do campo.

A rede é composta pelos Centros de Excelência em Educação Profissional e Tecnológica – unidades de ensino dotadas de infraestrutura para disseminar o conhecimento e incentivar a pesquisa e a inovação, por cadeia produtiva, com projetos arquitetônicos sustentáveis.

Nos centros de excelência, aplica-se um modelo estratégico das ofertas formativas composto por Educação Profissional Rural, Técnica de Nível Médio e Superior de Tecnologia, nas modalidades de ensino presencial e a distância, e a Assistência Técnica e Gerencial.

BALANÇO 2023

No segundo semestre de 2023, o Senar inaugurou o Centro de Excelência em Cafeicultura, seguiu com a operação dos dois centros existentes e atuou com os serviços de infraestrutura para a implantação de mais três centros de excelência, conforme a descrição a seguir.

3 centros de excelência em operação

Unidade de ensino	Localização
Centro de Excelência em Fruticultura	Juazeiro-BA
Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte	Campo Grande-MS
Centro de Excelência em Cafeicultura	Varginha-MG

3 centros de excelência em implantação

Unidade de ensino	Localização
Centro de Excelência em Grãos, Fibras e Oleaginosas	Tangará da Serra-MT
Centro de Excelência em Zootecnia	Feira de Santana-BA
Centro de Excelência em Cana-de-Açúcar	Ribeirão Preto-SP

PERSPECTIVAS 2024

Em relação à rede de ensino, a previsão para 2024 é concluir o serviço da obra e da aquisição dos equipamentos e mobiliários do Centro de Excelência em Grãos, Fibras e Oleaginosas, além de executar os serviços de infraestrutura dos Centros de Zootecnia e de Cana-de-Açúcar.

PROJETOS E
PROGRAMAS

FORMAÇÃO
TÉCNICA
SENAR EAD

11



Formação Técnica EAD

Na formação técnica rural, o processo educativo se integra aos diferentes níveis e modalidades da educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, com o objetivo de proporcionar a jovens e adultos a aquisição de conhecimentos, competências, valores e senso crítico para a vida produtiva e social.

Para levar a oportunidade da formação técnica ao maior número de jovens e adultos do campo, o projeto educacional do Senar realiza a oferta de cursos técnicos a distância, com o emprego de recursos tecnológicos e midiáticos centrados na realidade dos estudantes, sobretudo daqueles que residem ou trabalham no campo.

BALANÇO 2023

No ano de 2023, o Senar lança o Curso Técnico em Florestas EAD, com 1.200 horas de carga horária total, ampliando o portfólio de cursos técnicos ofertados pelo Senar na modalidade de ensino a distância.

Com o início da oferta na área de gestão, o Senar atendia a uma demanda nacional por profissionalizar as pessoas do campo em saberes administrativos da propriedade rural, sobretudo como negócio.

A segunda oferta, na cadeia produtiva de fruticultura, já trata de formar produtores e trabalhadores rurais na execução do processo produtivo das culturas frutíferas, enquanto a terceira oferta na área de zootecnia traz a oportunidade de qualificação nas competências profissionais de produção pecuária e de processamento de alimentos de origem animal, de modo a contribuir para a competitividade e o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário brasileiro.

O objetivo agora é ofertar às pessoas do setor a formação em saberes profissionais relacionados à produção florestal, habilitados em planejamento, execução e controle dos processos e das atividades

florestais, considerando a legislação técnica, a de segurança do trabalho, a de meio ambiente e a responsabilidade social.

COMPÊNDIO DA FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONALIZANTE DO SENAR

Trata-se de uma novidade implementada no primeiro semestre de 2023, com a realização dos workshops regionais para levantamento de subsídios para a análise da atuação do Senar na formação técnica, envolvendo gestores e técnicos da formação técnica das Administrações Regionais, de modo a reconhecer as experiências regionais e compartilhar com os participantes as inovações operacionais.

No segundo semestre foi lançado o Compêndio da Formação Técnica Profissionalizante, que reúne as informações e os regulamentos utilizados na atuação institucional do Senar para a operação dos cursos técnicos de nível médio subsequente.

AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE EGRESSOS

No início de 2023, ocorreu a definição da metodologia de avaliação de impacto dos egressos da formação técnica profissionalizante, que contou com a análise de quatro dimensões: educacionais, sociais, culturais e profissionais, com a aplicação durante o mês de abril. Os resultados foram apurados e, ao final do segundo semestre, divulgado o documento.

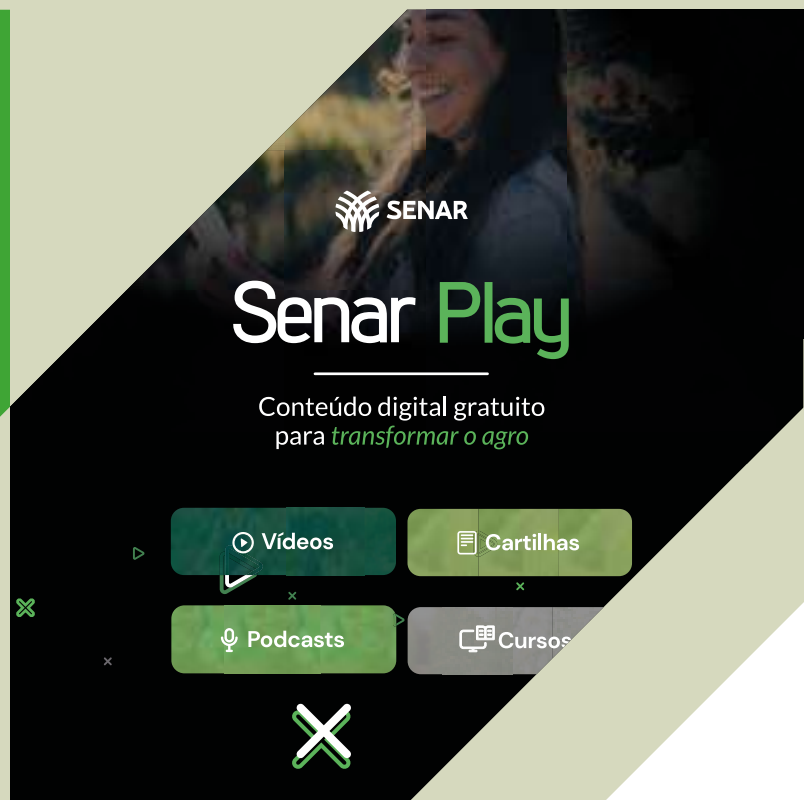
PERSPECTIVAS 2024

Para 2024, o Senar programa a execução dos quatro cursos técnicos EAD e o lançamento do Curso Técnico em Agricultura EAD, com 1.210 horas de carga horária total, de modo a proporcionar às pessoas do campo em todo país a habilitação técnica na competência profissional no planejamento, na execução e no controle do processo de produção e mecanização agrícola, com visão ampla e sustentável do agronegócio.

PROJETOS E
PROGRAMAS

SENAR
PLAY

12



Em 2023, o Senar lançou o Senar Play, um espaço que centraliza o conhecimento de todas as ofertas educacionais. O ambiente dispõe de 173 cursos de formação inicial e continuada a distância, além de vídeos, cartilhas, podcasts e tour virtual em 360°.

O conteúdo do Senar Play visa atender às mais diversas necessidades do setor, com cartilhas que apresentam linguagem de fácil compreensão e imagens que demonstram o passo a passo das operações e ações acerca dos processos agropecuários. Os vídeos com informações técnicas auxiliam na gestão e na produtividade, os podcasts apresentam um formato dinâmico que contribui para a assimilação de informações e os vídeos 360° possibilitam uma experiência imersiva.

BALANÇO 2023

Em 2023 até outubro, o Senar atingiu a marca de 350 mil matrículas nos cursos de formação inicial e continuada a distância. Também desenvolveu 40 cursos em diversos temas que perpassam a capilaridade do meio rural brasileiro, sendo 13 cursos disponíveis via WhatsApp. Todos eles estão disponíveis no Senar Play e no aplicativo EaD.

Ainda em 2023, o Senar desenvolveu 47 vídeos, 32 podcasts, dois simuladores de realidade virtual – um sobre o processo de fabricação de queijo artesanal e outro sobre o uso de drones –, tendo sido realizado um projeto-piloto com oito Administrações Regionais para avaliar o uso dessa tecnologia. No Senar Play também foram disponibilizados três novos tours virtuais 360° sobre a manutenção de um pulverizador autopropelido, processo produtivo no apiário e turismo rural.

PERSPECTIVAS 2024

Para 2024, o Senar planeja aumentar o número de soluções educacionais dentro do Senar Play, lançar um aplicativo e ofertar 400 mil matrículas em cursos à distância. Os cursos poderão ser realizados pelo ambiente virtual de aprendizagem, por aplicativo e WhatsApp, sempre buscando facilitar o acesso à educação dos produtores, trabalhadores rurais e suas famílias.

Serão desenvolvidos três novos simuladores, 10 cartilhas sobre temas relevantes e atualizados 10 títulos já publicados, tudo isso com objetos de aprendizagem com realidade aumentada.

Haverá, ainda, o desenvolvimento de mais seis tours virtuais em 360°, além da disponibilização de 50 vídeos e 25 novos podcasts diversos que perpassam várias temáticas relevantes para o setor agropecuário.

PROJETOS E
PROGRAMAS

CNA
JOVEM

13



JOVENS LÍDERES DO AGRO

5ª EDIÇÃO

O CNA Jovem é um programa voltado para identificação, desenvolvimento e integração de novas lideranças. Em cinco edições realizadas, passaram por alguma etapa do programa pouco mais de sete mil jovens de todo o país.

À medida em que amplia seu alcance e chancela sua marca como um dos maiores programas de desenvolvimento de líderes do agro, difunde-se uma cultura de liderança empreendedora e uma nova forma de resolver desafios complexos, estimulando jovens e profissionais do setor a agir efetivamente para a evolução da agropecuária e da sua representação.

BALANÇO 2023

Em 2023, a jornada da quinta edição do CNA Jovem intensificou suas atividades remotas e presenciais que estiveram subdivididas em fases estaduais e nacionais.

Na fase estadual, 323 jovens de 25 UFs participaram de três encontros estaduais realizados pelas Administrações Regionais do Senar, cujo objetivo foi desenvolver iniciativas capazes de solucionar desafios do agro local.

Em nível nacional, os 88 jovens mais bem avaliados nos estados participaram de dois encontros nacionais no formato de imersão em Brasília. Oficinas, palestras, vivências e dinâmicas foram trabalhados para aprimorar competências e iniciativas individuais de liderança.

PERSPECTIVAS 2024

Em 2024, ano em que o programa celebra 10 anos do lançamento de sua primeira edição, os jovens que se destacaram na quinta edição serão reconhecidos pelo desempenho de liderança apresentado na jornada, de modo que tenham oportunidades de se relacionar com outros líderes potenciais e profissionais de referência do país.

A partir do segundo semestre, a sexta edição do CNA Jovem está prevista para ser lançada por meio da publicação de um novo edital. Uma nova jornada capaz de captar jovens potenciais com espírito de liderança se inicia com um formato mais inovador e integrado.

PROJETOS E
PROGRAMAS

APRENDIZAGEM PROFISSIONAL RURAL

14



Aprendizagem Profissional Rural

A aprendizagem profissional é uma política pública estratégica para a juventude brasileira. Tem como objetivo a inserção de adolescentes e jovens de 14 a 24 anos no mundo do trabalho por meio de um contrato especial de trabalho formal, que garante direitos trabalhistas e pressupõe aprendizado profissional teórico e prático.

A Aprendizagem Profissional Rural realizada pelo Senar é destinada aos adolescentes e jovens que vivem no meio rural, sendo de grande relevância para esse público, pois, entre outras vantagens, permite a continuidade da formação escolar, a aquisição de uma profissão voltada para o meio em que vivem e, com isso, a possibilidade de continuar a vida profissional no campo.

BALANÇO 2023

Em 2023, o Senar realizou 145 turmas de Aprendizagem Profissional Rural, com matrícula de 3.105 aprendizes, atendendo às demandas dos produtores rurais. As Administrações Regionais do Senar que ofertaram aprendizagem profissional em 2023, conforme unidade federativa, foram: Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

PERSPECTIVAS 2024

Para 2024, o Senar tem a previsão de realizar a formação de 7.611 aprendizes em 238 turmas de Aprendizagem Profissional Rural, com a oferta programada por 13 Administrações Regionais das seguintes unidades federativas: Alagoas, Amazonas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima e Distrito Federal.

Ainda para 2024, está prevista a realização de encontros trimestrais entre o Senar Central e as Administrações Regionais que ofertam Aprendizagem Profissional Rural com o intuito de compartilhar boas práticas e experiências na formação profissional.

PROJETOS E
PROGRAMAS

EDUCAÇÃO CORPORATIVA

15





Em junho de 2023, foi lançada a plataforma de Educação Corporativa, com ações educacionais alinhadas à missão e aos objetivos da instituição de forma estratégica para os colaboradores diretos em todo o país. O objetivo principal é promover a unificação das informações institucionais, apoiar a aprendizagem contínua e oferecer cursos que aprimorem as habilidades de gestão.

A plataforma virtual oferece recursos para orientação, comunicação, interação e acesso a materiais de aprendizagem. Além disso, são fornecidas ferramentas de gestão de aprendizado para acompanhar o desempenho dos colaboradores.

BALANÇO 2023

Atualmente, temos 47 cursos em quatro trilhas de aprendizagem, 15 podcasts educativos e um portfólio de 1.400 cursos ofertados sob demanda.

Oferecemos treinamentos presenciais, como o ESG para o Grupo de Trabalho do Senar e o workshop Desafios para Lideranças, Pessoas e Equipes, com o propósito de fortalecer a liderança, a capacidade de tomada de decisão, o trabalho em equipe e a comunicação efetiva. Os números impressionam: 3.022 matrículas, 1.830 certificados emitidos e 6.553 acessos à plataforma, refletindo a alta adesão dos membros da organização.

PERSPECTIVAS 2024

Para 2024, a Educação Corporativa buscará intensificar as iniciativas para facilitar o aprendizado, desenvolver competências e habilidades, aprimorar o portal e lançar o aplicativo Educação Corporativa (EC). Está previsto o acréscimo de mais de 40 cursos na plataforma, além do terceiro módulo do curso de inglês English Farm focado na conversação e utilização dos conhecimentos adquiridos nos módulos 1 e 2, com momentos síncronos e assíncronos, além da expansão de podcasts e a ênfase na categoria de vídeos. Além disso, planeja-se expandir as atividades presenciais e a distância com base na análise de dados e demandas recebidas e promover encontros com os interlocutores das 27 Administrações Regionais para estimular o engajamento de todos os colaboradores.

PROJETOS E
PROGRAMAS

SAÚDE DO ADOLESCENTE RURAL

16





O Programa Saúde do Adolescente Rural tem como objetivo realizar ações de promoção à saúde do adolescente, com ênfase na saúde mental, sexual e reprodutiva, no uso abusivo de drogas, no bullying e nas demais violências, por meio do desenvolvimento de ações educativas e formativas, com a finalidade de ampliar conhecimento, atitudes e habilidades para que possam tomar decisões saudáveis e seguras, além de favorecer o diálogo com suas famílias.

BALANÇO 2023

Foram realizadas cinco formações no formato híbrido do Programa Saúde do Adolescente Rural, sendo capacitados 125 instrutores/educadores online. Destes, 35 educadores no modelo presencial, representantes de 13 Administrações Regionais que aderiram ao programa. Foram realizados 6 pilotos do Programa Saúde do Adolescente Rural, nos seguintes estados: CE, BA, GO, MG e PE, sendo que na BA foram dois pilotos.

PERSPECTIVAS 2024

Serão realizados os projetos-piloto dos demais oito estados restantes que aderiram ao Programa Saúde do Adolescente Rural, além de nova capacitação de instrutores/educadores. Haverá, ainda, a sensibilização das demais Administrações Regionais que ainda não aderiram ao programa.

PROJETOS E
PROGRAMAS

SAÚDE DA
MULHER RURAL E
SAÚDE DO
HOMEM RURAL

17





**Saúde da
Mulher Rural**



**Saúde do
Homem Rural**

Com o objetivo de criar oportunidades de educação e informação para a promoção da saúde preventiva e integral da mulher e do homem rural, o Senar realiza, desde 2016, os programas Saúde da Mulher e do Homem Rural, buscando a melhoria de vida e a saúde integral dos produtores e produtoras rurais, trabalhadores e familiares com a intenção de sensibilizar e proporcionar autonomia para escolhas corretas, a fim de promover a saúde física e mental, bem como mudanças de comportamento que impactem a qualidade de vida individual e coletiva da população do meio rural.

BALANÇO 2023

Em 2023, os eventos de saúde da mulher e do homem rural tiveram um aumento significativo, comparado ao ano de 2022, com a participação de 35.100 pessoas, com incremento de ações, em alguns estados, de mamografia e saúde bucal.

Realizamos um encontro em Brasília com 12 Administrações Regionais no intuito de qualificar as atividades de Promoção Social com foco na ampliação das ações em saúde preventiva para os próximos anos, com ênfase em inovações na oferta de serviços.

Nessa premissa de saúde preventiva, elaboramos materiais de informação e vídeos sobre doenças crônicas – hipertensão, diabetes, obesidade e colesterol, visando ampliar a educação em saúde nos eventos.

PERSPECTIVAS 2024

Estão previstas novas parcerias para ampliação das ações para os programas Saúde do Homem e da Mulher Rural, além da implantação de ações de saúde bucal, no âmbito da educação em saúde, e atenção primária à saúde bucal nos eventos de saúde da mulher e do homem rural.

Propõe-se a continuidade de tratativas para parcerias com o objetivo de ofertar exames de mamografia e câncer do colo do útero, como também câncer de pele e câncer de boca, no âmbito dos programas de saúde.

Haverá a ampliação das ações com relação às doenças crônicas – hipertensão, diabetes, colesterol e obesidade, com materiais já produzidos e que serão inseridos nos contextos de oficinas e palestras sobre a temática nos eventos de saúde da mulher e do homem rural.

PROJETOS E
PROGRAMAS

HUB
CNA DIGITAL

18





Programa dedicado a mapear e tornar as soluções tecnológicas acessíveis aos produtores rurais. Com uma visão voltada ao desenvolvimento e à consolidação de negócios inovadores, busca transformar ideias em soluções práticas e eficientes para o campo. Além disso, enfatiza a importância da inovação aberta, testando e incorporando soluções provenientes de startups e outras empresas, que atendam aos desafios dos produtores rurais.

Criado com o propósito de ser um ambiente promotor da inovação, o programa conecta startups, especialistas, instituições privadas, órgãos públicos e produtores rurais, estabelecendo, assim, uma rede de colaboração e inovação.

BALANÇO 2023

Lançado no final de 2022, o HUB CNA Digital destaca-se pelos **Desafios Tecnológicos**, que visam encontrar soluções para os problemas manifestados pelos produtores rurais. No primeiro ano, quatro empresas foram investidas, as quais, atualmente, geram 41 empregos e, aproximadamente, R\$ 170 mil em receitas, com um portfólio de R\$ 12 milhões. As startups investidas são: Terralogs, Mititech, All2Space e Passyflora. Em outubro de 2023, o 2º Desafio Tecnológico foi lançado, para buscar soluções em questões relacionadas ao gasto com energia elétrica nas propriedades; segurança no campo; manutenção de máquinas e equipamentos; bioinsumos e automação na aquicultura. Ao todo, 35 startups estão em processo de avaliação. Além de receberem uma alavancagem de até R\$ 150 mil, cada empresa selecionada também terá apoio para desenvolvimento da solução; acesso ao mercado; mentoria e conexões com especialistas em cada segmento. Ainda em 2023, foi lançado juntamente com parceiros, um abrangente mapeamento de startups do Agro, que inclui cerca de 1.000 empresas da América Latina, além de um estudo detalhado da evolução das Agtechs no Brasil.

PERSPECTIVAS 2024

Espera-se elevar o HUB CNA Digital ao status de central de inovação aberta no Agro, conquistando reconhecimento em todo o território nacional. Nosso empenho é para que o HUB se torne um ambiente referência no Brasil, em um cenário onde as soluções inovadoras não são apenas testadas, mas efetivamente incorporadas, enfrentando e superando os desafios dos produtores rurais. Para 2024, temos a meta de alcançar um portfólio de 50 startups aceleradas, com ideias e tecnologias de ponta para fortalecer o setor.

PROJETOS E
PROGRAMAS

CNA FIAGRO

19



O CNA Fiagro tem por objetivo facilitar o acesso dos produtores ao crédito rural, que poderão obter recursos financeiros para investir em suas atividades agropecuárias, aumentando a produção e competitividade no mercado. O projeto também prevê a oferta de suporte técnico de forma a garantir a eficácia e a sustentabilidade dos empreendimentos agropecuários.

O escopo principal do CNA Fiagro é conceder crédito aos produtores rurais de pequeno e médio porte, prioritariamente aos atendidos pelo Programa de Assistência Técnica e Gerencial – ATeG do Senar, em cadeias produtivas e unidades da Federação pré definidas na etapa piloto.

BALANÇO 2023

- Estruturação, criação e registro do Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais em Direitos Creditórios – CNA Fiagro;
- Aporte de R\$ 30 milhões.

PERSPECTIVAS 2024

Entre 600 e 1000 produtores rurais atendidos e com contratos de crédito rural concedido por meio do CNA Fiagro.

PROJETOS E
PROGRAMAS

APP CNA DIGITAL

20





APP CNA Digital

O App CNA Digital foi desenvolvido para prover atendimento técnico digital aos produtores rurais. O aplicativo permite que os produtores rurais tenham acesso a consultas especializadas por meio de chat e videochamada, além de oferecer outros recursos educativos, como artigos, cartilhas e vídeos.

BALANÇO 2023

Ao longo de 2023, foi desenvolvida a versão piloto (MVP) do aplicativo, equipada com funcionalidades essenciais para a realização de atendimentos técnicos digitais. Isso incluiu o desenho do aplicativo e uma série de testes para aperfeiçoamento da ferramenta. Ao final do ano, alcançamos um marco importante com a conclusão do aplicativo, estabelecendo as bases para a realização da Prova de Conceito nas propriedades assistidas pela Assistência Técnica e Gerencial do Senar.

PERSPECTIVAS 2024

No ano de 2024, a Prova de Conceito do App CNA Digital será finalizada, com a ampliação do atendimento para outros estados. Novas cadeias produtivas também serão contempladas. Está previsto ainda, o lançamento de novas funcionalidades para melhor atender aos produtores rurais.

PROJETOS E
PROGRAMAS

FORRAGEIRAS
PARA O SEMIÁRIDO -
2ª FASE

21





Parceria entre a CNA e a Embrapa, com o objetivo de avaliar o potencial produtivo de plantas forrageiras, em sistemas pecuários, nas condições de clima e solo da região Semiárida. Na 2ª fase, o objetivo é avaliar a resiliência em forrageiras predeterminadas na 1ª fase às condições de pastejo por ovinos, bovinos de leite e bovinos de corte. Para execução das atividades experimentais foram organizadas 12 unidades de referências tecnológicas (URTs) em todos os estados da região Nordeste, e no norte de Minas Gerais.

BALANÇO 2023

Em 2023, foi concluída a implementação das 12 URTs, e executado o experimento com os animais em 100% dessas áreas. Ao longo do ano, mais de 1.500 pessoas (entre produtores rurais, estudantes, técnicos de campo de Senar, presidentes de sindicatos de produtores rurais e profissionais do setor) conheceram as áreas experimentais e receberam informações do projeto, por meio de eventos organizados pelas Federações envolvidas, o Instituto CNA e a Embrapa. Foram realizados sete Dias de Campo, catorze visitas técnicas e nove palestras em eventos regionais e nacionais.

O ICNA publicou uma série com cinco vídeos orientativos sobre resultados obtidos na 1ª fase do projeto, organizou três capacitações técnicas, e disponibilizou kits padronizados para os Dias de Campo.

PERSPECTIVAS 2024

Em 2024, espera-se finalizar 100% dos experimentos com os animais nas 12 URTs, analisar os dados e aumentar o número de visitas em todas as áreas experimentais, com o objetivo de replicar o conhecimento adquirido ao maior número de produtores rurais da região.

Um vídeo de realidade virtual será apresentado, em parceria com o Senar, e haverá novas publicações, contendo informações dos resultados a serem publicados pela Embrapa.

Também será disponibilizado um aplicativo “App Forrageiras” para ajudar na escolha de forrageiras adequadas, além de fornecer informações específicas por meio de artigos e vídeos.

PROJETOS E
PROGRAMAS

ID AGRO
MÁQUINAS

22





A Plataforma Nacional de Registro e Gestão de Tratores e Equipamentos Agrícolas, conhecida como ID AGRO, é um sistema multifuncional disponível em Android, iOS e web. Esse sistema conecta fabricantes de máquinas, revendedoras autorizadas, proprietários de equipamentos agrícolas, o Instituto CNA e o Ministério da Agricultura. Ele é essencial para o registro de propriedade de tratores e outros veículos motorizados usados na agricultura, cumprindo as exigências da Lei nº 13.154/2015 e do Decreto nº 11.014/2022.

BALANÇO 2023

Em 2023, o ID Agro foi aprimorado permitindo a implementação do registro remoto de máquinas. A Polícia Rodoviária Federal obteve acesso ao sistema e iniciou, em outubro de 2023, a orientação aos produtores sobre o registro de máquinas utilizadas em vias públicas. Atualmente, a base de dados já abriga informações de quase 200 mil máquinas, de todos os fabricantes de tratores agrícolas, totalizando 1,2 mil registros, número que deve ser consideravelmente ampliado no próximo ano.

PERSPECTIVAS 2024

- Registro de pulverizadores agrícolas;
- Criação da funcionalidade de “Uso Compartilhado da Máquina”, funcionalidade necessária, principalmente nas grandes propriedades rurais;
- Implementação da funcionalidade “Baixa da Máquina”.

PROJETOS E
PROGRAMAS

DIGITALIZAÇÃO DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS (IGs)

23





Indicações Geográficas

O projeto de “Digitalização das Indicações Geográficas – cafés” nasceu de uma parceria inédita entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o Instituto CNA (ICNA) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com o objetivo de prover aos pequenos negócios e às entidades requerentes das IGs brasileiras de cafés, um sistema de gestão, controle e rastreabilidade, que garanta aos consumidores finais produtos de qualidade baseada em suas origens.

O Instituto CNA atua como gestor operacional e financeiro do projeto.

BALANÇO 2023

O projeto conta com a adesão de 14 das 15 entidades gestoras de IGs de cafés registradas, e integra o Plano de Ação 2023-25 da “Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI)”, do governo federal.

O ICNA organizou três encontros com os representantes das entidades participantes do projeto a fim de validar as ações, o edital e o sistema propostos. A empresa vencedora do processo seletivo, contratada pelo ICNA, foi a AGTRACE. O ICNA promoveu “Degustações guiadas dos cafés com IGs” e palestra na Semana Internacional do Café (SIC). Os dois primeiros módulos do sistema, controle e rastreabilidade foram disponibilizados às entidades requerentes das IGs para inclusão dos dados.

PERSPECTIVAS 2024

No próximo ano, o sistema será testado em campo até o final do 1º semestre. Os usuários, produtores rurais, entidades gestoras de IGs, torrefadores serão capacitados até meados do 2º semestre. O produto final permitirá ao usuário atualizar e manter os dados e informações sobre a produção de cafés especiais vinculados às suas origens (regiões), além de divulgar auditorias e avaliações sensoriais dos produtos, bem como fazer a rastreabilidade dos cafés e evitar o uso indevido das IGs registradas, como funcionalidades aguardadas no sistema.

Espera-se, também, a ampliação do sistema de digitalização das Indicações Geográficas para duas novas cadeias produtivas.

PROJETOS E
PROGRAMAS

MERCADO CNA

24





Com o objetivo de apoiar a comercialização de produtos agropecuários, o Sistema CNA desenvolveu o Mercado CNA, plataforma inovadora de marketplace, que facilita a compra, a venda e o transporte de produtos oriundos das propriedades rurais.

BALANÇO 2023

Em 2023, o Mercado CNA fortaleceu sua base com números expressivos: 2.261 produtores, 1.228 produtos, 1.117 compradores e 1.268 vendedores cadastrados. A plataforma tem sido um elo entre compradores e vendedores, viabilizando e efetivando negócios de forma eficiente. As estatísticas refletem a confiança no sistema, com 4.412 negociações realizadas, evidenciando, assim, um aumento progressivo tanto em transações quanto em usuários ativos.

PERSPECTIVAS 2024

Implementação de um segmento exclusivo para produtos artesanais, fortalecendo o leque de opções da plataforma. A expectativa é de que a quantidade de negociações e o número de participantes se mantenham em ascensão, consolidando o Mercado CNA como um modelo de sucesso em comercialização digital na agropecuária, com benefícios que se estendem por toda a cadeia produtiva.

PROJETOS E
PROGRAMAS

CONECTIVIDADE

25





Conectividade Rural

Trabalho crucial para superar barreiras de acesso à internet em regiões remotas, otimizando o desempenho e a competitividade do setor agropecuário brasileiro por meio de soluções tecnológicas inovadoras.

BALANÇO 2023

O ano de 2023 foi marcado pelos testes com a tecnologia de internet de baixa órbita, em propriedades rurais de cinco regiões brasileiras. Os resultados obtidos foram satisfatórios, principalmente pela baixa latência e nível de interrupções, além de boas taxas de velocidade de transmissão de dados.

As antenas são de fácil instalação, o que facilitou a adesão dos produtores.

Foi realizado, em formato híbrido, o seminário “Soluções para Conectividade Rural”, em parceria com a Abimaq, que contou com a participação de especialistas, produtores rurais, empresas de telecomunicações, representantes do governo federal e do congresso nacional.

PERSPECTIVAS 2024

Auxiliar os produtores rurais na aquisição e instalação das antenas de internet de baixa órbita, em todo o território nacional. O sucesso do seminário “Soluções para Conectividade Rural” sublinha a importância de debates contínuos para a ampliação da conectividade, novos encontros serão promovidos.

PROJETOS E
PROGRAMAS

GESTÃO E ANÁLISE DE DADOS

26



Apoio no processo de análise e gestão de dados para projetos e programas do Sistema CNA/Senar. Esse esforço conjunto visa fortalecer o uso estratégico de dados, garantindo que as decisões tomadas estejam alinhadas com informações precisas e atualizadas, impulsionando a eficiência e a eficácia no campo.

BALANÇO 2023

Desenvolvimento de 15 painéis dedicados à gestão da informação dos programas e projetos: Assistência Técnica e Gerencial, Alimentos Artesanais, CADEC's e Agro pelo Brasil. O trabalho incluiu a construção da ferramenta de análise de dados e a garantia da sua integração e funcionalidade.

PERSPECTIVAS 2024

A meta é sustentar e incrementar a eficiência da gestão dos projetos, fornecendo continuamente atualizações e informações relevantes para a tomada de decisão.

PROJETOS E
PROGRAMAS

OBSERVATÓRIO
DA AGROPECUÁRIA
BRASILEIRA

27





Mais de 300 bases de dados de interesse do Agro Brasileiro reunidas, que alimentam os painéis temáticos com informações específicas de um ou mais setores do agro.

Estão disponíveis os seguintes temas: Agricultura Familiar, Agropecuária Sustentável e Meio Ambiente, Aquicultura, Assistência Técnica, Assuntos Fundiários, Comércio Exterior, Crédito Rural, Fertilizantes, Indicações Geográficas, Pecuária, Produtos Agrícolas, Pronasolos, Recursos Hídricos e Agricultura, SISBI e ZARC.

BALANÇO 2023

Criação de três novos painéis temáticos no Observatório, os quais estão em ambiente de homologação, aguardando autorização do MAPA para serem disponibilizados no ambiente de produção, acessível ao público geral. Os temas dos painéis são: Seguro Rural, Florestas e Agricultura e Clima.

Consumo dos dados do Observatório pela CNA via API. Uma parte dos dados já se encontra no servidor local para uso interno e subsídio ao processo de tomada de decisão.

O projeto de introdução de IA - Identificação de tendências tecnológicas e de mercado para o Agro 4.0 foi iniciado no mês de agosto. A previsão de finalização é até meados do próximo ano.

PERSPECTIVAS 2024

Estruturação da Plataforma de Tendências com novos painéis criados a partir dos dados obtidos com uso de Inteligência Artificial; atualização e melhorias na Plataforma de Relatórios; incremento do painel de Crédito Rural com os dados relativos às contratações com o abatimento para práticas sustentáveis – Plano Safra Verde; disponibilização da versão IOS do aplicativo para celular.

PROJETOS E
PROGRAMAS

RASTREABILIDADE ANIMAL

28





Agregar valor à produção dos pecuaristas pela certificação e rastreabilidade de seus produtos, promovendo transparência em toda a cadeia produtiva.

O sistema de Rastreabilidade Animal, denominado Agri Trace, congrega associações de criadores, empresas privadas e as detentoras dos protocolos de rastreabilidade de adesão voluntária: raças, bem-estar animal, manejo sustentável, produtos lácteos, entre outros.

BALANÇO 2023

Aumento significativo nas tratativas e negociações para homologação de novos protocolos.

Além dos nove protocolos homologados (Angus; Hereford; Nelore; PECBR; Vacas A2A2; Wagyu; ABPO; Carne Carbono Neutro e Produção Sustentável de Bezerros), encontram-se em fase de homologação outros dez protocolos, sendo esses: Ile de France; Duroc - Carne de Suínos; Rastreabilidade de Indiretos - Nice Planet; CBC - Carne Baixo Carbono; PNPS - Novilho Precoce Sustentável; CERPRO - Vacas A2A2; Bem Estar de Bovinos - Fair Food; Bem estar de Suínos - Fair Food; Jersey e Vacas Rurale.

PERSPECTIVAS 2024

Conclusão da homologação dos nove protocolos solicitados; desenvolvimento de uma nova plataforma e modernização do sistema de rastreabilidade animal.

PROJETOS E
PROGRAMAS

RASTREABILIDADE VEGETAL

29





Apoio aos produtores de frutas e hortaliças, por meio do Agri Trace Rastreabilidade Vegetal, afim de atender às regras definidas pela Instrução Normativa Conjunta Anvisa/SDA-MAPA nº 02 de 07 de fevereiro de 2018, que estabelece o procedimento para a aplicação da rastreabilidade ao longo da cadeia produtiva de produtos vegetais frescos, destinados à alimentação humana, para fins de monitoramento e de controle de resíduos de defensivos agrícolas em todo o território nacional.

BALANÇO 2023

Foi instituída a gratuidade na disponibilização do Sistema Agri Trace Rastreabilidade Vegetal.

PERSPECTIVAS 2024

Reestruturação do portal de acesso dos produtores, para torná-lo mais amigável e com usabilidade mais fluida.

PROJETOS E
PROGRAMAS

PROCESSOS
SELETIVOS

30



Em 2017, o Instituto CNA assumiu a gestão dos Processos Seletivos do Sistema CNA/Senar, relativos ao Programa de Nivelamento das Regionais do Senar. Foi criado um banco de talentos. O Instituto CNA é o responsável pela publicação de editais, organização e agendamento de provas e entrevistas.

BALANÇO 2023

Administrar, recrutamento e seleção de candidatos para as Federações de Agricultura.

Lançamento de seis editais de processos seletivos no âmbito do Senar (Amazonas, Distrito Federal, Roraima, Sergipe e dois para a Administração Central), além de quatro editais para as Federações (Amazonas, Ceará, Espírito Santo e Rondônia)

PERSPECTIVAS 2024

Modernizar o processo de seleção de talentos, para melhor atender o Sistema CNA/Senar.



Sistema CNA / SENAR / Instituto CNA
SGAN Quadra 601, Módulo K - Ed. Antônio Ernesto de Salvo
Brasília - Distrito Federal CEP: 70830-903

Tel: (61) 2109-1400

E-mail: cna@cna.org.br / senar@senar.org.br